



ARQUIVO E MEMÓRIA DOS TRABALHADORES DA CIDADE E DO CAMPO



Organizadores
Carla Machado Lopes
Tatiani Carmona Regos

**Coleção: Arquivos e o direito à memória e à verdade.
Comunicações do 3º Seminário Internacional
o Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos
Volume 2**

Carla Machado Lopes - Tatiani Carmona Regos
(Organizadores)

**ARQUIVO E MEMÓRIA
DOS TRABALHADORES
DA CIDADE E DO CAMPO**

Coleção: Arquivos e o direito à memória e à verdade.
Comunicações do 3º Seminário Internacional
o Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos

Volume 2

São Paulo - Rio de Janeiro
2015

Copyright © Arquivo Nacional - Central Única dos Trabalhadores

Arquivo Nacional

Praça da República, 173 - 20211-350, Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Telefone: (21) 2179-1273

E-mail: pi@arquivonacional.gov.br

www.arquivonacional.gov.br

Central Única dos Trabalhadores

Rua Caetano Pinto, 575 - 03041-000, São Paulo - SP - Brasil

Telefone: (11) 2108-9200

E-mail: cut@cut.org.br

www.cut.org.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A772 Arquivo e memória dos trabalhadores da cidade e do campo / organizadores Carla Machado Lopes e Tatiani Carmona Regos. - Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2015.
104 p. ; il. ; 21x29,7 cm - (Arquivos e o direito à memória e à verdade. Comunicações do 3º Seminário Internacional o Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos, v. 2).

ISBN 978-85-60207-67-1 - ISBN 978-85-89210-47-8

1. Trabalhadores - Memória. 2. Trabalhadores - História. 3. Trabalhadores - Arquivo. 4. Justiça do Trabalho. 5. Documentos - Preservação. 6. Movimentos sindicais. 7. Movimentos sociais. I. Garcia, Dayane. II. Pereira, Rita de Cássia Mendes. III Série.

CDU 331(091)

CDD 331.09

(Bibliotecário responsável: Adalto da Silva Carvalho - CRB 08/9152)

Presidenta da República

Dilma Rousseff

Ministro da Justiça

José Eduardo Cardozo

Diretor-Geral do Arquivo Nacional

Jaime Antunes da Silva

Centro de Referência Memórias Reveladas

Inez Terezinha Stampa (Coordenadora)

Vicente Arruda Câmara Rodrigues (Coordenador)

Carla Machado Lopes

Elizabeth Chaffim Martins

Rodrigo de Sá Netto

Rosanda da Silva Ribeiro

Presidente da Central Única dos Trabalhadores

Vagner Freitas de Moraes

Secretário-Geral

Sérgio Nobre

Secretária-Geral Adjunta

Maria Aparecida Godói de Faria

Centro de Documentação e Memória Sindical

Antonio José Marques (Coordenador)

Adalto da Silva Carvalho

Dinalva Alexandrina de Oliveira Botasoli

Marcus Vinicius Alves

Tatiani Carmona Regos

Coordenadores da Coleção

Antonio José Marques e Inez Terezinha Stampa

Organizadores

Carla Machado Lopes e Tatiani Carmona Regos

Supervisão editorial

Antonio José Marques - Centro de Documentação e Memória Sindical

Projeto Gráfico e Diagramação

MGiora Comunicação

Fotografia da capa

Cortejo do operário Santos Dias da Silva: Acervo IIEP

Arte: Maria Alzira Reis e Silva - Arquivo Nacional

SUMÁRIO

PRÓLOGO

RESGATAR A HISTÓRIA É COMBATER A NOSTALGIA DE UM TEMPO RUIM

Vagner Freitas 6

ARQUIVOS COMO INSTRUMENTO PARA A (RE)CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA E DA VERDADE NO MUNDO DOS TRABALHADORES

Jaime Antunes da Silva 7

APRESENTAÇÃO

TRABALHADORES, ARQUIVOS E O DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE

Antonio José Marques e Inez Stampa 10

CONTRIBUIÇÕES DOS ARQUIVOS SOCIAIS SOBRE O MUNDO DO TRABALHO NO CAMPO E NA CIDADE PARA O DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE

Carla Machado Lopes e Tatiani Carmona Regos 15

CENTRO DE MEMÓRIA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO (SINDIFES): RETOMADA, PRESERVAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DA HISTÓRIA DOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO DA UFMG, CEFET-MG, UFVJM E IFMG

Wellington Marçal de Carvalho, Anália das Graças Gandini Pontelo, Simone Aparecida dos Santos e Adriano Gonçalves de Lima 18

MEMÓRIA E HISTÓRIA DO TRABALHO: O TRATAMENTO DO FUNDO DOCUMENTAL DO SINDICOMERCÍARIOS-ES E A IMPORTÂNCIA DE SUA HISTÓRIA PARA O TRABALHADOR

André Malverdes e Luiz Cláudio M. Ribeiro 26

O MUNDO DOS TRABALHADORES NAS FONTES DA JUSTIÇA DO TRABALHO: DESAFIOS DA PESQUISA HISTÓRICA

Deivide Rodrigues Alves e Rita de Cássia Mendes Pereira 35

O NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA UFPEL E AS POSSIBILIDADES DE PESQUISA JUNTO AO ACERVO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Beatriz Ana Loner e Lorena Almeida Gill 46

FONTES PARA A HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO: SINDICATOS E MOVIMENTOS SOCIAIS EM VITÓRIA DA CONQUISTA-BA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX

Salatiel Nascimento Damasceno 52

MEMÓRIA SINDICAL: ORGANIZAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DA COLEÇÃO CATEGORIA DOCENTE NO CEMOSI FLORESTAN FERNANDES

Antonio Thomaz Júnior, Dayane da Costa Garcia, João Baccarin Xisto Paes, Lucas Pauli e Paulo Ricardo Praxedes Santana 62

MEMÓRIA DOS TRABALHADORES BRASILEIROS NO CAMPO: RELATO DA EXPERIÊNCIA NA ORGANIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO FUNDO LYGIA SIGAUD

Luciana Pereira Rodrigues e Filipe Oliveira da Silva 72

COLEÇÃO FOTOGRÁFICA: TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL EM VITÓRIA DA CONQUISTA (1970-1990)

Afonso Silvestre e Jailson Ribeiro Barbosa 81

PROJETO DE PRESERVAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DOS TRABALHADORES DA LIGHT SÃO PAULO

Andréia Reis Gonzaga e Michele Silva Joaquim 89

PROGRAMA DO SEMINÁRIO 100

PRÓLOGO

RESGATAR A HISTÓRIA É COMBATER A NOSTALGIA DE UM TEMPO RUIM

A preservação da memória é absolutamente fundamental para fortalecer a sensação de pertencimento de uma sociedade e a identidade de um povo com sua comunidade, seu município, seu estado, seu País. É também essencial para que todos aprendam com os erros do passado e lutem para impedir que sejam repetidos. Mais que isso, para que encontrem caminhos alternativos que garantam mais justiça social, igualdade de direitos, democracia e liberdade.

O resgate da história, no entanto, é tarefa árdua, que exige coragem. Não tem nada de singelo em muitas das histórias que nos ensinaram e ensinam até hoje nas escolas. Há histórias de heróis que, na verdade, foram carrascos; fatos contados como notáveis feitos de determinado atores sociais que destruíram vidas e deixaram famílias destroçadas. A ditadura militar no Brasil é um exemplo das mais diversas formas de manipulação da história de um País.

Por desinformação e também porque a história foi contada de maneira distorcida, algumas pessoas que acreditam que o Regime Militar foi bom para o país. Argumentam que trouxe crescimento, segurança e acabou com a corrupção. Ignoram que as notícias ruins eram proibidas, que jornais e revistas eram censurados, que eles torturavam, matavam e desapareciam com os corpos de quem discordava das políticas e práticas dos militares, manipulavam dados de inflação e aumentaram assustadoramente o número de pessoas pobres, miseráveis que não tinham nenhuma oportunidade na vida.

O 3º Seminário Internacional “O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos”, cujo tema foi “Direito à Memória e à Verdade”, é parte do esforço de um grupo de instituições e pessoas determinadas, que se dedicam à preservação da documentação e da memória, em especial, a história da classe trabalhadora brasileira, um dos pilares da luta pela redemocratização e pelas liberdades civis no Brasil. Essa luta, inclusive, permite que todos, até os que reproduzem as mentiras contadas pelos aliados do regime, entre eles grande parte da mídia nacional, possam ir às ruas protestar e até atacar de maneira vil o governo eleito pela maioria dos brasileiros.

O seminário debateu temas relacionados à documentação guardada por entidades sindicais, movimentos sociais, trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade, sindicalistas e instituições acadêmicas. Discutiu a importância de recuperar e preservar esses arquivos e também o tratamento adequado que deve ser dado a esses acervos.

Os livros com o resultado do encontro, feitos pela CUT em parceria com o Arquivo Nacional do Brasil, por meio do Centro de Referência Memórias Reveladas, são um importante instrumento não apenas de resgate e preservação da história, mas também de referência para lutas futuras, pela consolidação da democracia brasileira, ampliação das liberdades civis e direitos da classe trabalhadora e de toda a sociedade.

É a CUT fazendo história e contribuindo para recuperar e preservar a memória do povo brasileiro.

Vagner Freitas
Presidente Nacional da CUT

ARQUIVOS COMO INSTRUMENTO PARA A (RE)CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA E DA VERDADE NO MUNDO DOS TRABALHADORES

O Brasil, a partir de lei sancionada pela presidenta Dilma Rousseff, em 18 de novembro de 2011, instalou oficialmente, no dia 16 de maio de 2012, a Comissão Nacional da Verdade (CNV). Esta comissão visa investigar violações de direitos humanos praticadas por motivos políticos entre os anos de 1946 e 1988, com destaque para as violações ocorridas no período da ditadura estabelecida em 1964.

A instalação da Comissão da Verdade, apesar das muitas polêmicas que gerou, em termos de forma e conteúdo, era um passo já apontado por diversos setores sociais no sentido de abrir espaços para que os ataques contra os direitos humanos, perpetrados por agentes do Estado ou a seu mando, principalmente no período de 1964-1985, não ficassem sem tratamento, como que esquecidos forçosamente sob o manto de uma auto-anistia, ou de uma história oficial que apontasse esses crimes como necessários e justificáveis. Contra tais processos de velamento do passado, instituiu-se a ideia de que a sociedade tem direito à justiça e à memória, bem como de lutar “para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça”.

A história dos trabalhadores brasileiros e de suas organizações tem sido alvo, em seus mais diferentes períodos, de análises diversas, consubstanciadas em farta literatura. Contudo, deve-se dizer que muito ainda há para ser feito quando se trata das análises dos movimentos dos trabalhadores no período da ditadura militar, sejam eles os mais subterrâneos até aqueles de maior aparição na cena pública.

Reconhecendo e reiterando a necessidade de se aprofundar o conhecimento do tema, a CNV instituiu um Grupo de Trabalho específico para tratar dos impactos do regime militar no mundo do trabalho, buscando investigar as formas pelas quais os trabalhadores e suas organizações foram atingidos pelas ações repressivas do regime militar, o GT Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e ao Movimento Sindical.

Neste sentido, em consonância com a proposta do GT Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e ao Movimento Sindical, o 3º Seminário Internacional “O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos” teve como objetivo realizar debates sobre os documentos reunidos pelos arquivos operários, rurais, sindicais e populares, e sobre as particularidades que envolvem o tratamento desses acervos, constituindo-se em um fórum privilegiado para a transferência de informações e o incentivo à recuperação e preservação dos arquivos dos trabalhadores e suas organizações, em especial no que se refere aos arquivos dos trabalhadores da cidade e do campo, com destaque para as ações de recuperação da trajetória dos trabalhadores durante a ditadura brasileira de 1964-1985.

Em sua terceira edição, o Seminário adotou como tema o “Direito à Memória e à Verdade”, compreendido como um direito transindividual que ultrapassa a formulação por meio dos atores políticos tradicionais, alcançando os mais diversos grupos da sociedade civil e experimentando as mais diferentes formas de reivindicação e concretização.

Destaca-se, nesse contexto, que a adoção de políticas de memória específicas para enfrentar o legado histórico de violações sistemáticas dos direitos humanos, como aquelas que ocorreram no período do regime militar brasileiro, tem por objetivo não somente garantir a compreensão do que ocorreu, mas, também, reforçar o entendimento coletivo de que são necessárias (re)formas para combater as violações em tempo presente.

Diante do exposto, o direito à memória e à verdade requer que reconheçamos a memória como um bem público que está na base do processo de construção da identidade de um povo, é a capacidade que esse mesmo povo tem de reter ideias, impressões e conhecimentos. Leva ao reconhecimento do que esse próprio povo é, e de como chegou a sê-lo. A memória é composta de fatos selecionados de forma deliberada ou acidental.

Por seu turno, a verdade é aqui compreendida como o produto da relação que a mente humana estabelece com a realidade a partir de um conjunto de regras (lógicas) por intermédio das quais se busca o conhecimento. A aplicação desse conjunto de regras nos conduzirá, na maior parte dos casos, a uma opinião provável sobre o fato, uma vez que não existe uma teoria ideal que possa nos conduzir, com absoluta certeza, à verdade.

Portanto, é por meio da relação estabelecida entre memória e verdade que esta se qualifica como verdadeira e pode ser reconhecida como tal. Ou seja, ao falarmos de um “direito à memória e à verdade”, tratamos aqui de um direito cujo todo (“à memória e à verdade”) é mais do que a soma de suas partes individualmente consideradas (“à memória” e “à verdade”).

O Seminário Internacional “O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos” é um evento bienal, promovido pela Central Única dos Trabalhadores e, no âmbito do Arquivo Nacional, pelo Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas, numa parceria que vem se mostrando muito profícua, produtora e indutora de importantes iniciativas na área dos arquivos do mundo dos trabalhadores. Dentre tais iniciativas, a publicação da coleção “Arquivos e o direito à memória e à verdade. Comunicações do 3º Seminário Internacional o Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos” é um verdadeiro testemunho da importância dos arquivos para a compreensão da história de lutas da classe trabalhadora. Nesse sentido, é leitura recomendada para todos os que se interessam pelo assunto.

Jaime Antunes da Silva
Diretor-Geral do Arquivo Nacional

APRESENTAÇÃO

TRABALHADORES, ARQUIVOS E O DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE

É com grande satisfação que o Arquivo Nacional e a Central Única dos Trabalhadores (CUT-Brasil) apresentam esta coleção Arquivos e o direito à memória e à verdade. Comunicações do 3º Seminário Internacional o Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos, reunindo as comunicações feitas no âmbito do 3º Seminário Internacional “O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos - Direito à Memória e à Verdade”.

O seminário, promovido pelo Arquivo Nacional e pela CUT-Brasil, foi realizado nos dias 16 a 20 de setembro 2013, na cidade do Rio de Janeiro, com o apoio do Centro de Documentação e Informação Científica “Professor Casemiro dos Reis Filho” - Cedec/PUC-SP, do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - DSS/PUC-Rio, do International Institute of Social History - IISH, do Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Arquivos Ibero-americanos - Programa Adai e do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário (NEAD/MDA).

A organização do evento esteve a cargo do Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Amorj/UFRJ, do Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT - Cedoc/CUT, do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas - MR/AN, do Centro de Memória, Documentação e Hemeroteca Sindical “Florestan Fernandes” da Universidade Estadual Paulista - Unesp/Cemosi, do Laboratório de História Social do Trabalho da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - L HIST/Uesb, e do Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referências sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - CPDA/UFRRJ.

O Seminário promoveu conferências, palestras, comunicações e reflexões sobre os arquivos dos trabalhadores e dos movimentos sociais da cidade e do campo, discutindo suas ações, histórias e memórias. Outras questões abordadas dizem respeito às fontes alternativas da memória e a preservação digital. Esta terceira edição do evento, adotando como tema central o “Direito à Verdade e à Memória”, destacou os arquivos e documentos dos trabalhadores e a importância da recuperação, organização e divulgação destas fontes fundamentais para o direito à verdade, à memória e à justiça, em um momento em que a Comissão Nacional da Verdade intensificava suas atividades.

O evento contou com a participação de conferencistas e especialistas de diferentes nacionalidades que debateram, a partir de múltiplas perspectivas disciplinares, questões relacionadas ao universo dos arquivos, da história e da memória dos trabalhadores da cidade e do campo. Constituiu-se, assim, num fórum privilegiado para a troca de informações, incentivando a recuperação e a preservação dos arquivos e da memória dos trabalhadores e de suas organizações.

O seminário também homenageou a Confederação Operária Brasileira (COB), primeira central sindical do país, no centenário do seu 2º congresso. A COB nos legou um dos mais importantes conjuntos documentais produzidos pelos trabalhadores brasileiros na etapa inicial de sua organização sindical.

Durante o evento foram proferidas 16 palestras por convidados nacionais e internacionais e foram realizadas quatro sessões de comunicações orais de trabalhos com temáticas de interesse do seminário.

Nas duas primeiras sessões, ambas denominadas “Arquivo e memória dos trabalhadores da cidade e do campo”, foram apresentadas comunicações relacionadas a projetos e trabalhos de recuperação, organização, preservação e disponibilização de fundos, coleções e demais documentos de tipo, gênero e suportes diversos vinculados ao mundo dos trabalhadores. As comunicações sobre políticas de implantação de arquivos e centros de documentação em entidades sindicais, entidades dos movimentos sociais, organizações políticas e partidárias e em entidades públicas e privadas tiveram a participação de instituições que dão acesso público à documentação de valor histórico e cultural.

Na terceira sessão, denominada “Ditadura e repressão aos trabalhadores da cidade e do campo”, as comunicações resultaram de pesquisas sobre atos de violação de direitos, perseguição, tortura, desaparecimento e assassinato de trabalhadores durante períodos ditatoriais no Brasil. Também analisaram mecanismos de controle do movimento sindical e das formas de resistência e luta dos trabalhadores, sindicalizados ou não, contra o autoritarismo e a repressão.

A quarta sessão, intitulada “Direito à memória e à verdade”, versou sobre o direito à memória e à verdade, tendo em vista a importância da relação estabelecida entre memória e verdade, ainda que de forma conflitiva e disputada, para o processo de construção da identidade política, cultural e social de um povo. Os trabalhos contemplam a temática no que se refere ao período dos regimes de exceção e aos mecanismos de justiça de transição atualmente utilizados no Brasil e/ou em outros países da América Latina, na perspectiva de debater iniciativas de recuperação da nossa história recente e de aperfeiçoamento do processo democrático.

A ditadura militar, que vigorou de 1964 a 1985, redefiniu e limitou as ações mais avançadas do movimento organizado dos trabalhadores brasileiros, tanto na cidade quanto no campo. Contudo, essa estratégia da ditadura não imobilizou a classe trabalhadora, que combateu o patronato identificado com o regime militar, mesmo sob a ameaça da repressão.

Entre 1964 e 1985 a ditadura militar interferiu, ora de forma velada, ora de forma brutal, na vida social, política, econômica e cultural da sociedade brasileira, como foi possível constatar pelas experiências e estudos disponíveis nesta coleção Arquivos e o direito à memória e à verdade. Comunicações do 3º Seminário Internacional o Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos.

Cabe lembrar que o golpe de 1964 estabeleceu, no Brasil, uma ditadura que permaneceu até 1985. Esse é um aspecto interessante, pois há uma geração, principalmente nascida após a década de 1990 que, de forma geral, tem poucas informações sobre a ditadura militar, e outra, que passou pelo período da ditadura, e olha para a nossa democracia como um processo em construção.

Nesse período, muitos trabalhadores, estudantes, intelectuais, artistas, religiosos, militares progressistas e pessoas de vários outros setores da sociedade civil lutaram pelo restabelecimento da democracia.

Durante a luta, milhares de pessoas foram presas e torturadas, centenas foram mortas e muitas delas, até hoje, continuam desaparecidas. Para sobreviver, inúmeros brasileiros foram obrigados a se exilar.

Torna-se de grande importância conhecer mais sobre o golpe militar perpetrado contra o estado democrático brasileiro, para assim compreender relevantes aspectos do contexto histórico que levaram ao golpe, bem como seus impactos no Brasil e no cenário latino-americano, de forma que a comunidade acadêmica e a sociedade, a partir de diferentes perspectivas, possam refletir sobre a construção sócio-histórica do país. Nessa direção, torna-se relevante compreender, por exemplo, que o golpe de 1964 não foi levado a cabo apenas por forças militares. Ele contou com a participação relevante de classes oligárquicas e de poderosos grupos econômicos nacionais e transnacionais, podendo ser classificado como um golpe de classe com uso de força militar.

Identificar a participação de relevantes atores para além dos militares no golpe de 64 permite afirmar que a alegação de que o golpe traduziu uma guerra civil entre um lado comunista/"terrorista" e outro que defendia uma ordem democrática não se sustenta. Pelo contrário, pode-se perceber que o Estado foi agente de repressão e do terror aplicados por meios institucionais e extra-institucionais, que sufocaram lideranças políticas e ensejaram a valorização de personagens destituídos de ética e de civilidade, bem como o surgimento ou fortalecimento de grupos econômicos nacionais e transnacionais.

Analisar o papel dos movimentos sociais, artísticos, sindicais, estudantis, religiosos e de trabalhadores torna-se igualmente relevante, uma vez que a participação civil em regimes ditatoriais é percebida na maioria dos processos históricos contemporâneos. Fato esse que permite uma visão complexa do ocorrido, seus antecedentes e consequências, contribuindo de forma efetiva ao resgate da memória e ao entendimento do Brasil e seu contexto na atualidade.

No contexto das lutas políticas no Brasil entre 1964 e 1985, a documentação - tanto a que ostenta o timbre estatal, como aquela outra, muitas vezes clandestina, saída dos mimeógrafos da resistência - aparece como requisito para a recuperação de parte da memória coletiva que se pretendeu censurar, desaparecer, isto é, se apagar da história.

A memória é um meio de significação social e temporal de grupos e instituições, o que implica em reconhecer sua importância para a geração do senso comum, ou seja, para a compreensão coletiva da sociedade sobre determinados eventos do passado. Dessa forma, a memória joga papel fundamental no processo de auto-reconhecimento de um povo, ao embasar o processo de construção de sua identidade.

Dessa forma, a adoção de políticas de memória específicas para enfrentar o legado histórico de violações sistemáticas dos direitos humanos, como as que ocorreram entre 1964 e 1985, tem por objetivo não somente garantir a compreensão do que ocorreu, mas, também, reforçar o entendimento coletivo de que são necessárias estratégias para combater, no presente, essas violações, que teimam em persistir como parte da realidade social brasileira.

Por outro lado, cabe apontar que a memória pode ser construída e reconstruída a partir de fontes diversas, como, por exemplo, os documentos textuais recolhidos aos arquivos brasileiros, os livros de uma determinada biblioteca pública, os registros audiovisuais de um colecionador particular ou, ainda, os relatos orais de pessoas que viveram ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, modos de vida etc.

Esse "dever cívico" ganha urgência no que se refere à memória de períodos nos quais ocorreram violações maciças dos direitos humanos, seja porque se trata de uma memória disputada entre vítimas e perpetradores de graves violações dos direitos humanos, seja porque se trata de uma memória em risco, pelo interesse que determinados grupos têm no aniquilamento dos registros históricos da época.

Contudo, se a recente ditadura brasileira deixou-nos, como sombrio legado, o maior acervo documental entre suas congêneres no Cone Sul, é verdade, também, que a abertura e divulgação destes documentos deram-se de maneira tardia, principalmente a partir da entrada em vigor, em 2012, da Lei de Acesso a Informações. Muitas pesquisas já estão sendo realizadas, além do trabalho desenvolvido pela CNV e pelas CV estaduais, de universidades, centrais sindicais.

Mas deixou-nos também, e as pesquisas têm demonstrado isso, um importante legado de registros de lutas e resistência, na busca de alternativas ao regime e de uma sociedade mais justa e igualitária.

É possível afirmar que os trabalhadores contribuíram de forma decisiva para a resistência ao regime militar, o que levou ao seu fim, e, posteriormente, ao processo de redemocratização

do nosso País. Em grande parte, é possível encontrar a memória dessas lutas em acervos de trabalhadores e de organizações sindicais, políticas e sociais.

Mas esse importante trabalho de recuperação dos acervos exige alguns cuidados especiais. Em primeiro lugar, ele deve ser de seus trabalhadores, de todos os seus trabalhadores, tanto na cidade como no campo, o que o tornará mais completo e interessante. A memória do mundo dos trabalhadores não pode ser trabalhada como uma memória institucional ou de grupos, mas sim como a memória de uma classe.

Por outro lado, deve-se evitar idealizar ou aviltar grupos e pessoas durante o processo de construção ou recuperação dessa memória. Não basta o alerta genérico de que a história é composta por versões ou relatos embasados em visões seletivas e particulares. É preciso trabalhar essa seletividade e particularidade. Longe de negar o conflito e as disputas em torno da construção do direito à memória e à verdade, cabe encontrar formas de trabalhar o conflito.

Nesse sentido, em razão do formato definido pelo evento e a qualidade dos palestrantes convidados, o evento constituiu-se num fórum privilegiado para a discussão desses temas e para a transferência de informações, bem como para o incentivo à recuperação e à preservação dos arquivos dos trabalhadores e de suas organizações.

A ditadura brasileira, que vigorou de 1964 a 1985, redefiniu e limitou as ações mais avançadas do movimento organizado dos trabalhadores brasileiros, tanto na cidade quanto no campo. Contudo, essa estratégia não imobilizou de todo a classe trabalhadora, sendo possível afirmar que os trabalhadores contribuíram de forma decisiva para o processo de redemocratização do nosso país.

De forma geral, a análise das ações coletivas de trabalhadores durante as décadas de 1960 a 1980 permite demonstrar uma série de mudanças que ocorreram no período. Observa-se a redefinição do capitalismo no país, com as mudanças adotadas na produção, o que teve reflexos diretos no “mundo do trabalho”, sobretudo no que se refere aos trabalhadores. Tal cenário trouxe, por exemplo, profundas modificações para a composição e organização das classes trabalhadoras. Destaca-se, ainda, o fato de a ditadura ter empreendido consideráveis esforços para a repressão e desarticulação das ações opositoras ao regime.

Cabe referir, ainda, que no período imediatamente anterior ao golpe de 1964, mais precisamente nos anos de 1950, os trabalhadores brasileiros e os seus sindicatos, estes liderados pela aliança dos militantes comunistas e trabalhistas, obtiveram avanços substantivos quanto à organização, mobilização e participação na vida política nacional. Por essa razão, o aparato repressivo do regime foi especialmente vigilante em relação aos trabalhadores, obtendo sucesso quando a vigilância e a tentativa de redefinição das ações coletivas dos trabalhadores da cidade e do campo se tornaram mais contundentes e brutais. Mas nem mesmo o enorme aparato repressor engendrado foi capaz de estancar as lutas sociais como pretendia o regime.

Não obstante as grandes dificuldades enfrentadas, as organizações de trabalhadores resistiram como puderam, com avanços e recuos. A luta constante contra as duras condições impostas, em resistência às investidas de patrões e militares, mostrou-se afinal um poderoso instrumento de luta contra a ditadura civil-militar no Brasil.

Nesse sentido, a preservação e a difusão das informações contidas nos arquivos do mundo dos trabalhadores é elemento integrante e fundamental da luta pela defesa e valorização do patrimônio histórico-documental brasileiro - e, portanto, da nossa memória -, visando-se, nesse caso, o conhecimento das formas de resistência e de conquista de direitos e garantias pelos trabalhadores brasileiros.

A riqueza das comunicações realizadas durante o 3º Seminário Internacional “O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos - Direito à Memória e à Verdade” logo evidenciou a necessidade

de reuni-las em uma publicação, com o objetivo de difundir essas informações e promover o tão necessário debate sobre os arquivos do “mundo dos trabalhadores”. Esta publicação está dividida em quatro volumes conforme as sessões de comunicações ocorridas no evento. O primeiro volume, organizado por Dayane Garcia e Rita de Cássia Mendes Pereira, e o segundo volume, organizado por Carla Machado Lopes, têm como título “Arquivo e memória dos trabalhadores da cidade e do campo”. O terceiro volume, organizado por Elina Pessanha e Leonilde Servolo de Medeiros, é intitulado “Ditadura e repressão aos trabalhadores da cidade e do campo”. O quarto volume, organizado por Marco Aurélio Santana e Vicente Rodrigues, tem como título “Direito à memória e à verdade”. Nesse sentido, cabe um agradecimento aos demais colegas da Comissão Organizadora que se dispuseram a fazer a primeira leitura e organizar os respectivos volumes da coleção. Nossos agradecimentos também a todos os autores que converteram suas apresentações orais nos textos que ora compõem a presente coleção.

Dirigida a arquivistas, historiadores, documentalistas, bibliotecários, cientistas sociais, bem como a outros profissionais, pesquisadores e estudantes com atuação na área dos arquivos operários, rurais e sindicais, esta coletânea é um verdadeiro testemunho da importância dos arquivos para a compreensão da história de lutas da classe trabalhadora. E, nesse sentido, é leitura recomendada para todos os que se interessam pelo assunto.

Por fim, registre-se que os artigos apresentam uma pluralidade de visões, interesses e objetos de estudo, o que demonstra a riqueza dos acervos do mundo dos trabalhadores. Duas características, contudo, unem os textos e garantem coesão a esta obra. Por um lado, a temática do direito à memória e à verdade e sua relação com os trabalhadores que resistiram e foram vítimas de violações de direitos durante o regime exceção e, por outro lado, a compreensão de que os trabalhadores são sujeitos essenciais da história recente do país.

São Paulo/Rio de Janeiro, dezembro de 2014.

Antonio José Marques

Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT

Inez Stampa

Arquivo Nacional e PUC-Rio

CONTRIBUIÇÕES DOS ARQUIVOS SOCIAIS SOBRE O MUNDO DO TRABALHO NO CAMPO E NA CIDADE PARA O DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE

Um fundo de arquivo é um universo arqueológico a identificar, balizar, ordenar, descrever e analisar de modo a possibilitar a preservação de organicidade, de sua integridade física, e a disseminação de informações extraídas de seus elementos, colocando-as em condição de apreensão e uso pleno.

(Heloísa Liberalli Bellotto)

Em sua terceira edição o Seminário Internacional O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos nos traz como tema central de discussões e reflexões o “Direito à memória e à verdade”, tendo como destaque a recuperação da trajetória dos trabalhadores durante a ditadura brasileira de 1964-1985, e homenageia a Confederação Operária Brasileira (COB), primeira central sindical do país, no centenário de seu 2º Congresso, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, entre os dias 8 a 13 de setembro de 1913.

O tema central do Seminário é reconhecido como integrante do *corpus* dos Direitos do Homem e dos Cidadãos, estando intrinsecamente ligado à Justiça de Transição, campo multidisciplinar de pesquisa baseado nos pilares de justiça, verdade, reparação e reformulação das instituições públicas, que encontra-se presente no processo de redemocratização, pelo qual o país ainda passa, pois muitas das garantias asseguradas pela Constituição Federal ainda não foram implantadas, tendo em vista a permanência de condições adscritas¹ com as desigualdades econômicas e sociais, discriminações étnico-raciais e de gênero.

Neste recente momento histórico os arquivos sociais², que envolvem o mundo dos trabalhadores em nosso país, em suas diferentes tipologia e proveniências, caracterizam-se como fontes documentais para a construção e (re) construção da história do trabalho no campo e na cidade, resgate de direitos, valorização e divulgação do patrimônio cultural material e imaterial, e fortalecimento da classe trabalhadora. Estando sob a guarda de arquivos públicos, entidades classistas, universidades ou pessoas físicas estes conjuntos documentais nos auxiliam na compreensão das estratégias, ações, opressões e confrontos nas relações de trabalho que se constituíram durante o século XX, e em alguns casos, refletindo ações características do período de vigência da ditadura civil-militar pela qual o país passou.

Inserida neste contexto de celebração da efeméride do modelo de associação de classe de base sindical, o centenário do 2º Congresso da COB, bem como nas reflexões suscitadas pelas atividades da Comissão Nacional da Verdade, o próprio Seminário, de forma geral, e a Sessão de Comunicações I - Arquivo e memória dos trabalhadores da cidade e do campo, em particular, composta de nove trabalhos, nos revelam os desafios que se enfrentam na organização, tratamento arquivístico, divulgação e acesso aos documentos contidos nestes acervos, bem como a riqueza e relevância de preservação e difusão destas memórias.

Os dois primeiros artigos trazem experiências bem sucedidas desenvolvidas pelo movimento sindical brasileiro mais recente no tocante à preservação de arquivos de organizações de trabalhadores.

¹Utilizamos os exemplos apresentados por MOEHLECKE, Sabrina in: Ação Afirmativa: História e debate no Brasil. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15559.pdf>>. Acesso em 22 de out. 2014.

²Utilizamos como definição de arquivos sociais a conceituação apresentada por Heloísa Liberalli Bellotto in: Arquivos permanentes: tratamento documental. 4ª ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 13: “Os chamados arquivos sociais abrangem um grande número de arquivos importantes, sobressaindo-se os religiosos, os notariais e os de movimentos e entidades políticas”.

Wellington Marçal de Carvalho, Anália das Graças Gandini Pontello, Simone Aparecida dos Santos e Adriano Gonçalves de Lima, no artigo ***Centro de Memória do Sindicato dos Trabalhadores nas Instituições Federais de Ensino (SINDIFES): retomada, preservação e disseminação da história dos técnico-administrativos em educação da UFMG, CEFET-MG, UFVJM e IFMG***, relatam a experiência do Centro de Memória do Sindicato dos Trabalhadores nas Instituições Federais de Ensino (Sindifes), criado com o objetivo de conscientizar e mobilizar os seus filiados na defesa de seus interesses, assim como para dar visibilidade à sua importância histórica no contexto sócio-econômico-cultural do movimento sindical, particularmente, no âmbito das instituições federais de ensino. O trabalho também aborda as reflexões que nortearam a organização do Centro de Memória do Sindifes.

Já o artigo ***Memória e história do trabalho: o tratamento do fundo documental do Sindicomerciários-ES e a importância de sua história para o trabalhador***, de Andre Malverdes e Luiz Claudio M. Ribeiro, apresenta o projeto de organização e implementação do Centro de Memória do Sindicato dos Empregados do Comércio no Estado do Espírito Santo (Sindicomerciários-ES), demonstrando sua relevância e os desafios na política de formação da identidade do trabalhador comerciário, ressaltando que a história da instituição serve como marco referencial para que as pessoas possam redescobrir valores e experiências coletivas, reforçando vínculos, criando empatias com a sua trajetória, podendo refletir, assim, sobre suas expectativas de futuro. O trabalho apresenta, também, o livro ***Memória e Luta Sindicomerciários: 75 anos de história (1931- 2006)*** produzido a partir de pesquisas no próprio acervo já organizado da entidade. Esta história era, até então, desconhecida dos próprios diretores da instituição.

Os dois artigos seguintes abordam a temática dos arquivos da Justiça do Trabalho, porém cada um com suas particularidades.

O Mundo dos Trabalhadores nas fontes da Justiça do Trabalho: desafios da pesquisa histórica, de Deivide Rodrigues Alves e Rita de Cássia Mendes Pereira, demonstra, por meio da análise de trabalhos apresentados em importantes eventos nacionais voltados à construção da história e recuperação da memória dos trabalhadores, que existe uma ampliação das pesquisas que utilizam as fontes da Justiça do Trabalho como base para investigação. Essas pesquisas também indicam uma renovação dos objetos pesquisados e uma revisão dos pressupostos teóricos e metodológicos utilizados no desenvolvimento desses estudos, sendo que tais mudanças servem de estímulo à implantação de instituições especializadas na preservação e difusão dos documentos judiciais trabalhistas.

O artigo de Beatriz Anna Loner e Lorena Almeida Gill, ***O Núcleo de Documentação Histórica da UFPel e as possibilidades de pesquisa junto ao acervo da Justiça do Trabalho***, apresenta o NDH, órgão fundado em 1990, vinculado ao Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, o qual reúne importante documentação sobre trabalho e trabalhadores, em especial arquivos vinculados às leis trabalhistas. O NDH se destaca, pois através de um convênio com o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, possui a guarda e preserva todos os processos trabalhistas constituídos entre 1941 e 1995, sendo esse acervo um dos mais importantes para a Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul, na medida em que está completo.

Salatiel Nascimento Damasceno, em ***Fontes para a História Social do Trabalho: sindicatos e movimentos sociais em Vitória da Conquista - BA na segunda metade do século XX***, apresenta o resultado do projeto de catalogação de fontes para a história social do trabalho desenvolvido pelo Laboratório de História Social do Trabalho da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (LHIST/Uesb). O trabalho submete ao debate a inventariação, catalogação, digitalização e análise de fontes relativas à história dos sindicatos e dos movimentos sociais na região sudoeste da Bahia, na segunda metade do século XX, demonstrando que os dados advindos das fontes orais, escritas e imagéticas foram utilizados na construção da história das entidades e que, colocadas em uma linha temporal, revelam temas, tendências e conjunturas próprias aos planos local, regional e nacional, em um contexto de redemocratização do país e reestruturação dos movimentos sociais.

O artigo **Memória sindical: organização e disponibilização da “Coleção Categoria Docente” no CEMOSi Florestan Fernandes** escrito por Antonio Thomaz Júnior, Dayane da Costa Garcia, João Baccarin Xisto Paes, Lucas Pauli e Paulo Ricardo Praxedes Santana apresenta o processo de organização e disponibilização da “Coleção Categoria Docente”, pertencente ao acervo do Centro de Memória, Documentação e Hemeroteca Sindical Florestan Fernandes (CEMOSi), vinculado à Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Campus de Presidente Prudente, São Paulo. O trabalho demonstra a importância da Coleção, constituída por documentos de sindicatos e associações de docentes de diversas cidades do país, tendo em vista que os mesmos são fontes privilegiadas para o desenvolvimento de pesquisas relacionadas ao mundo do trabalho docente. Ressalta também a importância de tornar disponível parte do acervo do CEMOSI, tanto para a comunidade acadêmica, como para a sociedade em geral.

A apresentação do Fundo Lygia Sigaud, custodiado na Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional da Universidade do Rio de Janeiro (Semear/MN/UFRJ), é feita por Luciana Pereira Rodrigues e Filipe Oliveira da Silva, cujo artigo **Memória dos trabalhadores brasileiros do campo: relato de experiência na organização e na preservação do Fundo Lygia Sigaud** faz um breve histórico e descrição do fundo documental, dando destaque para algumas das inúmeras fontes primárias que preservam a memória dos trabalhadores rurais no Brasil, com destaque para os da Região Nordeste.

O artigo de Afonso Silvestre e Jailson Ribeiro Barbosa, **Coleção fotográfica: trabalhadores da construção civil em Vitória da Conquista (1970-1990)**, destaca a necessidade dos arquivos públicos, na condição de “lugar da memória”, contribuírem para o entendimento das identidades sociais. Com o intuito de ampliar o acesso da sociedade ao seu acervo e contribuir para futuras pesquisas, o Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista (APM/VC) tornou pública essa coleção fotográfica, destacando os trabalhadores da construção civil como agentes ativos no processo histórico do município.

A experiência sobre o acervo de uma fundação privada é abordada por Michele Silva Joaquim e Andréia Reis Gonzaga, no artigo **Projeto de Preservação da Documentação dos Trabalhadores da Light São Paulo**, demonstrando o desenvolvimento desse projeto referente a documentos relacionados aos trabalhadores do Setor de Oficinas e Material Rodante da **The São Paulo Trainway Light and Power Company** (Light-SP), feito pelo Núcleo de Documentação e Pesquisa da Fundação do Patrimônio Histórico de Energia e Saneamento. O trabalho compartilha os métodos de preservação e catalogação utilizados para possibilitar o acesso a essa documentação, tanto aos pesquisadores como para o público em geral, ressaltando que esse acervo pode permitir pesquisas relevantes sobre a trajetória dos trabalhadores do setor energético no decorrer do século XX, assim como também, pesquisas relacionadas à história do trabalho no Brasil.

Por fim, agradecemos a todos os autores dos trabalhos que compuseram a Sessão de Comunicações II - Arquivo e memória dos trabalhadores da cidade e do campo, pela perspectiva plural advinda das experiências arquivísticas e de pesquisa, que nos oferecem um rico mosaico com diferentes tipologias documentais e de abordagens, bem como pela diversidade geográfica da origem das comunicações apresentadas, vindas da Bahia, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.

Carla Machado Lopes
Centro de Referência Memórias Reveladas - Arquivo Nacional

Tatiani Carmona Regos
Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT

CENTRO DE MEMÓRIA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO (SINDIFES): RETOMADA, PRESERVAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DA HISTÓRIA DOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO DA UFMG, CEFET-MG, UFVJM E IFMG

Wellington Marçal de Carvalho, Anália das Graças Gandini Pontelo,
Simone Aparecida dos Santos e Adriano Gonçalves de Lima*

Resumo

O Sindicato dos Trabalhadores nas Instituições Federais de Ensino (SINDIFES) foi criado em 1992 e, desde então, passou a formar o seu acervo. Seu Centro de Memória, instituído em 2010, abriga o Arquivo e a Biblioteca e almeja tornar pública sua importância histórica no contexto do movimento sindical e, ademais, contribuir na esfera dos movimentos reivindicatórios brasileiros, especificamente àqueles vinculados as instituições federais de ensino. O presente trabalho objetiva apresentar a estruturação, desde o planejamento, a implementação e disponibilização do Centro de Memória do SINDIFES.

Palavras-chave: Arquivo sindical; memória; trabalhadores do serviço público

Introdução

O Sindicato dos Trabalhadores nas Instituições Federais de Ensino (SINDIFES) foi fundado em 30 de outubro de 1992, durante a realização do I Congresso dos Trabalhadores das Instituições Federais de Ensino Superior de Belo Horizonte (CONTIFES/BH), durante um período em que a linha sindical atingira um estágio de maturidade e, por conseguinte, a garra e a tradição de luta desses trabalhadores precisavam se somar a atitudes inovadoras. Após esses 21 anos de lutas, já consolidado¹, a entidade se atém ao caráter dinâmico das demandas de seus representados.

Entre seus objetivos principais podem ser destacados os seguintes: conscientizar e mobilizar os seus filiados na defesa dos seus interesses, buscando efetivação e preservação da melhoria de suas condições de trabalho, saúde e vida; promover a formação política e sindical de seus filiados; organizar, conscientizar e mobilizar a categoria na luta em defesa da efetiva realização da educação pública, gratuita, laica e de qualidade; lutar pela prestação de serviço público de boa qualidade, em todas as esferas e particularmente na área da educação; defender os direitos e as garantias fundamentais das pessoas; lutar em defesa das liberdades individuais e coletivas; defender e proteger o meio-ambiente, o patrimônio artístico, cultural e histórico. Para

*Membros da equipe do Centro de Memória do SINDIFES.

¹A base de atuação do SINDIFES congrega os trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação das seguintes instituições federais de ensino do Estado de Minas Gerais: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), desde 1992; Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET-MG), desde 1992; Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), desde 2004 e do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), desde 2011

atender seus objetivos a Entidade percebeu a necessidade de apresentar aos seus filiados uma proposta de resgate de sua história. Segundo Goulart (2005, p. 35-36) a valorização da memória interna leva a um produto que tem um compromisso afetivo com as experiências daqueles que rememoram, pois reconstitui vivências pessoais e sociais, desenroladas a partir do grupo, de forma a oferecer dele um quadro de analogias nas quais seus membros se reconhecem.

Nessa mesma linha, Le Goff (1984, p. 47) ressalta que a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Deve-se trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens. Almejando garantir a preservação da sua história enquanto movimento sindical brasileiro e, mais especificamente, sua inserção na vida dos trabalhadores que compõem sua base de atuação, detectou-se a necessidade de iniciar a gestão da massa documental que compõe o acervo do Sindicato.

Em um cenário no qual os representados ocupam posição central, o SINDIFES cria o Centro de Memória, em 2010, com o objetivo de democratizar as informações de seu acervo. Localizado na sede do Sindicato, em Belo Horizonte, por sua natureza, simboliza a ligação entre o presente e o passado ao lançar mão das modernas tecnologias de informação e comunicação a serviço da preservação e disseminação do conhecimento, potencializando o acesso ágil à história de lutas da Entidade e, por conseguinte, de sua própria história, enquanto instrumento estratégico dos trabalhadores em educação.

Um Centro de Memória pode reunir diversos tipos de documentos, sejam eles arquivísticos, bibliográficos ou museológicos. A maneira como esse acervo é reunido, tratado e disponibilizado é o que possibilita aos centros de memória cumprir suas funções de preservação documental e apoio à pesquisa. Como já dito, o SINDIFES foi criado em 1992 e, desde então, passou a acumular seu acervo, todavia sem nenhuma preocupação de tratá-lo.

O Centro de Memória do Sindicato pretende dar visibilidade à sua importância histórica no contexto sócio-econômico-cultural do movimento sindical e, também, contribuir na esfera dos movimentos reivindicatórios brasileiros, especificamente, àqueles atrelados às instituições federais de ensino. Ao disponibilizar sua memória de forma organizada o SINDIFES proporcionará à comunidade e a sociedade a oportunidade de resgatar a história da construção da Entidade.

Neste contexto, este trabalho objetiva apresentar a estruturação, desde o planejamento, implementação, inauguração e disponibilização do Centro de Memória do Sindicato dos Trabalhadores nas Instituições Federais de Ensino (SINDIFES), que abriga o Arquivo e a Biblioteca.

Organização e tratamento da informação para formação sindical: Arquivo e Biblioteca

De acordo com Oliveira e Rodrigues (2009, p. 312) as limitações da memória humana levaram o homem a buscar em recursos externos as chamadas memórias artificiais, a compensação para o esquecimento. A necessidade de possibilitar o acesso aos registros por ele produzidos no decorrer do tempo levou à criação das chamadas instituições de memória que deveriam preservar os registros do conhecimento humano nas mais diversas formas de materialização: arquivos, bibliotecas e museus.

A Diretoria Executiva Colegiada do SINDIFES, Gestão 2008-2010, ao assumir a direção da Entidade, percebeu a premente necessidade de organização dos documentos e definição de qual seria a forma de preservação da memória do Sindicato. Iniciaram-se assim os trabalhos, com a contratação de um profissional capacitado para realização do planejamento do que se tornaria, posteriormente, o Centro de Memória do SINDIFES. A organização do Centro de Memória foi dividida em duas etapas, respeitando as especificidades do acervo arquivístico e bibliográfico.

No Arquivo foi observada a orientação do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) baseada na metodologia explicitada no trabalho intitulado *E-ARQ Brasil: modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos*. Salienta-se que, de acordo com Araújo (2012), os movimentos sociais, constituídos ou não juridicamente, como parte integrante de nossa sociedade, compartilham, sob muitos aspectos, de um olhar limitado sobre as relações arquivo/arquivista/Estado/sociedade. Dessa forma, a atuação do arquivista nas instituições ligadas aos movimentos sociais precisa ser analisada no sentido de que esse profissional atue como um agente político inserido socialmente, e deve-se pensar a sua condição na perspectiva de ser capaz de realizar um trabalho especializado e eficiente a fim de dialogar com os objetivos da entidade para a qual trabalha, configurando-se em mais um membro a serviço da preservação da memória e informação dos grupos.

A implementação do *Plano de Gestão do Arquivo* (CARVALHO, 2008) obedeceu ao seguinte ordenamento: levantamento preliminar; análise das funções, das atividades desenvolvidas e dos documentos produzidos; avaliação dos sistemas existentes; projeção e implementação do sistema de gestão arquivística de documentos e monitoramento periódico e ajustes. Para isso, foi realizado um diagnóstico com um estudo pormenorizado sobre o Sindicato, obedecendo à análise de seu Estatuto, Regimento, organograma, publicações, etc., com o intuito de se conhecer as atividades organizacionais de todos os setores.

EM 10 DE OUTUBRO DE 2008



EM 10 DE OUTUBRO DE 2008



Transferência



EM 21 DE NOVEMBRO DE 2008



EM 12 DE MARÇO DE 2009



Fragmentadora de papel



Material fragmentado



Sala 207



Primeiras caixas-arquivo prontas

Foi necessário desenvolver alguns instrumentos/ferramentas, a saber: *Plano de Classificação* baseado nas atividades do Sindicato; *Tabela de Temporalidade Documental*; Índice Remissivo; Manual de Gestão, ou, Manual de Procedimentos. A identificação e descrição das séries documentais, a valoração dos documentos e a atribuição do grau de sigilo (somente quando imprescindível), só foram possíveis após o desenvolvimento das ferramentas citadas.

Os procedimentos e operações técnicas do sistema de gestão compreendem: captura, registro, classificação, indexação, atribuição de restrição de acesso (quando for necessário), avaliação, temporalidade e destinação, arquivamento, armazenamento e preservação. Toda a destinação dos documentos foi estabelecida em reuniões com coordenadores do Sindicato, sendo que por vezes foi necessário consultar assessores, como, por exemplo, a assessoria jurídica, ligados à Entidade, acerca de conjuntos documentais cujas características exigiam informações mais singulares. Aqueles documentos que integravam o acervo do SINDIFES, e não eram mais necessários, foram eliminados e estão discriminados nos *Termos de Eliminação de Documentos de Arquivo*, devidamente assinados pela autoridade do Órgão a quem compete autorizar e pelo organizador do Arquivo.

Foi elaborado, no decorrer do trabalho de organização, um *Manual de Procedimento*, em linguagem acessível e que possibilita a qualquer funcionário, independentemente do estágio de tramitação de um documento ou processo, realizar as seguintes tarefas: classificar o documento no ato de sua produção ou recebimento; organizar o acervo institucional; analisar a documentação em seu valor intrínseco, selecionar a documentação para a transferência ao arquivo intermediário, permanente ou eliminação.

A similaridade da documentação com a qual o Sindicato trabalha com aquela pertencente as atividades-meio da Administração Pública, permitiu a adoção, quase integral, das ferramentas já desenvolvidas pelo CONARQ, registradas na obra denominada *Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos as atividades-meio da Administração Pública*. Obviamente foram realizadas adaptações sempre que necessário para imprimir um ajuste mais condizente com as especificidades do SINDIFES.

O *Plano de Classificação* é um instrumento utilizado para classificar e recuperar os documentos por meio do qual são estabelecidos códigos numéricos representativos das diversas classes e subdivisões. Ele objetiva garantir a uniformidade no tratamento dos documentos. Sua aplicabilidade otimiza a recuperação da informação e orienta a elaboração da Tabela de Temporalidade Documental. Caso o Sindicato passe por reorganizações administrativas, mesmo que os nomes das unidades/setores se alterem, a classificação continuará a mesma, já que as funções e atividades em geral não se alteram.

O método de arquivamento utilizado foi por assunto. Tal método possui as seguintes vantagens: atendimento mais rápido, custo operacional reduzido, fácil triagem dos documentos descartáveis e uso mais econômico de equipamentos e materiais.

O Índice Remissivo do Arquivo do SINDIFES, o qual nada mais é do que uma ferramenta auxiliar a classificação, possui os assuntos ordenados alfabeticamente e remetidos ao código numérico correspondente. A utilização do Índice Remissivo deve ser seguida da consulta ao Plano de Classificação e Codificação de Documentos do Arquivo do SINDIFES, devido este apresentar informações complementares, capazes de ratificar, esclarecer e indicar procedimentos a serem adotados no momento da classificação e arquivamento de qualquer documento.

A *Tabela de Temporalidade Documental* é um instrumento que determina prazos de guarda tendo em vista a transferência, recolhimento e eliminação de documentos. Ela foi condicionada à aprovação pela Diretoria Executiva Colegiada do Sindicato, em 2010. A definição dos prazos de guarda no sistema de gestão tem por finalidade: preservar os documentos necessários ao cumprimento de obrigações legais e de prestação de contas; preservar os documentos importantes

para a memória corporativa; eliminar os documentos que não são mais necessários e atender às necessidades e interesses de pessoas ou instituições externas ao órgão, quando pertinente.

A *Tabela de Temporalidade Documental* reflete o ciclo vital dos documentos, descrito no *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística* (2005), como se segue: domínio do trabalho (Arquivo Corrente: os documentos são recebidos e produzidos, organizados, mantidos e utilizados ativamente), domínio da prestação de contas (Arquivo Intermediário: são avaliados e transferidos para depósitos centrais para guarda provisória) e domínio da cultura-identidade (Arquivo Permanente: finalmente são avaliados e destruídos ou, transferidos para guarda permanente).

EM 14 DE ABRIL DE 2010



Em 13 de setembro de 2013



Concomitantemente ao processo de reestruturação do Arquivo, e cientes da relevância da constituição e disponibilização de material de pesquisa na área social, de sindicalismo e correlatas, com a finalidade de propiciar nutriente nos trabalhos de mobilização e formação sindical, iniciou-se o projeto de implementação da Biblioteca do SINDIFES como complemento aos trabalhos de criação do Centro de Memória.

Com relação à organização da Biblioteca, a primeira etapa executada foi a construção de um diagnóstico para determinar a situação do acervo. Foi realizado um levantamento que se propunha a localizar os materiais bibliográficos, que até então estavam distribuídos na várias salas do Sindicato, para definição do volume real do acervo existente e separação dos documentos específicos do arquivo. A seguir os periódicos foram agrupados por título, o que permitiu conhecer o acervo e detectar as duplicidades. Durante essa fase foram definidos os critérios para alocação de um ou mais exemplares. Posteriormente, os títulos foram classificados por assunto. A seguir foi definido o sistema classificatório a ser adotado, optando-se pela *Classificação Decimal Universal* (CDU).

Para a implantação da Biblioteca foi essencial à participação constante de bibliotecários(as) documentalistas, o que evidenciou um ponto chave em seu desenvolvimento. Portanto, além dos profissionais envolvidos no processo, um graduando em Biblioteconomia foi contratado para estágio, dando continuidade ao trabalho e, posteriormente, este profissional foi efetivado. As experiências adquiridas com o desenvolvimento do acervo, além do conhecimento dos objetivos da Entidade, proporcionaram maior dinamismo, diminuindo o tempo necessário de execução das tarefas e, conseqüentemente, potencializando os acertos.

Finalmente, realizou-se a informatização do material bibliográfico por meio da obtenção da licença de uso do Sistema PHL 8.2, que permitiu a catalogação da coleção, bem como a disponibilização do catálogo *online* para consulta ao acervo, automação das rotinas de circulação de materiais, elaboração de um regulamento para empréstimo e cadastro de usuários.

BIBLIOTECA EM 24 DE ABRIL DE 2009



Livros novos na sala do jurídico



Sala de reuniões



Sala 207



Materiais especiais



Contabilidade



Imprensa



Livros



Armário para materiais especiais

Em 13 de setembro de 2013



A Biblioteca conta atualmente com mais de três mil e quinhentos livros em seu acervo, além de periódicos e itens informacionais em suportes midiáticos variados que se encontram disponíveis para consulta local e empréstimo domiciliar aos filiados. Essa parte do acervo foi formada via coleta e agrupamento de itens já existentes na Entidade, acrescido de periódicos, aquisição de livros por doação e compra, com temáticas relacionadas à área de atuação do movimento sindical.

Palavras finais

Na era da informação, com os avanços e mudanças na tecnologia, tratar tecnicamente os documentos é imprescindível para que esses acervos sejam disponibilizados virtualmente,

garantindo ao usuário a visualização das possibilidades que estão a seu dispor. Nessa perspectiva, o Sindicato atualmente desenvolve a fase de planejamento de sua biblioteca digital (MAIA, 2011).

O trabalho de estruturação do Centro se encontra em seu sexto ano e permitiu uma visão clara e objetiva do acervo pertencente ao SINDIFES, até então depositado em diversas salas e acondicionado de forma completamente inadequada. Vencida a etapa de organização inicial, foi possível materializar uma série de ações para ampla divulgação, em âmbito local e nacional, do trabalho com a memória sindical realizado pela Entidade, das quais podem ser citadas as notícias em todos os *Boletins* produzidos a partir de 2010, bem como, a criação de uma aba no sítio eletrônico (www.sindifes.org.br/memoria) dedicada, exclusivamente, ao Centro de Memória.



A organização, tratamento e preservação permitiu que o SINDIFES inventariasse seu acervo histórico, mostrando de forma inequívoca seu relevante papel para a história do sindicalismo brasileiro, particularmente, no âmbito das instituições federais de ensino atreladas à Entidade.

A assertividade das estratégias adotadas culminou na consolidação do Centro, refletida, por exemplo, na empatia e confiança de membros da base de atuação do Sindicato que, sensibilizados pela missão desempenhada pelo Centro de Memória, optam por doar acervos particulares de cabal relevância para a recomposição da rizomática história do SINDIFES.

O conhecimento da tipologia documental propiciou uma maior agilidade nos processos internos do Sindicato, uma vez que foi estabelecida uma rotina para tratamento dos documentos, com ênfase no fluxo da informação, gerando agilidade e transparência em benefício do atendimento ao associado, além de fornecer uma robusta fonte de informação sindical.

Cumprе salientar que a seriedade com a qual o SINDIFES conduziu todo esse processo acabou por atrair estudantes de graduação em Biblioteconomia, da Escola de Ciência da Informação da UFMG, para a propositura e realização de estágios curriculares obrigatórios no Centro de Memória. Como exemplo podem ser citados as propostas de trabalhos, já efetivadas, de Ribeiro (2009), que versou sobre a fase inicial de implementação da Biblioteca, ou, ainda, o tratamento do acervo de materiais especiais em suporte fílmico, operacionalizado por Lima (2011).

Com essa iniciativa o SINDIFES passou a disseminar boas práticas de tratamento arquivístico e biblioteconômico para o universo dos trabalhadores, além de fomentar as discussões acerca da aplicação dessas práticas como suporte imprescindível para a eficiente condução das lutas empreendidas pelo movimento reivindicatório em seu cotidiano.

Referências bibliográficas

- ARAÚJO, Fernanda da Costa Monteiro. Os movimentos sociais como campo de atuação profissional do arquivista. In: MARQUES, Antonio José; STAMPA, Inez Terezinha (Org.). *Arquivo, memória e resistência dos trabalhadores no campo e na cidade*. Rio de Janeiro: São Paulo: Arquivo Nacional, CUT, 2012. p. 13-22.
- BRASIL. ARQUIVO NACIONAL. *Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos as atividades-meio da Administração Pública*. Rio de Janeiro: O Conselho, 2001.
- BRASIL. ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo nacional, 2005.
- BRASIL. ARQUIVO NACIONAL. *E-ARQ Brasil: modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos*. Rio de Janeiro: O Conselho, 2006.
- CARVALHO, Wellington Marçal de. *Plano de classificação*. Belo Horizonte: SINDIFES, 2008. 5 p. (Manuscrito).
- CARVALHO, Wellington Marçal de. *Plano de gestão do arquivo*. Belo Horizonte: SINDIFES, 2008. 62 p. (Manuscrito).
- CARVALHO, Wellington Marçal de. *Tabela de temporalidade documental*. Belo Horizonte: SINDIFES, 2008. 11 p. (Manuscrito).
- CARVALHO, Wellington Marçal de; SANTOS, Simone Aparecida dos; PONTELO, Anália das Graças Gandini. *Projeto de estruturação do Centro de Memória do Sindicato dos Trabalhadores nas Instituições Federais de Ensino*. 2010. Disponível em: <<http://www.sindifes.org.br/sindifes/estaticas/memoria/index.php>>. Acesso em: 05 set. 2013.
- GOULART, Silvana. *Patrimônio documental e história institucional*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2005.
- LE GOFF, Jacques. *Memória*. In: ENCICLOPEDIA Einaudi. Porto: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984. v. 1.
- LIMA, Adriano Gonçalves de. *Tratamento do acervo de materiais especiais em suporte fílmico do Sindicato dos Trabalhadores nas Instituições Federais de Ensino (SINDIFES)*. 2011. 14 p. (Projeto de trabalho).
- MAIA, Telma de Oliveira Melo. *Planejamento da biblioteca digital do Sindicato dos Trabalhadores nas Instituições Federais de Ensino (SINDIFES)*. 2011. 16 p. (Projeto de Pesquisa).
- OLIVEIRA, Eliane Braga; RODRIQUES, Georgete Medleg. As concepções de memória na Ciência da Informação no Brasil: estudo preliminar sobre a ocorrência do termo na produção científica. *Pontodeacesso*, Salvador, v. 3, n. 3, p. 216-239, dez. 2009.
- RODRIGUES, Evandro Ribeiro. *Organização da Biblioteca do Sindicato dos Trabalhadores nas Instituições Federais de Ensino (SINDIFES)*. 2009. 14 p. (Projeto de trabalho).
- SINDIFES. Diretoria Executiva Colegiada (Gestão 2008-2010). *Regimento do Centro de Memória do Sindicato dos Trabalhadores nas Instituições Federais de Ensino*. Belo Horizonte: SINDIFES, 2010.
- SINDIFES. Biblioteca do SINDIFES atinge a marca dos dois mil títulos: acervo de livros já é um dos maiores entre as entidades sindicais do país. *Informativo SINDIFES*, Belo Horizonte, ano 17, n. 412, ago. 2010.
- SINDIFES. Biblioteca do SINDIFES começa a funcionar em caráter experimental: filiado terá acesso aos documentos que contam a história do Sindicato. *Informativo SINDIFES*, Belo Horizonte, ano 2, n. 9, abr. 2010.
- SINDIFES. Centro de Memória valoriza história do SINDIFES: pioneirismo e responsabilidade com os registros do nosso Movimento. *Informativo SINDIFES*, Belo Horizonte, ano 19, n. 427, jan./abr. 2012.
- SINDIFES. Diretoria Executiva Colegiada (Gestão 2008-2010). *Regulamento da Biblioteca "Francisca Oliveira da Silva" do Sindicato dos Trabalhadores nas Instituições Federais de Ensino*. Belo Horizonte: SINDIFES, 2010.

MEMÓRIA E HISTÓRIA DO TRABALHO: O TRATAMENTO DO FUNDO DOCUMENTAL DO SINDICOMERCIÁRIOS-ES E A IMPORTÂNCIA DE SUA HISTÓRIA PARA O TRABALHADOR

André Malverdes¹
Luiz Cláudio M. Ribeiro²

Resumo

A comunicação apresentará o trabalho realizado no Sindicato dos Empregados do Comércio no Estado do Espírito Santo, fundado em 1931, que organizou sua documentação e publicou a história de seus 75 anos. História antes desconhecida dos próprios diretores, a pesquisa revelou a atuação da entidade no Estado Novo e, posteriormente, no regime militar instaurado em 1964, as estratégias de luta pela saúde, esporte, educação, moradia, jornada de trabalho e crédito para seus associados, construindo uma identidade da categoria. Atualmente, o acervo fortalece as estratégias de luta no contexto da economia globalizada.

Palavras-chave: Arquivo sindical; sindicato; trabalhadores do comércio

Do autoritarismo à luta por direitos

A vinculação da história do Sindicato dos Empregados do Comércio no Estado do Espírito Santo (Sindicomercários-ES) com o desenvolvimento urbano e político do Espírito Santo faz parte da construção e dos valores sindicalistas no estado. A entidade foi criada no âmbito das transformações políticas que tiveram início com o final do período da História do Brasil conhecido como Primeira República. Ao assumir o poder no Governo Provisório em 1930 o presidente Getúlio Vargas (1930-1945 e 1951-1954) deu início à constituição de uma base legal de formação de sindicatos de patrões e de trabalhadores que até hoje perdura no Brasil através da Consolidação das Leis do Trabalho (1942).

Neste processo, formaram-se as lideranças que foram sendo absorvidas no aparelho autoritário do governo Vargas, o que caracterizou as primeiras diretorias e os primeiros movimentos organizados por direitos e negociações coletivas que fizeram dos comerciários capixabas uma das categorias mais antigas e melhor organizadas.

Na década de 1950, o Sindicomercários-ES tomou parte na mobilização dos trabalhadores pela manutenção de um projeto nacional de desenvolvimento econômico e social e lutou pela criação de empreendimentos da base econômica nacional sobre a iniciativa do Estado, como é o caso da infraestrutura portuária e de energia elétrica. Ao mesmo tempo, o Sindicato viu suas atividades e seus quadros de associados expandirem-se na medida em que um modelo de crescimento industrial fortemente vinculado à indústria siderúrgica suplantava o perfil anterior da economia local, fortemente vinculado ao comércio de produtos de primeira necessidade e implementos agrícolas e para a agroindústria. Num contexto de *modernização conservadora*, a

¹Arquivista, mestre em História, professor do Departamento de Arquivologia da Ufes. malverdes@gmail.com

²Arquivista, doutor em História, professor do Departamento de História e PPGHIS em História da Ufes. sombradoscamaras@gmail.com

entidade bateu-se por adequar o horário de funcionamento do comércio à *semana inglesa* de 44 horas e acompanhou a expansão das lojas de produtos do gosto da classe média como as lojas especializadas em tecidos, sapatos, eletrodomésticos e outros artigos de consumo mais sofisticado que sobreveio à expansão da urbanização de Vitória, capital do Espírito Santo.

A entidade também cumpriu papel relevante tanto nos movimentos de rua que exigiram o retorno do regime presidencialista no país e a posse de João Goulart quando da renúncia do presidente eleito Jânio Quadros (1961) e nos movimentos de rua pela implantação das *reformas de base* (educação, trabalho, reforma agrária etc.) propostas pelo governo Goulart. Infelizmente, no golpe de Estado de abril de 1964, os trabalhadores viram seu projeto de país naufragar com a instituição do regime cívico-militar que perdurou até as eleições indiretas de 1984.

Durante o período autoritário (1964-1984) o Sindicomercários-ES dedicou-se a uma agenda associativa voltada para a organização da prestação dos serviços de saúde, educação, moradia, lazer e entretenimento, já que o governo censurava e reprimia as manifestações públicas das diretorias e as induziu a não *fazer política* por considerar esta prática cotidiana como *subversiva* ao interesse nacional.

Já na difícil passagem do regime cívico-militar para a retomada da democracia representativa ocorrida entre os anos de 1978 e 1985, o Sindicomercários-ES não só retomou a prática da composição de chapas para a escolha dos quadros diretores que a caracteriza como também atuou no sentido de apoiar a luta democrática de outras representações sindicais menos organizadas. Assim, o Sindicomercários-ES logo assumiu a liderança das entidades do campo democrático colocando-se no eixo de forças que suportavam o Partido dos Trabalhadores e a formação de seu *braço sindical*, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), fundada em 1983 e abrigada na sede do Sindicomercários-ES. Em 1984, o primeiro-secretário do Sindicomercários-ES, João Carlos Coser, foi eleito como o primeiro presidente da CUT no Espírito Santo.

Desde então, o Sindicomercários-ES participou de greves e negociações salariais e por direitos dos trabalhadores, de todos os grandes debates que sobrevieram à institucionalização da vida política brasileira, e da crítica do modelo econômico implantado pela *Nova República* durante o governo Sarney, que considerava lesivo aos trabalhadores e aos interesses populares e excessivamente aderente à *cartilha* do FMI. Assim, articulando-se dentro do eixo de forças políticas sob a influência do Partido dos Trabalhadores e movimentando-se através da CUT num núcleo de influência identificado com a liderança máxima deste partido, Luís Inácio Lula da Silva, o Sindicomercários-ES projetou-se ainda mais junto à sociedade capixaba e nacional na lenta e exaustiva caminhada da construção de um Estado democrático no Brasil. A maior e mais expressiva mobilização dessa articulação das forças políticas da esquerda *petista* brasileira deu-se na denúncia do desmonte da máquina pública estatal preconizada pela *onda neoliberal* que levou as maiores empresas estatais, o sistema de saúde, o sistema escolar e a previdência social à *fogueira das privatizações* e à perda dos direitos dos trabalhadores, adquiridos desde suas lutas durante a ditadura Vargas.

Contraopondo-se à cartilha liberal do *Consenso de Washington*, o Sindicomercários-ES fez coro, mais uma vez, às forças organizadas à esquerda no Brasil, cujo papel central assumido pelo PT teve expressão maior nas mobilizações pela eleição de Lula em 1989, 1994, 1998 - todas debeladas pelo bloco conservador de Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso que lograram eleger-se - finalmente exitoso nas eleições de 2002 e 2006 que conduziram e confirmaram Lula no poder até 2010 e o cumprimento de uma agenda local, nacional e internacional condizente com muitos interesses das entidades dos trabalhadores. Neste contexto, cabe papel de destaque às entidades sindicais de maior prestígio, antiguidade e tradição, além do número e da área abrangida pelos quadros de associados.

Projeto de trabalho: conteúdo e forma

É neste contexto social, político, econômico, cultural e diante das incertezas e mudanças estruturais que pontuavam o *mundo globalizado* que a realização de um projeto de memória e história do trabalho dos Sindicomercários-ES ganha relevo e se justifica a ponto de fazer-se incluir no planejamento estratégico da entidade dos comerciários.

O resgate da história do Sindicomercários-ES envolvendo toda a equipe num intenso trabalho de coleta e pesquisa nos principais centros de documentação e arquivos do Espírito Santo. Nesse sentido, trabalhar a memória institucional não é simplesmente referir-se ao passado da instituição. Memória institucional é, sobretudo, o uso que a instituição faz de sua história. E dependerá da forma de perceber e valorizar sua própria história que as instituições podem aproveitar (ou perder) a oportunidade de utilizar essa *ferramenta* para adicionar mais valor a sua atividade. (WORCMAN, 2004)

“Resgatar” a história passou a ser, assim, um projeto importante para muitas instituições que perceberam que tanto os registros físicos do passado como as pessoas que vivenciaram os momentos históricos estavam se perdendo. (RIBEIRO, 2006)



Sessão solene de 21 de setembro de 1931 marca a fundação do Sindicato dos Empregados no Comércio no Estado do Espírito Santo. Em pé, o representante do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, Henrique da Silveira Lobo. Sentado à direita, redigindo o livro de ata, Luiz Manoel Vellozo. Imagem do Centro de Memória do Sindicomercários-ES. FONTE: Centro de Memória Sindicomercários-ES.

O marco inicial do trabalho unindo a equipe de historiadores e arquivistas com o Sindicato dos Empregados no Comércio no Estado do Espírito Santo (Brasil) foi o projeto PROFISSÃO COMÉRCIO: BALCÃO E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA NOS 75 ANOS DO SINDICOMERCÁRIOS (1931-2006) cujo objetivo era o levantamento da documentação existente resgatada de depósitos

precários, e dar ênfase à pesquisa e difusão da história do Sindicato sob a perspectiva dos que ajudaram a construí-lo.

Esse projeto resultou numa grande pesquisa de duração de 12 meses que foi iniciada em junho de 2005 na sede do sindicato e nas regionais localizadas nas cidades do interior. Seu desdobramento foi a criação de um centro de memória, uma exposição itinerante, um vídeo institucional e um livro. O acervo físico resultante do projeto está disponível aos diretores, funcionários, filiados e à sociedade em geral.

Para o desenvolvimento do projeto de pesquisa e produção do livro foi formada uma equipe coordenada pelo historiador e arquivista Luiz Cláudio M. Ribeiro, e composta pelo historiador e arquivista André Malverdes, a quem coube a organização do acervo e parte da pesquisa documental. Foram feitas viagens às cidades de Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, Linhares e São Mateus para coleta de informações, visitas de campo, entrevistas orais e pesquisa iconográfica.

As fontes

A atividade de pesquisa aconteceu nos arquivos e bibliotecas de várias instituições do Espírito Santo, além de acervos pessoais de várias lideranças e familiares que passaram pela presidência do sindicato: Arquivo Público Estadual do Espírito Santo (APEES), Biblioteca Pública Estadual (BPE), Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo (BCUFES), Arquivo Geral do Município de Vitória (AGMV), Instituto Jones dos Santos Neves (IPES). Foram examinados diversos tipos de publicações, atas, jornais (locais e de circulação nacional). Merece destaque as entrevistas orais realizadas com atuais e antigos diretores e funcionários do Sindicomercários-ES.

Apesar do projeto de organização do arquivo ter sido concluído em cerca de 6 meses, a construção do espaço para sua implantação foi bastante demorada. Esta demora deveu-se a diversas indecisões e de alterações mal planejadas no edifício sede do Sindicato, apesar da equipe de História e Arquivologia ter prestado um trabalho de consultoria no detalhamento e no acompanhamento do projeto que não foram cumpridas de modo satisfatório. Ao final, os erros cometidos foram evidenciados porque a obra apresentou problemas como infiltração de águas de chuva que foram em parte acertados. Resta, porém, ainda muito a ser feito.

O espaço do conhecimento hoje

Embora o espaço esteja aberto à visitação, o tratamento técnico dos acervos (ver quadro) está novamente paralisado, aguardando disponibilidade de recursos para a implantação de um banco de dados integrado ao portal corporativo, de forma a possibilitar pesquisa on-line, a atualização dos acervos e o desenvolvimento de novos produtos e serviços da informação. Contudo, vai depender das decisões que serão tomadas pela atual diretoria, que não tem demonstrado comprometimento com a continuidade dos trabalhos aderente a um arquivo com características de Centro de Memória.

O ponto fundamental é que, com o desenvolvimento do projeto de organização e pesquisa já realizado, o sindicato tem hoje a percepção global da importância da preservação e disseminação do seu patrimônio documental e de sua história.

Tabela 1 - Caracterização do acervo do Centro de Memória Sindicomerciários-ES

TIPO DE ACERVO	QUANTIDADE	CARACTERÍSTICAS
BIBLIOGRÁFICO	678 títulos	Publicações e estudos de diferentes procedências e relacionados às linhas de acervo definida.
TEXTUAL PERMANENTE	2.380 documentos	Toda a documentação que reflete aspectos significativos da trajetória da instituição desde sua criação até a atualidade, ou seja, não é formada apenas por documentos antigos ou raros. Fazem parte desse acervo documentos como: <ul style="list-style-type: none"> • Projetos da instituição; • Relatórios técnicos e administrativos; • Campanhas de filiação e promocionais; • Clippings (papel e eletrônico); • jornais internos; • impressos; • planos estratégicos; • atas etc.
AUDIOVISUAL	62 dvds	Fitas de áudio e vídeo produzidas ou acumuladas pelo sindicato e referentes à sua área de atuação ou setores correlacionados.
BANCO DE DEPOIMENTOS	58 entrevistas	Registro gravados em áudio e/ou vídeo com pessoas ligadas direta ou indiretamente a história do sindicato. Essas entrevistas conduzidas de acordo com os métodos da história oral são complemento importante do trabalho de pesquisa histórica e de organização de fontes, na medida em que preenchem lacunas informativas e evidenciam elementos intangíveis da evolução da cultura organizacional.
MATERIAL MUSEOLÓGICO	27 peças	Objetos tridimensionais e documentos que representam aspectos significativos da trajetória da entidade, como troféus, certificados, camisetas de campanha, panfletos, cartazes etc.
FOTOGRAFICO	aprox. 7.000 unidades	Relacionado à entidade, de origem interna ou externa, em diferentes suportes (papel, eletrônico ou filme).

Observação: Existem ainda 496 referências bibliográficas (livros, apostilas e cartilhas), 175 revistas, 454 informativos (jornais, cartazes, adesivos e folhetos), 56 fitas de vídeo.

O projeto tinha o objetivo inicial de implantar um Centro de Memória e de produzir um livro como resultado do amplo relatório de pesquisa que sistematizasse a história do Sindicomercários-ES. Os trabalhos realizados passaram pelos enfrentamentos de diversas ordens de problemas, cujo relato poderá contribuir para as instituições que desejam investir nesse tipo de atividade e que, provavelmente, incorrerão nas mesmas dificuldades.

Numa instituição sindical a cultura da preservação e da valorização da história institucional não é disseminada. As atribuições cotidianas, as questões políticas, sociais e trabalhistas levam os gestores a preocuparem-se exclusivamente com o presente e com o futuro próximo, deixando a memória para um segundo plano.

Afinal, a memória não é apenas institucional, pois contempla o papel gerado, pois contempla o conhecimento gerado e acumulado pela empresa ao longo de sua trajetória, o que significa dizer que é parte fundamental do patrimônio de uma instituição. A falta de percepção sobre a importância da memória na organização também leva ao fortalecimento de estereótipo sobre ela. A memória é identificada apenas com o que é antigo, com o documento amarelado, com as efemérides, como aquele caso pitoresco que se presta à mera recordação ou celebração e não se relaciona com o presente. (WORCMAN, 2004)

A questão cultural foi o grande desafio, a começar pela gestão documental do sindicato e a necessidade da correção de não-conformidades com a técnica e metodologias arquivísticas. Para mudar essa visão no primeiro momento foi realizado um intensivo resgate de documentos em poder das unidades, dos ex-funcionários e principalmente na massa documental acumulada na sede da instituição. O trabalho consistiu inicialmente na triagem, identificação da documentação de valor histórico e de tudo que pudesse servir de fonte para a reconstituição histórica e de acervo inicial do Centro de Memória.

O acervo acumulado na sede gerado pela instituição apresentava problemas crônicos comum nos arquivos institucionais brasileiros: recolhimento inconstante, eliminação indiscriminada, ausência de condições adequadas de conservação nos depósitos e pouca manutenção do local, que levam a acidente como inundações e incêndios e permitem a ação nefasta de roedores, insetos e microorganismos.

Num segundo momento foi realizado o desenvolvimento de uma campanha permanente entre os funcionários e colaboradores do sindicato englobando reuniões, banners, boletins eletrônicos, informativos, revistas e apresentações em setores e unidades. Além disso, foi elaborada uma marca para a comemoração dos 75 anos da instituição e foram confeccionados materiais incentivando a doações de documentos e depoimentos sobre a história do sindicato.

Outro desafio foi a questão geográfica, devido à dispersão das unidades do sindicato no território capixaba. Foram necessárias viagens constantes a diversas cidades e a colaboração dos servidores no processo de avaliação dos documentos que até então não contavam com uma tabela de temporalidade³.

³Instrumento aprovado por autoridade competente que regula a destinação final dos documentos (eliminação ou guarda permanente) e define prazos para sua guarda temporária (vigência, prescrição, precaução), em função de seus valores administrativos, legais, fiscais etc. e determina prazos para sua transferência, recolhimento ou eliminação.

Com sua sede localizada na capital Vitória, o Sindicomercários-ES encontra-se presente nos 78 municípios capixabas, através de cinco macrorregiões (Central, Sul, Norte I, Norte II e Extremo Norte), nove regionais e a sede da Grande Vitória. As regionais nas cidades de Aracruz, Barra de São Francisco, Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, Guarapari, Linhares, São Gabriel da Palha, São Mateus e Venda Nova do Imigrante e oito postos de atendimento em Afonso Cláudio, Brejetuba, Conceição do Castelo, Baixo Guandu, Rio Bananal, Guaçuí, Marataízes e Nova Venécia.

Diante de tamanha dispersão da estrutura da entidade, a implantação de seu centro de memória institucional requereu recursos significativos no que diz respeito à remuneração dos consultores especializados e da equipe, à estruturação de instalações adequadas, equipamentos, tecnologia da informação, materiais e desenvolvimento de produtos da informação. Infelizmente esse tipo de gasto é visto como custo e não como investimento. Para que se invertessem as prioridades orçamentárias foi dada atenção às reuniões de conscientização da importância do projeto junto a diretores, funcionários e sindicalizados com uma ampla campanha de comunicação. Buscaram-se também resultados exitosos alcançados por outras entidades e organizações privadas que mobilizaram esforços através dos projetos de memória institucional para reforçar sua imagem e inserção espontânea nos meios de comunicação com a divulgação de notícias e de agendas de eventos relacionadas ao projeto.

Uma logomarca dos 75 anos foi especialmente desenvolvida e divulgada ao longo do ano e aplicada a todos os materiais de comunicação impressa e eletrônica; em parceria com a Empresa de Correios e Telégrafos do Brasil foi lançado um selo adesivo comemorativo dos 75 anos da instituição.

Quinzenalmente o sindicato publicava através do informativo O Troco, digital e impresso, encaminhando via mala direta e distribuindo aos sindicalizados que buscavam atendimentos nas sedes e regionais. Foi também divulgado na imprensa local e convocando os colaboradores e ex-funcionários a doações de acervos e depoimentos para o projeto.



A produção do livro Memória e Luta Sindicomercários: 75 anos de história (1931 - 2006), comemorativo dos 75 anos da entidade, demandou a dedicação de equipes internas e externas ao Sindicato. A publicação é resultado de aprofundada pesquisa feita nos próprios documentos que passaram a compor o Centro de Memória da entidade, nas informações apuradas na coleta de depoimentos orais que foram depois tratados de acordo com a metodologia e técnicas da História Oral para também se tornarem parte do acervo em forma digital e textual e em ampla bibliografia especializada. Composto de texto historiográfico de fácil assimilação pelo leitor comum, o livro contextualiza o Sindicomercários-ES no processo histórico dos últimos 100 anos em 244 páginas fartamente ilustradas por imagens em cores, compondo 5 capítulos. Seu lançamento ocorreu em grande festajantar para 1000 convidados, na cidade de Vila Velha.

A mesma pesquisa histórica produzida pela equipe especializada embasou a realização de um documentário audiovisual institucional com 23 minutos de duração que foi exibido no mesmo evento, narrando a trajetória do Sindicato. A exibição ocorreu durante a programação dos 75 anos da entidade para uma plateia composta por associados, diretores, funcionários, fornecedores, estudantes, familiares e autoridades civis.

No evento comemorativo dos 75 anos do Sindicomercários-ES, ocorrido em 24 de setembro de 2006 no Centro de Convenções da Faculdade Novo Milênio, em Vila Velha, também foi inaugurada a exposição fotográfica comemorativa dos 75 anos do Sindicomercários-ES, prevista para percorrer as sede e subsedes do sindicato nos municípios.

Reestruturação do Centro de Memória

Passado 7 anos da inauguração é preciso repensar sua funcionalidade dentro da estrutura organizacional da instituição, principalmente através de um trabalho de gestão documental integrada visando o recolhimento do acervo histórico e evitando futuras perdas. Todos os Centros de Memória, após sua instalação, necessitam de continuidade no seu trabalho de organização e apuração de acervo, baseando-se num planejamento que vise o constante processo de descrição, conservação e disseminação da informação.

Para atingir tal objetivo foi recomendado ao Sindicato a oficialização do Centro de Memória no seu organograma, o estabelecimento de uma rotina de transferência e recolhimento de documentos, o estabelecimento de políticas de atualização de dados e o seu envolvimento como intermediário entre a instituição e os usuários da informação.

Destacamos a importância de uma política de descrição e o uso das tecnologias da informação na disseminação da informação. Um espaço de memória só tem o seu valor quando atinge o cidadão e proporciona a transformação do pensar e permite a reflexão. Um dos significados da palavra resgatar no *dicionário Houaiss* é justamente “tirar do esquecimento”, sendo assim, a simples organização da informação é apenas o início dos trabalhos de um Centro de Memória.

A digitalização do acervo e a divulgação do mesmo via *Internet* é uma proposta para a criação de um banco de dados dos sindicatos dos trabalhadores do Espírito Santo, com a utilização do software livre ICA AtoM, que significa “Conselho Internacional de Arquivos - Acesso à Memória”. A proposta é que o acervo seja disponibilizado em ambiente web, com o ICA AtoM, que é de código aberto e baseado em padrões para a descrição arquivística num contexto multilíngue e ambiente multiarquivos.

Com a digitalização do acervo pretende-se contribuir para o amplo acesso e disseminação dos documentos arquivísticos por meio da Tecnologia da Informação e Comunicação; permitir o intercâmbio de acervos documentais e de seus instrumentos de pesquisa por meio de redes informatizadas; promover a difusão e reprodução dos acervos arquivísticos não digitais, em formatos e apresentações diferenciados do formato original; e incrementar a preservação e segurança dos documentos arquivísticos originais que estão em outros suportes não digitais, para restringir seu manuseio.

Conclusão

O projeto desenvolvido por profissionais de História e Arquivologia tornou possível associar a prática arquivística à metodologia histórica para trazer à luz uma memória institucional somente retomada quando seus elementos mais expressivos - as diretorias, as sedes, os embates por direitos trabalhistas e negociações salariais, as articulações político-partidárias etc. - foram

articulados num nexo compreensivo aos próprios atores sindicais através de um eixo narrativo-temporal que remontou aos primórdios constitutivos da entidade e a inseriu como ator efetivo na trajetória histórica do Espírito Santo e do Brasil.

Sabemos que comemorar efemérides é a motivação mais comum das organizações que resolvem investir em conhecer sua própria história. Mas acima disso, ao arquivista e ao profissional da informação cabe promover o conceito de que a história particular de uma instituição terá o seu efeito ampliado quando envolvida e contextualizada com o processo maior de transformação do país e da sociedade em geral.

A pesquisa histórica foi o rastreamento e análise das fontes primárias e secundárias visando desenvolver uma narrativa encadeada no espaço e no tempo de atividades, eventos e enfrentamentos de tema, problemas e contextos que a instituição experimentou no cumprimento de suas prerrogativas legais, a organização, defesa e promoção da categoria dos trabalhadores comerciários do estado do Espírito Santo. Os arquivos documentais organizados pelo projeto “Profissão Comércio: balcão e organização política nos 75 anos do Sindicomerciários (1931-2006)” foram a espinha dorsal do trabalho historiográfico. E essa história só terá sentido se proporcionar às pessoas a redescoberta de valores e experiências, reforçar vínculos, criar empatia com a trajetória dos indivíduos que a ela pertencem e proporcionar reflexões sobre as expectativas de planos futuros.

Referências Bibliográficas

ACHIAMÉ, Fernando. *O Espírito Santo na Era Vargas (1930-1937) elites políticas e reformismo autoritário*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.

BITTENCOURT, Gabriel.; RIBEIRO, Luiz Cláudio M. [org.]. *Espírito Santo um painel da nossa história II*. Vitória: Secult/ES, 2012.

CONARQ. *Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes*. Rio de Janeiro, 2010.

RIBEIRO, Luiz Cláudio M. *Memória & luta: 75 anos do Sindicomerciários (1931-2006)*. Vitória: Produz, 2006.

RIBEIRO, Luiz Cláudio M. *Sinergia de Getúlio a Lula: 60 anos da organização dos trabalhadores do setor de energia do Espírito Santo (1945-2005)*. Vitória: Flor&Cultura, 2005.

RIBEIRO, Luiz Cláudio M.; BARROS, N. [org.]. *Olhares de luta - Reflexões contemporâneas sobre a CUT no Espírito Santo*. Vitória: Produz Ed., 2008.

RIBEIRO, Luiz Cláudio M. *Excelsos destinos: história da energia elétrica no Espírito Santo 1896-1968*. Vitória: Edufes, 2012.

SILVA, Marta Zorzal e. *Espírito Santo Estado, interesses e poder*. Vitória: FCAA/SPDC, 1995.

SIQUEIRA, Maria da Penha S. *Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da Grande Vitória 1950-1980*. Vitória: Grafitusa, 2010.

WORCMAN, Karen. “Memória do futuro: um desafio”. In: *Memória de Empresa: História e Comunicação de mãos dadas, a construir o futuro das organizações*. São Paulo: Aberje Editorial, 2004.

O MUNDO DOS TRABALHADORES NAS FONTES DA JUSTIÇA DO TRABALHO: DESAFIOS DA PESQUISA HISTÓRICA

Deivide Rodrigues Alves¹
Rita de Cássia Mendes Pereira²

Cada documento carrega, mesmo que não saibamos,
a história de sua própria sobrevivência.
(Fernando Teixeira da Silva)

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo realizar um inventário das formas de tratamento e das possibilidades de investigação histórica da documentação da Justiça do Trabalho. Um levantamento inicial, nas páginas eletrônicas de eventos de grande abrangência, permitiu elucidar os principais temas e resultados das pesquisas. Os dados levantados foram consolidados em um mapeamento da produção historiográfica recente sobre a presença dos trabalhadores no judiciário trabalhista e possibilitaram destacar o papel dos Núcleos/Centros de Pesquisa na recuperação da história dos trabalhadores brasileiros a partir do trabalho de guarda, organização e exploração dos documentos da Justiça do Trabalho.

Palavras-chave: Arquivo; arquivos do judiciário; história; trabalhadores

Os documentos da Justiça do Trabalho, produzidos no âmbito das Juntas de Conciliação e Julgamento e, desde 1999, das Varas do Trabalho de todo o Brasil, têm sido objeto de eliminação sistemática, com prejuízos inevitáveis para a pesquisa histórica. A incineração dos processos após cinco anos de conclusão tem por base legal o artigo 1.215 da Lei nº 6.014/73, reiterado pela lei nº 7.627, de 10 de novembro de 1987.

A legislação faz replicar a reclamação dos presidentes das Juntas/Varas do Trabalho, de que não dispõem de espaço físico para a guarda dessa documentação. Por conta disso, informações importantes para a reconstrução da história e preservação da memória dos trabalhadores brasileiros, dos municípios abrangidos pelas Juntas/Varas e da própria Justiça do Trabalho no Brasil, têm sido destruídas. No sentido contrário a esse movimento de eliminação de documentos, nas últimas duas décadas, atentos ao potencial da documentação da Justiça do Trabalho para a pesquisa nas áreas da História, Direito e Economia, universidades, centros e núcleos de pesquisa e, por vezes, as próprias Varas do Trabalho, têm tomado para si a responsabilidade de preservação dos acervos ou de parte deles.

Os critérios de seleção dos documentos a serem preservados são, contudo, bastante discutíveis. O debate envolve arquivistas, historiadores e gestores das Varas do Trabalho de

¹Historiador e Mestrando do Curso de Pós Graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb).

²Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (2003). Professora Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

todo o Brasil. Para os historiadores, a destruição de um único processo pode comprometer o levantamento, em base seriada, dos perfis dos trabalhadores, dos motivos que os levam a recorrer à Justiça do Trabalho, dos discursos e práticas dos juízes togados e classistas, da atuação dos sindicatos de trabalhadores e dos advogados em situações de disputas trabalhistas, enfim, da própria dinâmica da economia regional e das lutas pelo poder local.

Um inventário preliminar sobre a produção acadêmica construída a partir da documentação da Justiça do Trabalho foi realizado nas páginas eletrônicas de alguns importantes eventos que, entre os anos de 2008 e 2013, deram visibilidade às pesquisas sobre o mundo dos trabalhadores do Brasil: a primeira e a segunda edições do **Seminário Internacional O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos**, realizados, respectivamente, nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, o primeiro entre 9 a 11 de setembro de 2008 e o segundo nos dias 30 e 31 de março e 01 de abril de 2011; o **XXV Simpósio Nacional de História**, promovido pela Associação Nacional de História (ANPUH) no ano de 2009, em Fortaleza-Ce; o **XXVI Simpósio Nacional de História**, realizado em 2011, na cidade de São Paulo; e o **II Seminário Internacional Mundos do Trabalho**, realizado conjuntamente com a **VI Jornada Nacional de História do Trabalho**, no Rio de Janeiro, em 2012.

Ressaltam, dos textos apresentados nesses eventos e que tomam como fonte de investigação os documentos da Justiça do Trabalho, importantes temas de pesquisas - algumas em andamento, outras com resultados já consolidados - como trabalho infanto-juvenil, trabalho feminino, ofícios, trabalho escravo ou em condição similar a escravidão, mudanças na legislação trabalhista e nos modos peculiares de interpretação e aplicação das leis, economia regional, disputas pelo poder, entre outros.

O presente trabalho tem por propósito inventariar, a partir da análise dos textos dos resumos e artigos publicados nas páginas dos eventos, as universidades, bem como os núcleos e centros de pesquisa, que têm atuado na guarda e exploração da documentação da Justiça do Trabalho. Os dados levantados permitiram esboçar um mapa (regional e por instituição) da produção historiográfica recente assentada sobre esse tipo de acervo.

Na última década do século XX, Roger Chartier definia a História como “uma disciplina ainda sadia e vigorosa”³. Efetivamente, a saúde e o vigor ostentados pela História até os nossos dias resulta de uma enorme capacidade de renovação, com a descoberta de novos objetos de investigação, o desenvolvimento de novos modelos teóricos, decorrentes da aproximação com outros campos de saber, e a exploração de uma gama de novas fontes.

Ao historiador de ofício, Chartier atribui à capacidade de “constituir novos territórios, de anexar territórios alheios (de etnólogos, sociólogos, demógrafos etc.)”, sem, contudo, perder de vista o elemento sobre o qual se “fundara a força da disciplina, o tratamento quantitativo das fontes maciças e seriadas”⁴.

Por outro lado, cada vez mais propensa a refletir sobre a história de grupos e indivíduos marginalizados pelos padrões positivistas de produção historiográfica, a Ciência Histórica da segunda metade do século XX foi marcada por uma extraordinária ampliação do conceito de documento histórico, como afirma Le Goff:

Ampliou-se a área dos documentos, que a história tradicional reduzia aos textos e aos produtos da arqueologia, de uma arqueologia muitas vezes separada da história. Hoje os

³CHARTIER, Roger. O mundo como Representação. Estudos Avançados. v. 1.5, n.11. São Paulo. Jan./Abr. 1991. p. 173. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141991000100010>>. Acesso em: 07 Jun. 2013.

⁴CHARTIER, Roger. O mundo como representação... p. 174-175

documentos chegam a abranger a palavra, o gesto. Constituem-se *arquivos orais*; são coletados etnotextos⁵.

As transformações no conceito de *fonte* estão assentadas na própria dinâmica da sociedade contemporânea, na qual a rapidez das mudanças leva à valorização de fontes outrora não cogitadas e ao questionamento sobre a validade dos testemunhos de documentos comumente utilizados. Como salienta Nora,

O medo de que tudo está na iminência de desaparecer acompanhado com a ansiedade sobre o significado preciso do presente e a incerteza sobre o futuro, investe até a mais humilde testemunha, o mais modesto vestígio, com a dignidade de ser potencialmente memorável⁶.

No campo específico de investigação que viria a ser chamado de História do Trabalho, as pesquisas avançaram no sentido da identificação e exploração de documentos escritos, orais e imagéticos capazes de revelar informações sobre as ideias e as práticas dos homens e mulheres associados pela experiência do trabalho.

É neste contexto de renovação historiográfica que se situa o impulso investigativo que levou historiadores de várias partes do Brasil a se interessar pelos documentos produzidos no âmbito do judiciário trabalhista. Destaca Silva:

A análise deste vasto corpo documental poderá contribuir para a compreensão mais aprofundada das relações entre trabalhadores, empresários e governos, alcançando uma densidade empírica não permitida em investigações ainda marcadas por generalizações que consagram o Estado como o grande sujeito das transformações históricas⁷.

A documentação do judiciário trabalhista não apenas amplia as possibilidades de estudos em História do Trabalho como se presta à construção de experiências de natureza interdisciplinar, envolvendo pesquisadores das áreas das Ciências Humanas, de Letras e das Ciências Sociais Aplicadas. Por conseguinte, a utilização sistemática desses documentos como fontes de pesquisa permite o surgimento de novos enfoques interpretativos e metodológicos.

Estimados como fundamentais à pesquisa empírica e à reflexão teórica sobre relações de trabalho e atuação social dos trabalhadores, os acervos dos Tribunais da Justiça do Trabalho suscitaram a organização, em diversas partes do Brasil, de centros e núcleos de estudos interdisciplinares, que tomaram para si a responsabilidade de preservação dos acervos. Especialmente as universidades públicas, como salienta Camargo, estiveram à frente desse

⁵ LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas: Ed. da Unicamp 1990. p. 6.

⁶ NORA, Pierre. Realms of Memory: the construction of French Past. Nova York: Columbia University Press, 1996. p 10.

⁷ SILVA, Fernando Teixeira da. Nem crematório de fontes nem museu de curiosidades: por que preservar os documentos da Justiça do Trabalho In: HEINZ, Flavio M. e HARRES, Marluza Marques (Org.). A História e seus territórios. Conferências do XXIV Simpósio Nacional de História da ANPUH. São Leopoldo: Oikos, 2008. p.11

processo de estruturação de centros/núcleos com a tarefa de referenciar, sumariar e mesmo abrigar documentos⁸.

Os centros ou núcleos de documentação vinculados às universidades distinguem-se dos arquivos, públicos ou privados, por sua lógica organizacional e documental. As ações de preservação e de pesquisa, pensadas conjuntamente, confluem para o propósito da preservação da memória dos indivíduos, grupos sociais e instituições aos quais estão dedicados. O “perigo do esquecimento” impulsiona debates no âmbito da academia e, consoante os métodos de atuação das instituições de pesquisa, contamina os grupos sociais que a eles se direcionam. Por outro lado, os debates travados no âmbito das universidades estão na origem de políticas públicas de preservação de memória, de acervos materiais e patrimônios públicos de toda ordem.

Assim, as novas fontes, postas a descoberto pelas experiências de pesquisa desenvolvidas no âmbito dos núcleos e centros de pesquisa, resultam na construção de uma história mais ampla, capaz de lançar luzes sobre a existência e ampliar as vozes de grupos só tardiamente contemplados pelas investigações sobre o mundo do trabalho. Deste modo, a partir do contato com as fontes da Justiça do Trabalho ganharam impulso pesquisas importantes sobre os trabalhadores rurais, as mulheres trabalhadoras, o trabalho de crianças e jovens etc., que vieram somar-se aos estudos sobre a história do operariado e sobre o movimento social organizado, dominante nos estudos sobre trabalhos e trabalhadores até o final do século XX.

A escolha de determinadas fontes de pesquisa revela um mecanismo sutil de classificação, seleção, ordenação e valoração de determinados grupos e sujeitos e pode levar à exacerbação da memória de uns ou ao velamento da memória de outros, como ressalta Le Goff:

A memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva⁹.

Ainda na segunda metade do século XX, as reflexões sobre a história da legislação trabalhista e da Justiça do Trabalho no Brasil resultaram em interpretações divergentes quanto à importância das instituições judiciárias para a sociedade brasileira: concessão do governo, conquista dos trabalhadores organizados, mecanismo de controle sobre as relações entre capital e trabalho, e, em especial, sobre os movimentos sociais são algumas das possibilidades de análise, postas em discussão desde o século anterior, mas que ainda hoje repercute nos estudos sobre a História do Trabalho no Brasil. Afinado com as tendências mais recentes da historiografia, Antonio Luigi Negro propõe outra vertente de interpretação, que põe em foco não apenas a conjuntura inicial e os propósitos de criação da Justiça do Trabalho, mas o seu uso efetivo por parte dos trabalhadores em luta pela garantia e ampliação de direitos:

⁸ CAMARGO, Célia Reis. Os Centros de Documentação das Universidades: tendências e perspectivas. In: SILVA, Zélia Lopes (Org.) Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas. São Paulo. Ed da UNESP, 1999. p. 49-63.

⁹LE GOFF, Jacques. História e Memória....p. 368

Longe de vítimas passivas ou de fantoches manipulados, há atores que entram em cena alargando as possibilidades da lei e do direito, conseguindo resultados e justiça. O mais das vezes, é verdade, fica claro que é preciso energia e disposição para travar os embates. Ao mesmo tempo, também fica claro que há direitos pelos quais vale a pena lutar, enfrentando a morosidade do judiciário¹⁰.

A partir dessa perspectiva, é possível levantar novos problemas, novos objetos de pesquisa e novas abordagens, que levam em consideração o vivido e compartilhado pelos diversos sujeitos atuantes em uma querela trabalhista: trabalhadores, empregadores, juízes togados e classistas, advogados. Ainda assim, os documentos da Justiça do Trabalho foram e continuam sendo sistematicamente eliminados por iniciativa dos gestores das varas do trabalho, sob os olhos das instituições universitárias, incapacitadas, por falta de espaço físico, suporte material e pessoal, para a guarda desta documentação.

Uma das primeiras iniciativas de preservação de documentos da Justiça do Trabalho veio da cidade de Jundiaí-SP. Em 1995, parte da imprensa do município e do estado noticiou o descarte de “cerca de 10 mil processos”, produzidos desde 1944 pela Junta de Conciliação e Julgamento daquela cidade¹¹. Na verdade, eram 32 mil processos e a mobilização da sociedade local garantiu que eles ficassem abrigados no Museu Histórico e Cultural de Jundiaí.

Segundo Varussa, trata-se de um volume numericamente insignificante, “num universo de aproximadamente dois milhões de ações judiciais instauradas na década de 2000”¹². Entretanto, preservados em sua integralidade e abordados à luz de métodos quantitativos e qualitativos de análise, esses documentos permitiram, minimamente, inventariar os dados dos trabalhadores e as motivações que os levavam a recorrer à Justiça do Trabalho. Possibilitaram revelar, também, perfis e modelos de atuação dos diferentes sujeitos e entidades envolvidas nos processos, a exemplo de advogados e sindicatos. Enfim, submetidos a métodos precisos de investigação, os documentos revelaram dados sobre mercado de trabalho, fluxos da economia regional e mesmo sobre a dinâmica da definição territorial dos municípios abrangidos pela Junta. Os processos judiciais permitiram evidenciar, por exemplo, a abertura de novas atividades industriais (e o desaparecimento de outras); possibilitaram analisar a dinâmica entre cidade e campo, ao identificar ritmos e rotinas próprias a um e outro setor; evidenciaram sobreposições, conflitos, permanências, readequações, resistências, sentimentos de perdas e ganhos firmados pelos sujeitos afetados pela urbanização da cidade¹³.

A essa experiência pioneira vieram somar-se outras pesquisas que, a partir do estudo cuidadoso das ações, das atas, das súmulas de sentenças e de outros documentos da Justiça do Trabalho, vieram a corroborar com a perspectiva histórica que identifica no judiciário trabalhista uma importante instituição, à qual recorrem os trabalhadores em luta. Especialmente nos

¹⁰NEGRO, Antonio Luigi. O que a Justiça do Trabalho não queimou: novas fontes para o estudo do trabalho no século XX. *Politeia: História e Sociedade. Vitória da Conquista*. v. 6, n. 1, p. 193-209. 2006. p. 201

¹¹VARUSSA, Rinaldo José. Processos Judiciais Trabalhistas e a pesquisa em História: síntese de palestra apresentada no dia 18 de maio de 2012 na X Semana do Museu organizada pelo Centro de Memória do TRT da 9ª. Região. Disponível em http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCwQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.trt9.jus.br%2Finternet_base%2Farquivo_download.do%3Fevento%3DBaixar%26idArquivoAnexadoPlc%3D2494265&ei=4idTU6bE9HbqQHVvoF-g&usg=AFQjCNHnn5N8kh3W9teCtbbfbSVN3CNIIQ&bvm=bv.53537100,d.eWU. Acesso em 04 Jul. 2013.

¹²VARUSSA, Rinaldo José. *Processos Judiciais Trabalhistas...*, p. 2

¹³VARUSSA, Rinaldo José. *Processos Judiciais Trabalhistas e a pesquisa em História...*

¹⁴Cf em: <<http://c.edoc.cut.org.br/seminario-internacional>> e <<http://lhst.blogspot.com.br>>. Acesso em: 30 ago. 2013.

processos de reclamação trabalhista, os trabalhadores falam de si, dos seus modos de vida, das suas relações de trabalho, expõem suas trajetórias individuais, comumente apresentadas sob a forma de narrativa oral, fixadas em documento escrito e certamente resignificadas por um agente do judiciário. Estão ali contidas importantes informações sobre cotidiano, locais de moradia, de trabalho e de lazer, tempos e espaços às vezes delimitados, às vezes conjugados, muitos deles já extintos.

O **Seminário Internacional O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos** é realizado pela Central Única dos Trabalhadores, em parceria com o Arquivo Nacional/Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas. O evento é voltado a pesquisadores e profissionais com atuação na área de arquivos e centros de documentação operários, rurais, sindicais e dos movimentos sociais; a dirigentes e militantes sindicais e populares; a profissionais de arquivos públicos e privados que mantêm sob sua guarda acervos de organizações dos trabalhadores da cidade e do campo; a arquivistas, historiadores, assistentes sociais, cientistas políticos e sociais, bibliotecários e estudantes¹⁴.

O **Simpósio Nacional de História**, bienal, promovido pela Associação Nacional de História (ANPUH), é o maior e mais importante evento da área de história da América Latina.

O **Seminário Internacional Mundos do Trabalho** é promovido pelo Grupo de Trabalho Mundos do Trabalho da ANPUH, a cada dois anos, nos intervalos do Simpósio Nacional de História, e tem se constituído em evento relevante para a apresentação e discussão da produção acadêmica sobre História Social do Trabalho.

A análise dos resumos e artigos apresentados nestes distintos eventos revela a crescente importância das fontes da Justiça do Trabalho nas pesquisas acadêmicas desenvolvidas, em todo o Brasil, voltadas à História do Trabalho. No **1º Seminário Internacional O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos**, realizado em 2008, não há registro de pesquisas que indique a utilização de fontes da Justiça do Trabalho como se pode depreender do livro de comunicações do evento, publicado em 2009¹⁵. Nos eventos que lhe sucedem, realizados entre 2009 e 2012, os processos trabalhistas ganham espaço nos títulos, resumos e textos publicados.

Assim, como pode ser visualizado na tabela 1, já no **2º Seminário Internacional O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos** (2011), de um total de 18 trabalhos apresentados, quatro indicavam as fontes da Justiça do Trabalho como fontes de pesquisa (Tabela 1).

Tabela 1 - Trabalhos desenvolvidos a partir de fontes da Justiça do Trabalho apresentados no **2º Seminário Internacional O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos** (Rio de Janeiro, 2011)

Instituição	Estado da Federação	Número de trabalhos
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas) e Centro de Memória da Justiça do Trabalho de Minas Gerais	MG	1

¹⁵Cf em MARQUES, Antônio José; STAMPA, Inez Terezinha. O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2009. 264 p. Disponível em: <http://cedoc.cut.org.br/acervo/livros-e-folhetos/?busca_titulo=O%20mundo%20dos%20trabalhadores>. Acesso em: 04 jun. 2013.

Instituição	Estado da Federação	Número de trabalhos
Laboratório de História Social do Trabalho da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (LHIST/Uesb)	BA	2
Universidade Nacional de Córdoba /Memorial Regional do Trabalho da 4ª Região	-	1
Total		4

Fonte: MARQUES, Antônio José; STAMPA, Inês Terezinha. Arquivo, Memória e Resistência dos Trabalhadores no Campo e na Cidade: comunicações do 2º Seminário Internacional O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2009. Disponível em: <<http://cedoc.cut.org.br/cedoc/livros-e-folhetos/1679>>. Acesso em: 27 de jun. 2013.

Dos quatro trabalhos, um foi desenvolvido pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas) e pelo Centro de Memória da Justiça do Trabalho de Minas Gerais; dois tinham origem nas pesquisas desenvolvidas pelo Laboratório de História Social do Trabalho da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (LHIST/Uesb); e um adveio da Universidade Nacional de Córdoba, da Argentina.

Nas edições de 2009 e 2011 do **Simpósio Nacional de História**, em um universo de mais de 200 trabalhos apresentados (122 em 2009 e 101 em 2011), o número de comunicações que indicavam, em seus resumos e textos, a utilização de fontes da Justiça do Trabalho totalizava doze, todas abrangidas no GT Mundos do Trabalho (Tabelas 2 e 3).

Tabela 2 - Trabalhos desenvolvidos a partir de fontes da Justiça do Trabalho apresentados no XXV Simpósio Nacional de História (Fortaleza, 2009)

Instituição	Estado da Federação	Número de trabalhos
Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho(Cesit)/ Instituto Econômico (IE)/ Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Memorial da Justiça do Trabalho do TRT-RS	SP	1
Escola Dieese de Ciências do Trabalho	SP	1
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)	SP	1
Universidade do Estado da Bahia (Uneb)	BA	1
Universidade Estadual de Feira de Santana (Uefs)	BA	1

Instituição	Estado da Federação	Número de trabalhos
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	PE	1
Secretaria de Educação Básica do Estado do Ceará	CE	1
Total		7

Fonte: XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: Anpuh: 50 anos - História e Ética, 2009. Fortaleza - CE Anais... Fortaleza: Anpuh, 2009. Disponível em <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/ANPUH.S25.pdf>> . Acesso em: 20 Jun. 2013

Tabela 3 - Trabalhos desenvolvidos a partir de fontes da Justiça do Trabalho apresentados no XXVI Simpósio Nacional de História (São Paulo, 2011)

Instituição	Estado da Federação	Número de trabalhos
Universidade do Estado da Bahia (Uneb)	BA	1
Universidade Federal do Ceará (UFC)	CE	1
Universidade Federal de Juiz De Fora (UFJF)	MG	1
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	PE	1
Universidade Luterana do Brasil (Ulbra)	RS	1
Total		5

Fonte: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: Anpuh: 50 anos - História e Ética, 2011. São Paulo. Anais... São Paulo: Anpuh, 2011. Disponível em:<<http://anpuh.org/anais/?tag=2011>> . Acesso em: 20 Jun. 2013

Dos sete trabalhos apresentados no Simpósio de 2009, três eram oriundos de instituições sediadas no Estado de São Paulo e quatro vinham de três estados do Nordeste brasileiro: Bahia, Pernambuco e Ceará, conforme pode ser observado na tabela 2. Dos trabalhos apresentados em 2011, cinco eram advindos dos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Ceará (Tabela 3).

Nas duas edições do **Simpósio Nacional de História** há uma significativa participação de instituições universitárias do Nordeste Brasileiro nas pesquisas que tomam como fonte os documentos do judiciário trabalhista. Os estados da Bahia, de Pernambuco e do Ceará dominam o cenário na região, o que pode ser atribuído ao avanço na instalação de centros/núcleos de pesquisas especializados na guarda e exploração desta documentação.

Quanto ao **II Seminário Mundos do Trabalho**, organizado pelo GT Mundos do Trabalho da ANPUH, em 2012, o seu caderno de resumos permite visualizar um maior número de instituições e estados da federação entre os 11 trabalhos (de um total de 164 inscritos) que apontavam os documentos da Justiça do Trabalho como fontes (Tabela 4), além de um trabalho da Universidade de La Plata, Argentina desenvolvido com esse mesmo tipo de documentação.

Tabela 4 - Trabalhos desenvolvidos a partir de fontes da Justiça do Trabalho apresentados no II Seminário Internacional Mundos do Trabalho /VI Jornada Nacional de História do Trabalho (Rio de Janeiro, 2012)

Instituição	Estado da Federação	Número de trabalhos
Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getulio Vargas (CPDOC/FGV)	RJ	1
Escola Dieese de Ciências do Trabalho	SP	1
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)	SP	2
Laboratório de História Social do Trabalho da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (LHIST/Uesb)	BA	1
Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Pelotas (UFPeL/ NDH)	RS	2
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)	MS	1
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	MG	1
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	MG	1
Universidade Nacional de La Plata/Argentina	-	1
Total		11

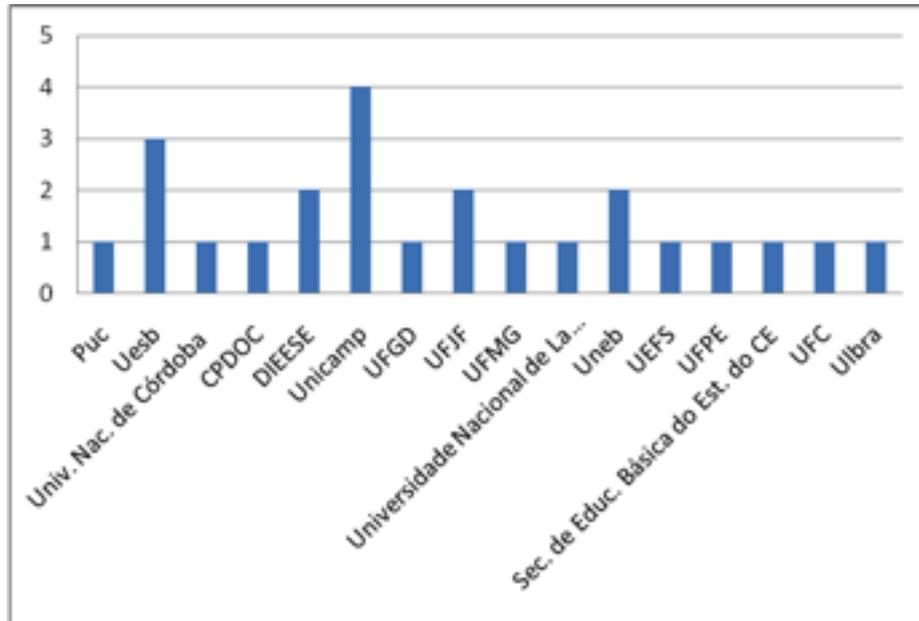
Fonte: II Seminário Internacional Mundos do Trabalho e VI Jornadas de História do Trabalho. 2012. Rio de Janeiro. Caderno de Resumos... Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2012. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/mundosdotrabalho/programa>>.

Acesso em 27 agosto 2012

Nessa edição do Seminário Mundos do Trabalho, realizada no Rio de Janeiro, os estados do Sudeste ocupam papel de destaque quando se trata de trabalhos estruturados a partir das fontes da Justiça do Trabalho.

Construído a partir da análise dos anais e cadernos de resumos dos eventos, o Gráfico 1 oferece um indicativo das universidades e outras instituições que, no Brasil, têm posto em destaque os trabalhos acadêmicos desenvolvidos a partir dos arquivos da Justiça do Trabalho. Entre 2008 e 2012, a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com quatro trabalhos apresentados, de um total de 27, lidera seguida de perto pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb). Não por acaso, as duas primeiras contam com núcleos de documentação histórica e são responsáveis pela guarda dos acervos das Juntas de Conciliação e Julgamento de seus municípios-sede.

Gráfico 1 - Instituições que apresentaram trabalhos desenvolvidos a partir de fontes da Justiça do Trabalho



Fontes:

1. XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: Anpuh: 50 anos - História e Ética, 2009. Natal-RN. Anais... São Paulo: Anpuh, 2011. Disponível em <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/ANPUH.S25.pdf>> . Acesso em: 20 Jun. 2013.
2. XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: Anpuh: 50 anos - História e Ética, 2011. São Paulo. Anais... São Paulo: Anpuh, 2011. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/?tag=2011>> Acesso em: 20 de Jun. 2013.
3. MARQUES, Antônio José; STAMPA, Inez Terezinha. O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2009. Disponível em: <http://cedoc.cut.org.br/acervo/livros-e-folhetos/?busca_titulo=O%20mundo%20dos%20trabalhadores>. Acesso em: 04 jun. 2013.
4. MARQUES, Antônio José; STAMPA, Inês Terezinha. Arquivo, Memória e Resistência dos Trabalhadores no Campo e na Cidade: comunicações do 2o Seminário Internacional O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2012. Disponível em: <<http://cedoc.cut.org.br/cedoc/livros-e-folhetos/1679>>. Acesso em: 27 jun. 2013.
5. II Seminário Internacional Mundos do Trabalho e VI Jornadas de História do Trabalho. 2012. Rio de Janeiro. Caderno de Resumos... Rio de Janeiro: CPDOC/FGC, 2012. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/mundosdotrabalho/programa>>. Acesso em: 27 ago. 2012

A análise dos trabalhos apresentados nos mais importantes eventos nacionais voltados à construção da história e recuperação da memória dos trabalhadores indica uma ampliação numérica e uma expansão, nas diversas regiões do país, das pesquisas que tomam as fontes da Justiça do Trabalho como base para a investigação. Nem todas as instituições identificadas no vínculo institucional dos autores dos trabalhos, têm constituídos centros ou núcleos voltados à guarda, manutenção e tratamento de arquivos do Judiciário, ou, pelo menos, isso não pode ser inferido da leitura dos textos. Faltam, também, nos textos, indicativos de localização e condições de preservação dos acervos/fundos pesquisados, que poderiam permitir uma análise crítica dos processos técnicos de preservação e organização dos acervos.

De qualquer modo, as pesquisas difundidas indicam uma renovação dos objetos de pesquisa e indicam uma revisão dos pressupostos teóricos e metodológicos que orientam o desenvolvimento das investigações. Revelam, igualmente, que a descoberta de novos temas e novas formas de abordagem servem de estímulo à implantação de instituições-memória especializadas na preservação e difusão dos documentos do judiciário trabalhista.

Fontes

MARQUES, Antônio José; STAMPA, Inez Terezinha. *O mundo dos trabalhadores e seus arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2009. Disponível em: <http://cedoc.cut.org.br/acervo/livros-e-folhetos/?busca_titulo=O%20mundo%20dos%20trabalhadores>. Acesso em: 04 jun. 2013.

MARQUES, Antônio José; STAMPA, Inês Terezinha. *Arquivo, memória e resistência dos trabalhadores no campo e na cidade: comunicações do 2º Seminário Internacional O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2012. Disponível em: <<http://cedoc.cut.org.br/cedoc/livros-e-folhetos/1679>>. Acesso em: 27 jun. 2013.

II SEMINÁRIO INTERNACIONAL MUNDOS DO TRABALHO e VI JORNADAS DE HISTÓRIA DO TRABALHO. 2012. Rio de Janeiro. *Caderno de Resumos...* Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2012. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/mundosdotrabalho/programa>>. Acesso em: 27 ago. 2012.

XXVSIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: Anpuh: 50 anos - História e Ética, 2009. Fortaleza-Ce. *Anais...* São Paulo: Anpuh, 2009. Disponível em <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/ANPUH.S25.pdf>>. Acesso em: 20 Jun. 2013.

XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: Anpuh: 50 anos - História e Ética, 2011. São Paulo. *Anais...* São Paulo: Anpuh, 2011. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/?tag=2011>>. Acesso em: 20 Jun. 2013.

Referências bibliográficas

CAMARGO, Célia Reis. Os centros de documentação das universidades: tendências e perspectivas. In: SILVA, Zélia Lopes (Org.) *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Ed da UNESP, 1999. p. 49-63.

CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. *Estudos Avançados*. v. 1.5, n.11. São Paulo. Jan./Abr. 1991. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141991000100010>>. Acesso em: 07 de Jun. 2013.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990.

NEGRO, Antonio Luigi. O que a Justiça do Trabalho não queimou: novas fontes para o estudo do trabalho no século XX. *Politeia: História e Sociedade*. Vitória da Conquista. v. 6, n.1, p. 193-209. 2006.

NORA, Pierre. *Realms of Memory: the construction of French Past*. Nova York: Columbia University Press, 1996.

SILVA, Fernando Teixeira da. Nem crematório de fontes nem museu de curiosidades: por que preservar os documentos da Justiça do Trabalho In: HEINZ, Flavio M. e HARRES, Marluza Marques (Org.). *A História e seus territórios*. Conferências do XXIV Simpósio Nacional de História da ANPUH. São Leopoldo: Oikos, 2008.

VARUSSA, Rinaldo José. *Processos Judiciais Trabalhistas e a pesquisa em História: síntese de palestra apresentada no dia 18 de maio de 2012 na X Semana do Museu organizada pelo Centro de Memória do TRT da 9ª. Região*. Disponível em <http://www.google.com.br/>

O NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA UFPEL E AS POSSIBILIDADES DE PESQUISA JUNTO AO ACERVO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Beatriz Ana Loner¹
Lorena Almeida Gill²

Resumo

O Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Pelotas foi fundado no ano de 1990 com a intenção primeira de reunir uma vasta documentação sobre a própria UFPEL. Aos poucos, no entanto, foi focando sua documentação no mundo dos trabalhadores. Dessa forma, constitui-se em um Centro de Documentação com rico acervo, principalmente sobre a região Sul. Um dos mais importantes conjuntos documentais é o que está vinculado à Justiça do Trabalho da Comarca de Pelotas (1941-1995), o qual tem sido trabalhado, através de projetos de pesquisa, especialmente o intitulado “A beira de extinção: memórias de trabalhadores cujos ofícios estão em vias de desaparecer”.

Palavras-chave: Arquivos do judiciário; história; memória; trabalhadores

O Núcleo de Documentação Histórica (NDH) foi fundado em março de 1990, vinculado ao Instituto de Ciências Humanas, da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Seus objetivos eram guardar e organizar a documentação histórica da própria universidade, e também coletar a história do trabalho na região.

Pelotas está situada no extremo sul do Brasil, próxima ao porto de Rio Grande e distante apenas 100 km das fronteiras do Uruguai. No passado, seu empresariado fez fortunas com o charque trabalhado por escravos, que era vendido para todo o país e até no exterior. No século XX, a região entrou numa certa letargia econômica, perdendo espaço político e industrial para outras regiões do estado, especializando-se na produção agropecuária, frutas e rizicultura. Ao longo dos anos, o paulatino decréscimo das atividades industriais, ao lado da consolidação do setor de comércio e serviços e o crescimento dos setores do ensino, especificamente, fez de Pelotas um polo agregador da população desta e de outras regiões, que para ali se deslocaram. A UFPEL foi criada em 1969, neste contexto regional e na conjuntura da interiorização do ensino superior, posta em prática pelos governos militares.

Hoje em dia, a região de Pelotas ainda sente as marcas do passado latifundiário, com uma distribuição de renda muito desigual, uma considerável população negra e vários grupos de imigrantes europeus que também se somaram aos portugueses na edificação de uma rica tradição cultural, expressa na arquitetura, nas artes, literatura, cultura, música e gastronomia variada.

Em região marcada por tantos sinais de cultura, a memória dos trabalhadores necessitava de um lugar que a conservasse e este foi um dos propósitos fundamentais do NDH. Sua origem institucional foi a aprovação em março de 1990, pelo Conselho Coordenador do Ensino, Pesquisa

¹Professora Visitante da UFSM e Aposentada da UFPEL. Doutora em História.

²Professora Associada da UFPEL. Doutora em História.

e Extensão da UFPel (COCEPE) de um órgão de extensão em caráter permanente, vinculado ao Instituto de Ciências Humanas que não pôde ser chamado de Centro de Documentação por questões internas à própria UFPel daqueles anos, mas que preenche fundamentalmente os objetivos deste. Segundo Belloto (2004), um Centro de Documentação constituiu-se em um órgão dentro das universidades voltado à preservação de material histórico e instrumentos de trabalho conseguidos ou adquiridos com o desenvolvimento de projetos de pesquisa.

Estes centros de documentação nasceram da necessidade dos pesquisadores da área de humanas na preservação de documentos, visto a carência de uma política abrangente do Estado brasileiro a respeito da preservação de acervos (CAMARGO, 1999). Em alguns casos, os pesquisadores, ao fazerem suas pesquisas, se viram forçados a tomar atitudes no sentido da preservação destes arquivos e os colocaram sob a guarda do Estado via universidades.

No caso do NDH foi um pouco diferente, pois se aliou à vontade da Reitoria da época de que houvesse um órgão que tratasse do resguardo da história da universidade, com o interesse em preservar também material vinculado à história social dos trabalhadores, por parte de docentes do Instituto de Ciências Humanas. De fato, se a primeira pesquisa encaminhada por seu intermédio foi sobre a história da UFPel, logo depois o leque se ampliou sobremaneira, abrangendo assentados do MST, sindicatos, greves, industrialização local, imigrantes, educação, jornais, escravos, trabalhadores, quilombolas e vários outros temas e assuntos importantes acadêmica e politicamente para a cidade e região, ao longo de seus 23 anos. Neste período também o Núcleo teve vários docentes, discentes e técnicos administrativos compondo suas equipes, destacando-se, pela continuidade no trabalho, as professoras doutoras Beatriz Ana Loner (fundadora do mesmo) e Lorena Almeida Gill (coordenadora atual).

O Núcleo terminou se constituindo com várias faces interligadas:

- a) Laboratório de ensino, especialmente em termos de história oral e prática de preservação de documentos. Quanto ao primeiro ponto, existe o Laboratório de História Oral (LaHO), formado a partir de seus quadros e que já conta com considerável número de entrevistas e depoimentos coletados e em estágios diversos de seu processamento. Quanto ao segundo, trabalha em conjunto com o Curso de Bacharelado em História com especialização na área de acervos, servindo como espaço de aula prática para algumas disciplinas.
- b) Núcleo de pesquisa; esta face foi implementada desde seu início, por parte dos docentes a ele vinculado e manifestou-se muito produtiva, com cerca de três dezenas de pesquisas realizadas, muitas das quais com base em material resguardado pelo próprio órgão, ou então cuja base de pesquisa depois foi transferida para o mesmo.
- c) Biblioteca e hemeroteca especializada em temas sobre história do trabalho e Rio Grande do Sul, que pode ser consultada por acadêmicos e demais interessados.
- d) Fonte de assessoria especializada sobre levantamento, acondicionamento e classificação de outros acervos existentes na cidade ou região, por parte dos docentes do mesmo.
- e) Arquivo próprio do núcleo, doado por particulares e/ou empresas e disponível para consultas aos interessados e alunos da UFPel, após devidamente tratado e classificado, constituído por documentação escrita e iconográfica variada sobre história e desenvolvimento da região, documentação sindical e partidária, de clubes, associações ou empresas, jornais e revistas, atas, documentos oficiais, notícias de jornais e assim por diante. Este acervo, na maioria em suporte papel, está sendo acrescido, nas últimas duas décadas, de material digitalizado ou microfilmado, acondicionado principalmente em CDs.

- f) É depositário de acervos provenientes de diversas fontes, seja permanentemente, seja em regime de comodato, os quais passam por etapas de tratamento e depois são integrados ao acervo, embora mantendo a individualidade necessária. Muitos deles são referentes ao movimento sindical e social da região, como aquele vinculado ao Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Pelotas, do Diretório Central de Estudantes da UFPel, Diretório Central de Estudantes do CEFET (atual IF-SUL) e outros.
- g) As maiores fontes de dados e a importância do acervo se concentram, todavia, em dois conjuntos documentais referentes à história do trabalho, um incorporado de forma permanente - Arquivo da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul, desde seu início até 1968 - e outro em regime de comodato - dos autos findos do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, entre os anos de 1941 e 1995. O primeiro deles trata do conjunto das fichas espelho, base para a confecção das carteiras de trabalho do Estado do Rio Grande do Sul, cuja totalidade até a data de 1968, encontra-se sob a guarda do NDH e que já vem recebendo tratamento arquivístico e de pesquisa há longos anos e cujos resultados também estarão sendo apresentados neste Encontro. Trata-se de imensa massa documental contendo a identificação e dados de cada trabalhador que solicitou sua carteira de trabalho entre os anos de 1933 e 1968, totalizando 627.213 fichas de qualificação, distribuídas em 12.736 cadernos ou livros, com foto do trabalhador e seus dados fundamentais. Submetida desde 2005 à digitalização paulatina e em ordem cronológica, este acervo já vem alimentando pesquisas, tanto de cunho quantitativo como qualitativo, na área de humanas e correlatas. O outro acervo, também concernente à documentação proveniente de órgãos governamentais, é referente à Justiça do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, correspondente à Comarca da cidade de Pelotas.

Acervo da Justiça do Trabalho

O acervo da Justiça do Trabalho está sob a guarda do NDH desde o ano de 2005. É composto por um conjunto de mais de 100 mil processos, desde os anos 1940 até, inicialmente 1991, e depois estendido até 1995. Sua origem vem das Varas de Trabalho da cidade e das antigas Juntas de Conciliação e Julgamento, instaladas em Pelotas muito precocemente, haja vista a importância desta cidade no conjunto industrial gaúcho de meados do século XX. Sobre estes processos não se havia realizado nenhuma atividade de eliminação de “autos findos”, ou outra forma qualquer de preservação seletiva, portanto, infere-se que o conjunto documental está intacto e, neste sentido, forma um dos conjuntos mais completos do país, pois em centenas de cidades importantes brasileiras se utilizou, no tratamento destes acervos, a conhecida Lei 7.627, de 10 de novembro de 1987, a qual possibilitou aos Tribunais de Trabalho a eliminação dos chamados autos findos, após cinco anos do arquivamento do processo.

O conjunto está restrito ao ano de 1995, devido às dificuldades encontradas pelo NDH em conseguir a ampliação de suas instalações para propor que sua guarda abranja outros anos do conjunto arquivístico, os quais estão, no momento, sendo depositados em Porto Alegre, sob a responsabilidade do Tribunal do Trabalho gaúcho, mas também sem que ocorra nenhum processo seletivo de preservação ou exclusão sobre eles, permitindo, para o futuro, se proceder à sua reintegração neste acervo.

O material ficou sob a guarda do NDH, a partir de convênio firmado entre as partes, a UFPel e a Justiça do Trabalho da região, através da coordenadora do Núcleo na ocasião, professora Dra. Beatriz Ana Loner e do Juiz Luiz Carlos Gastal. Por este instrumento, a guarda ficava sob responsabilidade do NDH, o qual deveria possibilitar espaços para a pesquisa. Entretanto, em

casos de consulta para fins de comprovação de tempo de trabalho (ainda aparecem muitos casos em que a única comprovação do trabalhador sobre determinada empresa são os autos do processo), este deveria se dirigir à secretaria local da Justiça do Trabalho que encaminharia sua solicitação ao Núcleo, sendo atendido tão logo se procedesse à busca do processo. Por outro lado, o conjunto documental já veio classificado e catalogado e com um instrumento de busca eficiente, o que facilita extremamente as consultas.

Para fins da pesquisa histórica, optou-se por seguir a ordem cronológica dos processos, sumariando cada processo em banco digital à parte e extraíndo dados que pudessem permitir sua seleção ou análise, segundo critérios considerados pertinentes pelo pesquisador. Assim, está em formação, através de trabalho iniciado em 2009, pela professora Lorena Almeida Gill, contando com numeroso grupo de estagiários e colaboradores discentes, a construção de um sumário eletrônico sobre este acervo, nos quais constam, como dados identificadores, o número do processo, os reclamantes, os reclamados, além do ano do seu início.

A seguir, o processo é submetido à rápida descrição em ficha, na qual constam os motivos da reclamatória, período de duração, vínculo sindical, identificação dos advogados das partes, existência ou não de acordo, término do processo e informações de ordem pessoal, além de atestado de pobreza. Outros elementos que podem ou não estar anexados ao processo são discriminados na ficha, como atestados médicos, recibos de farmácias, estatutos de empresas, jornais, cartas, telegramas e coisas afins.

Com base nesta catalogação interna, os processos tornam-se disponíveis para pesquisas variadas, seja dos docentes ou discentes que fazem parte da equipe ou de outros pesquisadores, mediante conversa com os responsáveis. O processo de catalogação está em andamento, contudo, foram pesquisados apenas os dez primeiros anos ou cerca de 1500 processos.

Dentre esses processos, cerca de 15% tinham como reclamantes as mulheres. As demandas das mulheres eram, na maior parte das vezes, arquivadas ou julgadas improcedentes, enquanto que no que diz respeito aos homens, na quase totalidade dos casos, era feito acordo.

Tendo em vista os primeiros processos analisados, a maioria era movida pelos trabalhadores, sendo estes geralmente operários de diversas fábricas da cidade. Vê-se que, muitas vezes, não era mencionada sua função ou setor de trabalho. Dentre os operários, a grande parte dos reclamantes tinha postos menos remunerados, mas, encontram-se, nos processos, alguns casos de chefes e subchefes. Prevaecem operários de origem brasileira, entretanto, há casos de estrangeiros, especialmente alemães, italianos e portugueses, algumas das imigrações preponderantes em Pelotas. Nos poucos casos em que a empresa demandava era para demitir algum operário, por justa causa.

São poucos os processos plúrimos. O trabalhador geralmente era representado por um advogado, o qual poderia ser indicado por seu sindicato. Muitas vezes o trabalhador comparecia sozinho na primeira audiência e, no meio dos autos, declarava quem era o seu procurador. Grande parte dos processos era resolvida em primeira instância.

As reclamatórias mais frequentes, por parte dos trabalhadores, eram: pedidos de indenização por demissão sem justa causa; pagamento de aviso prévio e reintegração. Muitos eram solicitados na mesma reclamatória, como até hoje ainda é feito. Há ainda pedidos como: licença-maternidade, auxílio-doença, pagamento do mínimo legal, demandas para voltar a exercer sua tarefa, em função de remanejamentos; férias, pagamento de horas extras, descanso semanal e salários atrasados.

Muitos operários entravam na Justiça, mas precisavam pagar as custas processuais, mesmo que tivessem ganhado a causa. Normalmente acontecia de, neste momento, o reclamante declarar pobreza, recebendo assim o benefício da Justiça gratuita, a qual era concedida quando

o empregado recebia menos do que o dobro do mínimo legal. O benefício da Justiça gratuita começou a ser utilizado, principalmente, após o ano de 1943.

As empresas mais demandadas eram o Frigorífico Anglo, a Companhia Fiação e Tecidos, a Companhia Industrial Linheiras S.A e a The Riograndense *Light and Power*. Para que se tenha uma ideia dos números, a título de exemplo, no ano de 1944 houve 84 processos movidos contra o frigorífico, enquanto que as outras empresas não ultrapassaram seis processos trabalhistas.

Pelo nível de informações retiradas dos autos, a leitura e anotação de cada documento pode levar um tempo considerável, o que faz com que o trabalho seja bastante demorado.

O projeto “À beira da extinção: memórias de trabalhadores cujos ofícios estão em vias de desaparecer” se empenha em observar ofícios que insistem em se manter, enquanto o desenvolvimento capitalista parece não lhes oferecer mais espaço, já que, muitas vezes, aquilo que oferecem, seja na fabricação, seja no conserto, praticamente se tornou objeto de fabrico em série e descarte imediato. Um bom exemplo deste tipo são os casos dos relojoeiros, os quais, de serviço artesanal de precisão passaram à fabricação mecanizada e cuja automatização e custo baixo dos modelos populares inviabilizam, sequer, a manutenção de oficinas de consertos, persistindo, entretanto, a atividade de alguns poucos obstinados e velhos artesãos, que se dedicam a relógios ornamentais ou a restauração e confecção de velhas máquinas com antiga tecnologia. Algumas profissões já foram observadas com maior atenção, como foi o caso dos sapateiros, estivadores e alfaiates, em uma perspectiva de aliar os dados da Justiça do Trabalho e da história oral sendo, inclusive, utilizados como satisfação de requisitos acadêmicos de graduação, como trabalho final. Também os casos de benzedeiras e curandeiras, especialmente em distritos rurais da região, já foram objetos de comunicações.

Outra linha de pesquisa está relacionada à história da saúde. São relevantes os processos (cerca de 10%) que têm como pedido o retorno ao trabalho, tendo em vista o afastamento do empregado por apresentar atestado médico, ou seja, a pessoa apresentava um documento assinado por um especialista e ao retornar era demitido imediatamente.

Há ainda estudos sobre trajetórias profissionais vinculadas a advogados que atuaram na defesa de empregados e de empregadores, como aquele que reconstrói a trajetória profissional de Antônio Ferreira Martins, advogado trabalhista e defensor dos operários mais humildes durante longos anos.

Retornando ao projeto, este foi pensado em duas frentes de trabalho metodológico: história oral temática, através da qual se constroem narrativas com os profissionais remanescentes e a pesquisa documental no acervo da Justiça do Trabalho, para ver como se constituía o universo profissional destas categorias no passado recente. No que diz respeito à história oral já foram feitas mais de 60 entrevistas, sendo que cada uma engloba o seguinte volume documental: um áudio, fotos, uma transcrição (impresa e digital), uma carta de cessão e, algumas vezes, um vídeo. A maior parte deste conjunto já se encontra organizada e disponibilizada no Laboratório de História Oral (LaHO), da Universidade Federal de Pelotas, o qual agrega um acervo de mais de 150 entrevistas, sobre os mais diversos assuntos.

Retornando às profissões, o caso dos alfaiates e das “costureiras finas” renderam boas pesquisas, especialmente pelas oficinas voltadas para as vestimentas de homens e mulheres de classe média e alta, em que seu uso era tradicional sendo, sem dúvida, profissões que mais sofreram com o ‘*prêt-à-porter*’ e a disseminação dos grandes magazines de roupas prontas. Por outro lado, dada sua abrangência, estavam entre aquelas que mais forneceram motivos de ingresso de questões trabalhistas, indiscriminadamente de homens e mulheres contra seus patrões, também não importando o gênero. Nos processos há muitas questões que vivenciam trajetórias profissionais palmilhadas na tênue linha entre a busca pelos direitos garantidos por lei e o cotidiano de burlas e procedimentos, não tão de acordo com as mesmas leis, para garantir o salário e a sobrevivência do grupo familiar.

Considerações Finais

O NDH tem um trabalho consolidado através de seus mais de 23 anos de atuação, em áreas da pesquisa, do ensino e da extensão. Com o passar dos anos, no entanto, tem especializado sua atuação se relacionando ainda mais ao mundo dos trabalhadores, tanto através dos estudos que realiza ou pela guarda de acervos, como o da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul e da Justiça do Trabalho, o qual é foco de análise desta comunicação.

O acervo documental é rico e abrangente permitindo-se pensar em vários temas como profissões, gênero, saúde, conjuntura nacional e internacional, mudanças legislativas, atuação de profissionais da área do Direito e da Magistratura, dentre outros. Também possibilita que não só alunos da História o pesquem, como também da Sociologia, Ciência Política, Direito, Psicologia, Antropologia, dentre outros.

A maior dificuldade com relação ao material é o tempo que se tem levado para a pesquisa, pois são poucos os bolsistas e volumoso o trabalho a ser feito. Em três anos foram analisados apenas cerca de 1.500 processos de um total de 100 mil.

De toda a forma, só o fato de o material estar salvaguardado integralmente nos traz certa tranquilidade, pois sempre novos pesquisadores podem ser agregados à equipe, assim como recursos podem ser captados, e se espera, também, que mais discentes vinculados às pós-graduações da área de humanas se interessem por esta temática, cuja recepção tem sido boa, mas que é muito recente.

A intenção é manter a totalidade da documentação, pois existe singularidade em cada um dos processos, bem como, somente com a totalidade, se poderá criar um banco de dados, como se vem fazendo, o qual certamente permitirá novas e importantes pesquisas na área.

Fontes

Acervo do Núcleo de Documentação Histórica da UFPel.

Referências bibliográficas

BELLOTTTO, H. *Arquivos permanentes*. Tratamento documental. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BIAVASCHI, Magda Barros. *O direito do trabalho no Brasil - 1930-1942: a construção do sujeito de direitos trabalhistas*. São Paulo: Ltr/Associação Luso-brasileira de Juristas do Trabalho, 2007.

CAMARGO, C. Os centros de documentação das universidades: tendências e perspectivas. IN: SILVA, Z. (ORG). *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo, Ed. UNESP, 1999, p. 49-63.

GOMES, Ângela de Castro. Questão social e historiografia do Brasil no pós-1980: notas para um debate. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 34, julho-dezembro, 2004, p. 157 - 186.

LONER, Beatriz Ana. O acervo sobre trabalho do Núcleo de Documentação Histórica da UFPel. In: SCHMIDT, Benito Bisso (Org.). *Trabalho, justiça e direitos no Brasil: pesquisa histórica e preservação das fontes*. São Leopoldo: Oikos, 2010.

LÜBBE, Anita. *A preservação dos documentos da Justiça do Trabalho*. TST, Brasília. In: Reunião do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais da Justiça do Trabalho, Aracajú, 2006. Disponível em: <http://www.trt4.jus.br/portal/portal/memorial/textos> Acessado em: 16 de janeiro de 2013.

SILVA, Fernando Teixeira. Nem Crematório nem museu de curiosidades: por que preservar os documentos da justiça do trabalho. In: BIAVASCHI, Magda Barros; MIRANDA, Maria Guilhermina; LÜBBE, Anita. (Coord.) *Memória e Preservação de Documentos: Direitos do Cidadão*. São Paulo: LTr, 2007.

SILVA, Zélia. Centro de documentação e apoio a pesquisa, um centro de "memória" local? IN: SILVA, Zélia (ORG). *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo, EdUNESP, 1999, p. 85-95.

FONTES PARA A HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO: SINDICATOS E MOVIMENTOS SOCIAIS EM VITÓRIA DA CONQUISTA - BA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX

Salatiel Nascimento Damasceno¹

Resumo

A presente comunicação tem por objetivo apresentar os resultados do trabalho de inventário, catalogação, digitalização e análise de fontes relativas à história dos sindicatos e dos movimentos sociais na região Sudoeste da Bahia, na segunda metade do século XX. Os dados obtidos mediante cotejamento das fontes orais, escritas e imagéticas foram utilizados na construção da história das entidades. Agregadas em uma linha de tempo, as histórias das entidades são reveladoras de temas, tendências e conjunturas próprias aos planos local, regional e nacional, em um contexto de redemocratização e reestruturação dos movimentos sociais no país.

Palavras-chave: História; sindicato; trabalhadores

“A interpretação histórica fica particularmente limitada quando se toma a história de uma determinada tendência político-ideológica pela história de todo o movimento operário. Entre as várias distorções provenientes, lembraria apenas uma: a de que aquela história não é só de suas conquistas, mas também de seus fracassos que, via de regra, não são reconhecidos.” (Silvia Petersen)

A partir do final da década de 1970 e o início da década de 1980, a história dos trabalhadores tendeu a descolar-se das pesquisas em Ciências Sociais, que até então dominavam o panorama dos estudos acadêmicos sobre o trabalho, e novas tendências vieram a se consolidar no campo mais específico da História. Em um panorama de renovação geral da historiografia, assistimos ao nascimento de uma História Social do Trabalho, voltada ao estudo de objetos de pesquisa até então pouco desprezados. Os novos temas de pesquisa e as novas abordagens sobre velhos temas demandaram a recuperação e preservação de fontes escritas, imagéticas e orais e impulsionaram a organização de centros de documentação dedicados à História Operária.

Até o final do século XX, a História do Trabalho, sem desprezo dos aspectos que unificam os trabalhadores, ou, como salienta Batalha, “sem abandonar essa dimensão essencial para a compreensão da ação classista, está cada vez mais atenta àquilo que os divide (origens étnicas, diferenças de ganhos e de status social, crenças, etc.)”². A História do movimento operário, antes tomada como alternativa única, cedeu lugar a uma História Social do Trabalho mais ampla, na qual passaram a ser considerados como sujeitos e objetos de investigação os trabalhadores de diferentes condições. A história operária permaneceu como uma possibilidade de abordagem, considerando-se as ressalvas feitas por Hobsbawm:

¹Graduando em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb). Bolsista de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), sob a orientação da professora doutora Rita de Cássia Mendes Pereira. E-mail: salatiel_nd@hotmail.com.

²BATALHA. Claudio H. M. Os desafios atuais da História do Trabalho: Anos 90, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p. 87-104. 2006. p. 89.

*A história operária é parte da história da sociedade, ou melhor, da história de certas sociedades que possuem características específicas em comum. Relações de classe, qualquer que seja a natureza da classe, são relações entre classes ou camadas que não podem ser adequadamente descritas se analisadas isoladamente, ou apenas em termos de suas divisões ou estratificações internas*³.

Por outro lado, as pesquisas no campo na História do Trabalho tenderam a avançar por outros territórios, até então à margem da produção historiográfica, como salienta Claudio Batalha:

*A produção dos últimos anos tem demonstrado que o repensar do tratamento da história operária passa por uma série de caminhos e por novas preocupações. Um deles é o aprofundamento dos estudos regionais, fugindo dos paradigmas de São Paulo e do Rio.*⁴

O presente trabalho insere-se nessas novas perspectivas, de ampliação dos sujeitos das pesquisas em História do Trabalho e de valorização da história regional e local, com suas afinidades e especificidades em relação à história nacional, construída fundamentalmente sobre os fenômenos ocorridos nos eixos Sul e Sudeste do país.

As primeiras associações de trabalhadores do município de Vitória da Conquista, Bahia, surgiram nos últimos anos da década de 1950, no contexto de crescimento da organização sindical e da abertura da economia brasileira ao capital internacional consoante um projeto nacional de desenvolvimento destinado à consolidação do modo de produção capitalista baseado na indústria. Data de 1957 a fundação da Associação Profissional dos Comerciantes de Vitória da Conquista, tendo como fundador Alcides Barbosa Araújo. Em 1961, a associação foi convertida em Sindicato dos Empregados do Comércio. Neste mesmo ano, 28 bancários reunidos em assembleia fundaram a Associação Profissional dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Vitória da Conquista, no ano seguinte transformada em sindicato.

As dificuldades enfrentadas pelos sindicalistas naquele período são ressaltadas, em depoimento, por um antigo militante do Sindicato dos Empregados do Comércio, Gilson Pereira Nunes:

*O comerciário é difícil de fazer greve porque ele está mais ligado ao patrão. Com esse movimento que tá aí hoje, se você chamar um comerciário para fazer greve, ele não vem, com medo de perder o emprego [...] Naquele tempo era pior.*⁵

³HOBBSAWM, E. J. Mundos do trabalho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. p. 28.

⁴BATALHA. Claudio H. M. A Historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendência. In: FREITAS. Marcos de. (Org.) Historiografia Brasileira em Perspectiva. Campinas: Ed. da Unicamp. p. 145-158. p. 156.

⁵Gilson Pereira Nunes, 80 anos, Vitória da Conquista-Ba. Entrevista realizada em 28/01/2013.

Muito mais complicada ficou a situação dos militantes sindicais e dos trabalhadores logo após o golpe de 1964. Durante o período da ditadura militar, medidas administrativas e repressivas contribuíram para garantir a subordinação do movimento sindical e, em última instância, da própria classe trabalhadora, ao Estado. Embora legalmente definidos como entidades de natureza privada, os sindicatos foram levados a assumir funções de caráter estatal. Como uma espécie de extensão da Previdência Social assumiram como encargo a prestação de amplos e dispendiosos serviços assistenciais - médico, odontológico, laboratorial, jurídico. Além disso, dedicaram-se à organização de colônias de férias, à concessão de bolsas de estudos, à estruturação de cooperativas de consumo etc.

Novos sindicatos foram criados no período ditatorial-militar, mas como pode-se observar na documentação das entidades sediadas no município de Vitória da Conquista, os estatutos e regimentos internos repercutiam a ingerência do poder estatal. Complementarmente, os grupos políticos locais beneficiários do golpe procuraram se imiscuir nos processos de eleições internas dos sindicatos, como se entrevê no depoimento de um antigo militante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória da Conquista, entidade fundada em 1972:

Na época as diretorias dos sindicatos aqui tinha um bloco, o dedo do poder municipal, o prefeito. O prefeito era que indicava os nomes, os cargos principais. E os grupos que tinha o controle da entidade naquela época na mão, e os que concordavam com esse tipo de intransigência e colocava na chapa aquelas pessoas que o prefeito indicava, estava em harmonia com o prefeito e esquecia da luta que, na verdade, é a independência dos trabalhadores.⁶

Só a partir de meados da década de 1980 um afrouxamento do controle estatal sobre a vida interna dos sindicatos, resultado direto das lutas contra a ditadura militar e pela extensão de direitos trabalhistas, ocasionaram mudanças significativas nos estatutos, no modo de funcionamento, no controle e no modo de atuação dos sindicatos.

No plano nacional, a década de 1980 é marcada pela ascensão de diversas correntes sindicais mais agressivas no plano da luta reivindicativa e de orientação não governista. As grandes greves de massa e a sindicalização de servidores públicos (antes organizados em associações de auxílio mútuo) são sintomas evidentes da reorganização do movimento sindical em novas bases e no sentido contrário ao sistema legal. No plano local, registra-se o surgimento de várias entidades voltadas à organização e defesa dos servidores públicos, a exemplo da Associação dos Docentes da Universidade do Sudoeste da Bahia (Adusb), em maio de 1982; da Associação dos Funcionários da Uesb (Afus), em 1983; da Associação dos Servidores Públicos Municipais (Sinserv), em 1987; e da Associação dos Professores do Magistério Municipal Público (Simmp), em 1989.

As novas estruturas sindicais, inclusive aquelas representativas dos funcionários públicos, ainda que continuassem a desempenhar funções associativistas e assistencialistas, passaram a organizar os trabalhadores em seus locais de trabalho, a representá-los nas negociações coletivas, a receber cotizações espontâneas etc. A década foi marcada, também, pela deflagração e repercussão de grandes greves de trabalhadores, como a dos catadores de café. Iniciada ainda em 1980, essa greve fez aglutinar, em torno do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória da

⁶Erico Oliveira Soares, 56 anos, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória da Conquista, Vitória da Conquista. Entrevista realizada em 12/03/2012.

Conquista e da Federação dos Trabalhadores da Agricultura (Fetag), mais de 2000 catadores do café de Vitória da Conquista e de outros municípios da região.

Também os bancários, sob a liderança do Sindicato dos Bancários de Vitória da Conquista e Região, protagonizaram greves, em 1985, 1986 e 1987. Foram importantes, também, para a consolidação do movimento sindical, as greves deflagradas pela AduSB, em 1984, 1985 e 1987, além das greves dos servidores públicos municipais e dos professores da rede particular, ambas deflagradas em 1987.

O pano de fundo para todos esses avanços no campo da organização dos trabalhadores tem como componentes as transformações econômicas pelas quais passou Vitória da Conquista, alçada à condição de polo de desenvolvimento regional; as mudanças no plano político com a sedimentação de partidos políticos de esquerda; e a vitória das oposições em vários municípios da região.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT), nascida em 1983, se consolidou, no plano nacional, como a principal entidade responsável pela expansão do novo sindicalismo. Entre as suas bandeiras de luta estavam: liberdade e autonomia sindical; organização sindical nos locais de trabalho; fim do imposto sindical; implantação de um sistema democrático de relações de trabalho; e o reconhecimento das centrais sindicais. A fundação de uma seção regional da CUT, com abrangência sobre todo o Sudoeste da Bahia, ocorreu em um congresso, realizado em 1984, por convocação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barra do Choça, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cândido Sales, da AduSB, das oposições do Sindicato dos Comerciantes de Vitória da Conquista e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória da Conquista. A consolidação da CUT no movimento dos trabalhadores organizados significou, à época, um duro golpe no peleguismo, desalojado da direção de sindicatos importantes.

Na última metade dos anos 1980, os sucessivos fracassos dos planos de estabilização monetária do Governo Sarney (planos Cruzado I e II e Plano Verão) abriram espaço para a vitória eleitoral das elites liberal-conservadoras representadas pelos governos Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso. Estavam criadas as condições políticas necessárias para uma série de reformas do capitalismo brasileiro que poderiam facilitar o acesso do país à pletora de capitais financeiros internacionais. O livre acesso à mundialização do capital, segundo os arautos do neoliberalismo, poderia contribuir para a constituição de um novo padrão de financiamento e de investimento do capitalismo brasileiro, capaz de dar um novo impulso à acumulação de capital no Brasil. Como salienta Giovanni Alves,

As conjunturas internas da economia e da política vinculavam-se, de certo modo, à dinâmica da economia global, que no decorrer da década apresentou, principalmente até 1997, um período de vigorosa expansão do capital financeiro, aprendido como “globalização” (ou “mundialização”).⁷

A década de 1990, “a década neoliberal”, é marcada pelo desenvolvimento sistemático de um novo (e precário) mundo do trabalho. O “choque capitalista” ganhou objetividade em decorrência, principalmente, da abertura comercial com câmbio sobrevalorizado, que, até 1999, contribuiu para a desarticulação de cadeias produtivas e promoveu o desemprego em várias

⁷ALVES, Giovanni. Trabalho e Sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da “Década Neoliberal” (1990-2000). Trabalho e Sindicalismo no Brasil: Revista de Sociologia e Política, n. 19, p. 71-94, nov. 2002.

regiões industriais. Por outro lado, a reestruturação produtiva desencadeou uma crise sem precedentes no sindicalismo brasileiro.

A despeito da ascensão dos movimentos sociais e da oposição política de esquerda, as entidades representativas do novo sindicalismo, a exemplo da CUT, tiveram de se afastar de suas tendências iniciais, que apontavam para um sindicalismo mais organizado e eficaz, vinculado a um partido político de perfil ideológico de perfil reformista e de base operária. A crise do sindicalismo caracteriza-se não apenas pela queda na taxa de sindicalização, mas principalmente pela diminuição da eficácia da ação sindical. As ameaças constantes de desemprego e a precarização das condições de trabalho tornaram os sindicatos menos eficazes para a realização de greves gerais ou por categoria. Sob pressão do capital, predominam as negociações coletivas descentralizadas e por empresa.

Ao mesmo tempo, os anos 1990 apontam para um crescimento das ações individuais e de processos coletivos de trabalhadores no plano judiciário. Em um contexto de ofensiva neoliberal pela desregulamentação da legislação trabalhista - ressalte-se a descentralização das negociações coletivas, principalmente a partir do Plano Real e da estabilização monetária, em 1994 - a Justiça do Trabalho torna-se um palco privilegiado de negociações e conflitos trabalhistas. A Justiça do Trabalho consolida-se como mais um campo de conflitos de classes o que corrobora a assertiva de Thompson, de que “como tal, a lei não foi apenas impostas de cima sobre os homens: tem sido um meio onde outros conflitos sociais têm se travado”⁸.

Nesse novo contexto, em Vitória da Conquista foram registradas várias delegacias sindicais destinadas a defender e organizar os trabalhadores no plano local. Foi o caso da Delegacia Sindical do Sindicato dos Auditores da Receita Federal do Brasil (Sindifisco), criada em 1997; da Delegacia Sindical do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica (Sitim), instalada em 1998; da Delegacia Sindical do Sindicato dos Professores do Estado da Bahia (Sinpro), instalada em 1999. Tais delegacias focaram nas convenções coletivas por empresa como estratégias de luta por melhores condições de salário e de vida.

O surgimento, em 1993, em Vitória da Conquista, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) marcou uma nova fase do movimento dos trabalhadores rurais da região. Em associação com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória da Conquista, o MST teve como uma de suas primeiras ações a ocupação de uma fazenda experimental do Instituto Brasileiro do Café (IBC), adquirida pelo Governo Federal na década de 1970, no contexto de expansão da cultura cafeeira com o objetivo de realizar pesquisas e fomentar a produção de café na região. Passadas duas décadas, a fazenda de 180 ha contabilizava menos de 10% da área efetivamente utilizados para o cultivo e havia se tornado campo de pastagens para o gado de fazendas circunvizinhas.

Após cinco meses de ocupação pelos trabalhadores, a fazenda havia se tornado uma grande área produtiva e com dezenas de casas de moradia. Os trabalhadores saíram vitoriosos: a fazenda foi desapropriada e as famílias foram assentadas. Maria Otília, à época secretária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, ressalta a importância do MST e o papel reduzido do sindicato para a vitória do movimento: “A luta lá estava mais ligada com o MST, não era tanto ao sindicato. O sindicato só entrou para auxiliar nesse recurso, né? O IBC foi realmente desapropriado e as pessoas foram assentadas lá...”⁹.

A atuação do MST na condução do movimento dos trabalhadores do campo suscita uma nova discussão sobre a natureza do trabalho rural no Brasil. Na letra da lei, trabalhador rural

⁸THOMPSON, E P. A Formação da Classe Operária Inglesa: a árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 359.

⁹Maria Otília Soares, 52 anos, secretária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória da Conquista, Vitória da Conquista-Ba. Entrevista realizada em 15/10/2012.

é toda pessoa física que presta serviços ao empregador rural, em propriedade rural ou prédio rústico, mediante salário, pago em dinheiro ou *in natura*. A legislação não leva em consideração, entretanto, o caráter heterogêneo da classe em um país em que a estrutura da propriedade camponesa subjaz às formas clássicas das relações capitalistas no campo.

Em um país em que a grande oferta de trabalho sazonal nas fazendas agroexportadoras e os fenômenos naturais são fatores estimulantes do processo de desenraizamento camponês, o assalariado rural é, não raras vezes, também um pequeno proprietário fundiário. Esse quadro de heterogeneidade representa uma dificuldade para a definição das categorias assistidas pelos sindicatos de trabalhadores rurais e uma certa “confusão” por parte do próprio Estado na sua relação com os trabalhadores organizados, como salienta Sorj:

Uma estrutura sindical que represente especificamente o setor dos assalariados se confronta com as manipulações do Governo, que ora procura unificar diferentes camadas, anulando as suas diferenças, ora as diferencia totalmente de forma artificial.¹⁰

No alvorecer do século XXI, trabalhadores rurais e urbanos, homens e mulheres vinculados aos diferentes setores da economia, servidores vinculados às várias instâncias do poder estatal fazem de Vitória da Conquista um palco privilegiado de luta pela ampliação de direitos, contra a precarização do trabalho e por melhores condições de vida e trabalho. A atuação dos sindicatos nos movimentos reivindicativos e em associação com as forças políticas que dominam as estruturas de poder local deve ser analisada de forma articulada com os fenômenos mais gerais, ocorridos em todo o país, que resultaram na reorganização da estrutura sindical, na diversificação das centrais sindicais e na proliferação de movimentos sociais associados a antigas e novas bandeiras de luta, como a reforma agrária, a ampliação de direitos das mulheres, a sedimentação de políticas de reparação e inclusão.

As diversas formas de ação dos sindicatos e as vinculações políticas das entidades com partidos políticos e outras entidades representativas dos movimentos sociais, desde a segunda metade do século XX até a primeira década do século XXI, podem ser apreendidas mediante o cotejamento dos documentos escritos e imagéticos encontrados nos sindicatos com os depoimentos de antigos dirigentes e militantes. Agrupados e referenciados, os diferentes tipos de documentos podem, minimamente servir de base à recuperação da história dos trabalhadores da região e, em última instância permitem refletir sobre as vinculações entre a história de cada entidade representativa dos trabalhadores com a dinâmica da organização e suas lutas em um plano mais amplo que aquele dos municípios-sedes dos sindicatos estudados.

É significativa, por exemplo, a transformação da Associação Profissional dos Comerciantes de Vitória da Conquista, fundada em 1957, em Sindicato dos Empregados no Comércio de Vitória da Conquista, já em 1961, conforme se pode apreender dos documentos encontrados na sede da entidade. O relato do atual tesoureiro, Gilson Pereira Nunes, um dos fundadores da associação, dá margem a importantes reflexões sobre a formação política e a atuação dos indivíduos e grupos que estiveram à frente do sindicato desde a sua fundação, e remete para outras questões relativas à ingerência do Estado no movimento sindical a partir do Golpe de 1964, que o dirigente ainda faz nomear como “Revolução”.

¹⁰SORJ, Bernardo. Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira. Rio de Janeiro: Guanabara. 1986. p. 76.

Em 7 de novembro de 1961 foi reconhecido o Sindicato dos Empregados no Comércio em Vitória da Conquista. Dessa passagem de associação para o sindicato, depois nós recebemos a carta sindical. Foi uma eleição durante 6 meses. Valdemar S. Santos que trabalhava no comércio, no Armazém Estrela, foi presidente durante 6 meses. Depois houve outra eleição. Aí Alcides foi presidente até a revolução.¹¹

Os depoimentos de antigos militantes e dirigentes da entidade, a exemplo de Gilson Pereira Nunes, vêm complementar as informações advindas das 10 fotografias e dos poucos documentos escritos disponibilizadas para o desenvolvimento da pesquisa que, a despeito da fragilidade numérica, permitem recuperar informações importantes sobre assembleias, congressos, eleição e posse de diretorias e momentos de confraternização entre dirigentes e filiados.

Como muito maior segurança foram recuperados os dados necessários à construção da história da Associação Profissional dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Vitória da Conquista, entidade fundada em 27 de maio de 1961 e transformada em Sindicato dos Bancários de Vitória da Conquista e Região em 27 de janeiro de 1962. O sindicato, que, nas duas últimas décadas do século XX, foi um dos mais influentes da região Sudoeste da Bahia (em 1988, a base sindical da entidade foi ampliada para 40 cidades), dispõe de um amplo acervo documental em bom estado de conservação, dispostos à consulta pública em um ambiente climatizado e com iluminação ambiente favorável à preservação.

Além de documentos formais, como carta sindical, livros de atas, fichas de filiados e registros diversos relativos a eleições internas, o arquivo do Sindicato dos Bancários comporta jornais, panfletos e 44 edições dos jornais *O Piquete*, *O Piquetinho* e *O Piquetão*, produzidos pela própria entidade, a partir da década de 1980, no intuito de estreitar a comunicação com os filiados. Além disso, foram realizadas entrevistas com antigos militantes e filiados, a exemplo de Eduardo Moraes, historiador e atual diretor de comunicação do sindicato, no intuito de esclarecer e ampliar as informações obtidas da documentação escrita e imagética.

Outro sindicato que foi objeto de especial atenção foi o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória da Conquista, cujo arquivo foi organizado por intervenção direta da equipe do Laboratório de História Social do Trabalho da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (LHIST/Uesb). Fundado em março de 1972, ainda como uma associação, a entidade teve como primeiro presidente eleito o Sr. Agemiro José de Deus, trabalhador rural da região de Iguá. Sem registro de ações significativas até o final da década, o sindicato, sob pressão dos catadores de café, que se mobilizavam nas fazendas da região pelo reconhecimento e ampliação de direitos, viu-se premido a assumir a liderança dos trabalhadores na grande greve do café de 1980. Sob a orientação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag), a direção do STR saiu do movimento legitimado como representante dos trabalhadores frente às instâncias do judiciário, encarregadas de julgar a legalidade da greve e a arbitrar as contendas entre os patrões e os trabalhadores organizados.

Nos arquivos do sindicato foram encontrados, além da carta sindical e dos registros dos primeiros filiados, uma série de documentos elucidativos da amplitude das ações assumidas pelo STR a partir de então como a ata da reunião para a discussão da pauta de reivindicação dos catadores de café, o projeto de assentamento rural nas terras do Instituto Brasileiro do Café (IBC), cópias de documentos relativos ao dissídio coletivo e de correspondências entre dirigentes.

¹¹Gilson Pereira Nunes, 80 anos, Vitória da Conquista-Ba. Entrevista realizada em 28/01/2013.

Embora muito danificados e dispostos em um ambiente sem climatização adequada para a preservação dos arquivos, os documentos encontram-se abrigados em caixas-arquivos, dispostas em estantes de aço e disponíveis à consulta dos pesquisadores. Entre os documentos mais importantes localizados no acervo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais consta uma cópia do dissídio coletivo que pôs fim à greve dos catadores de café, em 1980. Com o intuito de esclarecer dados sobre a história da entidade e da luta dos trabalhadores rurais de Vitória da Conquista, foram realizadas entrevistas com antigos militantes, funcionários e dirigentes, a exemplo de Maria Otília Soares, secretária da entidade desde a década de 1980.

Destacou-se, também, como objeto de intervenção, durante a pesquisa, o acervo da Associação dos Docentes da Universidade do Sudoeste da Bahia (AduSB), fundada em maio de 1982, ainda como associação, e desde 1989 transformada em seção sindical da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes). Nos arquivos da AduSB foram encontrados documentos relativos à história do sindicato, como as atas de fundação e do primeiro processo eleitoral; cartazes, folhetos e charges elucidativos das lutas da categoria docente e da sua associação com outras entidades representativas dos movimentos sociais; correspondências trocadas com a administração superior da universidade, com a Andes com outras Associações de Docentes, com o Governo do Estado, além de um amplo acervo de imagens, composto por 229 fotografias. As informações extraídas das imagens e dos textos foram utilizadas como instrumentos de rememoração durante a coleta de depoimentos de antigos dirigente e militantes.

Um amplo acervo fotográfico - composto por 278 fotos que revelam a participação da categoria em greves e manifestações políticas em âmbito local e estadual - foi encontrado, também, nos arquivos da Associação dos Funcionários da Uesb (Afus). A Associação dos Funcionários da Uesb, fundada em março de 1983, foi agregada, em 1990, à estrutura do Sindicato dos Trabalhadores na Educação Superior do Terceiro Grau (Sintest/BA), entidade que congregava os funcionários das quatro Universidades Estaduais da Bahia. Em 1997, a Afus desliga-se do Sintest e ganha autonomia de ação. Além das imagens fotográficas, foram considerados no processo de sistematização de dados para a reconstrução da história do sindicato outros documentos imagéticos, a exemplo de cartazes e folhetos, e documentos escritos, como o estatuto da entidade, livros de atas e correspondências, além de dois exemplares do jornal *Carcará*, produzido pela direção do sindicato em 1990. Todos os documentos encontram-se abrigados em caixas-arquivos e dispostos em estantes de aço em uma sala com climatização inadequada. Para complementar as informações relativas à história do sindicato foram realizadas entrevistas com dirigentes e militantes dos sindicatos.

A pesquisa realizada no Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Vitória da Conquista (Sinserv) revelou a existência de vários documentos que remontam ao movimento grevista de 1986 e um cartaz convocando os servidores públicos para a assembleia de criação da entidade, portanto documentos anteriores à própria fundação do sindicato (criada como associação em 1987, a entidade só viria a tornar-se sindicato em 1989). Nos arquivos do Sinserv foram localizados a certidão do Cadastro Nacional de entidades Sindicais (CNES), emitida pelo Ministério do Trabalho em 1990, o estatuto da entidade, convocações para a greve de 1987, cópias de acordos coletivos de trabalho, além de exemplares do *Jornal do Servidor*. No intuito de complementar as informações foram realizadas duas entrevistas, com antigos militantes do sindicato.

O Sindicato do Magistério Municipal Público de Vitória da Conquista foi fundado 20 de outubro de 1989, ainda como associação, por iniciativa de um grupo de professoras, numa época em que o universo sindical era francamente liderado por homens. A entidade só foi transformada em sindicato em 1991. Nos arquivos do sindicato foram encontradas fotografias, a certidão do CNES, o estatuto da entidade e a ata da assembleia de fundação, além de cartazes de mobilização da categoria e edições do jornal *Informe Simmp*. As entrevistas realizadas com antigos militantes do sindicato possibilitaram a recuperação de informações e a construção de uma linha do tempo

que permitiu a visualização da história do Simmp e de sua articulação com outras entidades da região.

Entre as entidades que se instalaram em Vitória da Conquista na década de 1990 destaca-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). Com a chegada do MST, em 1993, muitos trabalhadores do campo da região, inicialmente organizados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória da Conquista, abraçaram uma nova perspectiva de luta, agora direcionada para a temática da reforma agrária e para a ocupação dos latifúndios improdutivos. Nos arquivos do MST foram encontradas 31 imagens fotográficas, que retratam os movimentos de luta, o cotidiano dos assentamentos, além de cartazes de denúncia e convocação à militância. Os documentos imagéticos foram utilizados como instrumento facilitador para o depoimento oral de militantes, chamados a narrar momentos importantes no histórico de lutas do movimento em Vitória da Conquista.

As entidades sindicais instaladas em Vitória da Conquista no final da década de 1990, os documentos escritos e imagéticos em suporte papel tendem a rair e as imagens e textos abrigados em suportes midiáticos nem sempre podem ser recuperados ou consultados. É o caso do Sindifisco, que, desde 2003, veio a agregar o sindicato dos auditores da Receita Federal (o Unafisco, que contava com uma delegacia sindical em Vitória da Conquista desde 1997) e o Sindicato dos auditores fiscais do INSS. Nos arquivos da Delegacia Regional do Sindifisco foram encontrados a ata da assembleia de instalação da delegacia do Unafisco e o estatuto da entidade. Em uma entrevista feita com um funcionário da entidade foi possível coletar dados importantes relativos às transformações nos métodos de lutas adotados pelos auditores fiscais no município.

Do mesmo modo, a maior parte das informações relativas ao Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica de Vitória da Conquista (STIM) resultou da coleta de depoimento oral de um dirigente da entidade. Das entrevistas, posteriormente cotejadas com os poucos documentos escritos (atas, panfletos, cópias de acordos coletivos), chegou-se à data de criação da entidade, em 1998, como uma delegacia sindical de base territorial, posteriormente, em 8 de agosto de 2003, transformada em sindicato.

Data do mesmo ano, 1998, a fundação do Sindicato dos Rodoviários de Vitória da Conquista. Entretanto, segundo informação de membros da atual diretoria, um furto ocorrido na sede do sindicato ocasionou a perda total da documentação, restando apenas o documento de registro no Ministério do Trabalho. Também não foi possível a realização de entrevistas com militantes ou dirigentes, a despeito das sucessivas tentativas.

Em 1999, foi instalada a delegacia sindical de Vitória da Conquista do Sindicato dos Professores no Estado da Bahia (Simpro), tendo como objetivo organizar a categoria de professores da rede particular de ensino. No acervo da delegacia sindical, além da Certidão de Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES) e do estatuto do sindicato, foram encontrados vários documentos, a exemplo de cartazes e panfletos, alusivos à participação da categoria em greves e manifestações políticas, em âmbito local e estadual. Entrevista realizada com uma filiada, fundadora da delegacia sindical foi realizada no intuito de complementar as informações.

No tocante à delegacia sindical do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria, Empresas, Fábricas, Produtoras, Montadoras e Acabamento de Calçados Jequié, entidade criada em 1999, em Vitória da Conquista, objeções e empecilhos de toda ordem por parte da diretoria da entidade inviabilizaram a inventariação do acervo e o levantamento de dados necessários ao desenvolvimento da pesquisa. Da mesma forma, a despeito das demandas sucessivas, as listas de filiados e dirigentes que pudessem contribuir com depoimentos orais não foram fornecidas.

Foi também objeto de investigação a seção regional da Central Única dos Trabalhadores. O seu aparecimento no cenário regional data de abril de 1984, no ano imediatamente posterior ao nascimento da CUT em âmbito nacional, para desaparecer no ano de 1988. Por essa razão, os documentos relativos à história da entidade e ao seu papel na organização e luta dos trabalhadores no plano local encontram-se dispersos nos arquivos pessoais de antigos militantes e dirigentes da

entidade. Nestes arquivos pessoais foram encontradas nove atas de assembleias, vários cartazes e correspondências diversas entre militantes e dirigentes da entidade.

Dificuldades foram interpostas também ao levantamento documental no acervo da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag) já que, conforme informações dos seus atuais dirigentes, os arquivos da entidade estão concentrados na sede da entidade, na cidade de Salvador.

Os documentos encontrados nos arquivos das diversas entidades permitiram recuperar elementos essenciais da história dos sindicatos e dos movimentos sociais, possibilitaram amearhar as informações em uma linha do tempo que pôs em foco aspectos da história regional e local e serviu de instrumento de reflexão sobre as afinidades e especificidades dos trabalhadores organizados em relação à história nacional, construída fundamentalmente sobre os fenômenos ocorridos no eixo Sul e Sudeste do país.

Para Thompson, um sindicato surge quando alguns homens, unidos pela consciência de classe ou pelo resultado de experiências comuns, se organizam e se articulam contra outros cujos interesses e identidade diferem e geralmente se opõem aos seus: “A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais”¹².

A história dos sindicatos de Vitória da Conquista que atravessa toda a segunda metade do século XX e abarca a primeira década do século XXI, foi fortemente marcada, na maior parte do tempo, pelas políticas estatais de controle da vida sindical, primeiramente sob os últimos governos populistas, depois sob a ditadura militar. As lutas por autonomia ganham força no bojo do processo de redemocratização do país. A grande maioria dos sindicatos que surgiram em Vitória da Conquista na segunda metade do século XX tem a sua existência alicerçada no contexto da luta contra a ditadura militar e pela superação do quadro de atrelamento dos sindicatos, o que significou, quase sempre, um constante redimensionamento das funções e da estrutura das entidades. Mesmo aqueles cujas origens remontam ao período de supressão da liberdade sindical e que estiveram sob o controle direto dos patrões ou do Estado foram, pressionados pelas bases, instados a organizar e dirigir a luta, no plano social e político, dos trabalhadores. E, no trabalho de organização e direção da luta dos trabalhadores puderam contar com o apoio de outras entidades de expressão nacional, mas que ganharam expressão regional, a exemplo do MST e da CUT. Entretanto, desde a última década do século XX, com o avanço das políticas neoliberais, a reestruturação produtiva e o avanço do desemprego, os sindicatos e as centrais sindicais, que haviam surgido com a perspectiva de construção da unidade da luta foram diretamente afetados em seus propósitos e métodos de ação. Com o que ocorre no restante do país, tais circunstâncias favorecem o crescimento da oposição sindical, a luta pelo controle das entidades, a diversificação das ações, a incorporação de novas categorias, o surgimento de novas demandas que aos sindicatos e às entidades associadas aos movimentos sociais cumpre responder.

Referências bibliográficas

ALVES, Giovanni; Trabalho e Sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da “Década Neoliberal” (1990-2000). Trabalho e Sindicalismo no Brasil: Revista de Sociologia e Política, n. 19, p. 71-94. nov. 2002.

BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. A Historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendência. In: FREITAS, Marcos de. (Org.) Historiografia Brasileira em Perspectiva. Campinas: Ed. da Unicamp. p. 145-158. 1998.

_____. Os desafios atuais da História do Trabalho: Anos 90, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p. 87-104. 2006.

HOBBSAWM, Eric J. Mundos do Trabalho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

SORJ, Bernardo. Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira. Rio de Janeiro: Guanabara. 1986.

THOMPSON, Edward P. A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

¹²THOMPSON, E. P. A Formação da Classe Operária Inglesa:... p. 35

MEMÓRIA SINDICAL: ORGANIZAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DA “COLEÇÃO CATEGORIA DOCENTE” NO CEMOSi FLORESTAN FERNANDES

Antonio Thomaz Júnior¹
Dayane da Costa Garcia²
João Baccarin Xisto Paes³
Lucas Pauli⁴
Paulo Ricardo Praxedes Santana⁵

Resumo

O trabalho de organização, preservação e disponibilização da “Coleção Categoria Docente” possibilita o uso da imprensa sindical e demais documentos produzidos por entidades de docentes como fontes privilegiadas no desenvolvimento de pesquisas relacionadas ao mundo do trabalho. Ademais, tornar parte do acervo do Centro de Memória, Documentação e Hemeroteca Sindical “Florestan Fernandes” (CEMOSi) disponível é a condição para que seja socializado para além dos muros da Universidade. E que o diálogo com os trabalhadores e integrantes dos movimentos sociais possa ser sempre realizado a partir de nossas atividades de pesquisa e extensão.

Palavras-chave: Centro de documentação; coleção sindical; trabalhadores docentes

Introdução

O Centro de Memória, Documentação e Hemeroteca Sindical “Florestan Fernandes” (CEMOSi) da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, em Presidente Prudente, interior de São Paulo, teve suas atividades iniciadas no mês de novembro de 1997 com o intuito de recolher, organizar, catalogar e principalmente disponibilizar seu acervo documental referente à temática sindical, operária, das organizações sociais populares e demais assuntos que tangem o mundo do trabalho e os trabalhadores.

Como o CEMOSi, a UNESP - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - dispõe, em algumas de suas unidades, de centros de memória e documentação ligados às Ciências Humanas e Sociais, como é o caso do CEDAP - Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa - criado em 1973 e localizado na Faculdade de Ciências e Letras em Assis, do CEDAPH - Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa Histórica - criado em 1983 e localizado na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais na cidade de Franca e do CEDEM - Centro de Documentação e Memória da UNESP - criado em 1987 e localizado na cidade de São Paulo.

¹Professor do Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista/UNESP e coordenador do CEMOSi – Centro de Memória, Documentação e Hemeroteca Sindical “Florestan Fernandes”, do CEGeT – Centro de Estudos de Geografia do Trabalho e do OTIM - Observatório do Trabalho “István Mészáros”.

²Bacharel em Arquivologia pela Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista/UNESP e Arquivista do CEMOSi – Centro de Memória, Documentação e Hemeroteca Sindical “Florestan Fernandes”.

³Graduando em Geografia pela da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista/UNESP e integrante do CEMOSi – Centro de Memória, Documentação e Hemeroteca Sindical “Florestan Fernandes”.

⁴Graduando em Geografia pela da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista/UNESP e integrante do CEMOSi – Centro de Memória, Documentação e Hemeroteca Sindical “Florestan Fernandes”.

⁵Graduando em Geografia pela da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista/UNESP e integrante do CEMOSi – Centro de Memória, Documentação e Hemeroteca Sindical “Florestan Fernandes”.

No final do ano de 2012 foi concretizada a organização e descrição da primeira coleção denominada “Coleção Categoria Docente”, que apresenta documentos referentes aos sindicatos e associações de docentes e/ou professores de diversas cidades do país. Somam cerca de 70 entidades sindicais e contêm periódicos, sendo jornais, boletins, revistas e cadernos, além de documentos arquivísticos, bibliográficos e publicações avulsas.

Pretendemos com este trabalho apresentar a trajetória do CEMOSi, o processo de organização e principalmente disponibilização da “Coleção Categoria Docente” e um breve panorama do sindicalismo docente, reforçando a importância da Coleção e do próprio CEMOSi para futuras investigações no campo das Ciências Humanas e Sociais referentes à trajetória do sindicalismo docente no Brasil.

O CEMOSi: história e conquistas

O CEMOSi iniciou suas atividades em 1997, reunindo uma gama variada de documentação oriunda de diversos sindicatos e movimentos sociais brasileiros. O trabalho de reunir, classificar e disponibilizar as informações reunidas ocorreu de forma voluntariosa de estudantes, pesquisadores e de seu coordenador, Antonio Thomaz Júnior.

Diante do volume crescente de documentos, foi solicitada, em 2011, a contratação de um profissional com formação em Arquivologia a fim de intervir e contribuir na tarefa de organizar o acervo, otimizando os recursos disponíveis e potencializando novas pesquisas no âmbito do mundo do trabalho.

Em meio à diversidade de documentos, Dayane da Costa Garcia, arquivista contratada junto à Fundunesp (Fundação para o Desenvolvimento da Unesp), deu início às atividades de tratamento técnico da documentação referente principalmente à organização e descrição, visando identificar as coleções que pudessem ser constituídas. As atividades levaram em consideração os conceitos teóricos da Arquivologia somados à experiência prática, além disso, manuais da área de Documentação e da Biblioteconomia, de como classificar, ordenar, organizar, descrever e disponibilizar o acervo.

Além de reunir variados conjuntos de documentos, o CEMOSi atua em outra frente que é a de produzir vídeos-documentários e clipes junto à comunidade acadêmica, à comunidade local e regional e aos trabalhadores envolvidos em diferentes conflitos, como pela terra e pela água, de acampados e assentados, trabalhadores migrantes, informais, condições de vida dentro e fora do local de trabalho, entre outros, sobretudo os que ocorrem na região do Pontal do Paranapanema, estado de São Paulo.

Vale ressaltar que as atividades de produção de vídeos-documentários e clipes são realizadas com base nas pesquisas desenvolvidas no âmbito do Grupo de Pesquisa “Centro de Estudos de Geografia do Trabalho” (CEGeT). O CEGeT foi criado em maio de 1996 e, assim como o CEMOSi, é coordenado pelo Prof. Dr. Antonio Thomaz Junior.

A ligação entre o CEMOSi e o CEGeT não se limita apenas à mesma coordenação, uma vez que as atividades de pesquisa e extensão universitária - no âmbito do CEMOSi - acerca do acervo disponível para todos os interessados (pesquisadores, trabalhadores e a comunidade em geral) tem aproximado o debate científico com os temas que se destacam na conjuntura.

Além disso, com o intuito de fazer com que as informações acerca do mundo do trabalho sejam mais dinâmicas no modo de acesso, acoplamos às atividades do CEMOSi com as do OTIM - Observatório do Trabalho “István Mészáros”, o qual opera com um *site/blog* onde periodicamente, informações, artigos e notícias são postadas. Além disso, o OTIM, em pouco

tempo, cumpre o papel disseminador de divulgação, interpretações e aspectos marcantes da conjuntura do trabalho neste turbulento século XXI.

Essa variedade no acervo do CEMOSi tem trazido grandes desafios no trabalho de sua organização. A fim de traçar uma estratégia de atuação, a equipe definiu organizar a primeira coleção, a “Coleção Categoria Docente”, permitindo ampliar o interesse pela temática relacionada ao mundo do trabalho e, em particular à trajetória da organização docente no país.

Evidenciamos que o CEMOSi, vem contando com a efetiva parceria do PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) da UNESP, além do apoio da PROEX - Pró-Reitoria de Extensão Universitária e da FUNDUNESP - Fundação para o Desenvolvimento da UNESP, sendo de suma importância para a realização e continuação de seu trabalho. Além disso, tem buscado outras fontes de fomento e participado em editais externos como os do Ministério da Cultura, a fim de captar recursos para otimizar todo o trabalho de manutenção e disponibilização de seu acervo, que vem sendo desenvolvido.

O acervo para além das prateleiras

O trabalho de organização e disponibilização do acervo do CEMOSi aconteceu somente nos primeiros anos de existência, pois a quantidade de documentos ainda era pequena e possível ter um controle sobre os materiais. No entanto, conforme a quantidade e a diversidade de documentos aumentaram, tornou-se difícil manter o acervo organizado e disponível ocasionando a suspensão da realização de novas pesquisas, mesmo assim foram realizadas pesquisas acadêmicas no âmbito de graduação e de pós-graduação.

Somente em março de 2011, sob a supervisão da arquivista contratada, iniciamos uma política de preservação e as atividades de organização e difusão do acervo do CEMOSi, a partir dos subsídios vindos do Plano de Desenvolvimento Institucional da UNESP (PDI), a partir do Programa 13 (Preservação da Memória Social).

O ponto de partida das atividades foi um diagnóstico da situação do acervo para que um projeto de organização fosse elaborado. De acordo com o projeto, no que tange a organização e disponibilização do acervo, foram estabelecidas as seguintes atividades: identificação documental, organização e ordenação dos documentos; conservação preventiva, descrição, disponibilização e difusão do acervo.

O objetivo do projeto é organizar o acervo existente, realizando as diversas atividades e fases da metodologia arquivística referente à ordenação, classificação, conservação preventiva e descrição para que o Centro de Memória e Documentação cumpra seu principal objetivo: o de ter seu acervo disponível para consulta tanto da comunidade acadêmica como a comunidade em geral, com o intuito de expandir cada vez mais as ações de extensão.

Além dos centros de documentação, arquivos, bibliotecas e museus, possuem

[...] a co-responsabilidade no processo de recuperação da informação, em benefício da divulgação científica, tecnológica cultural e social, bem como do testemunho jurídico e histórico. Esses objetivos são alcançados pela aplicação de procedimentos técnicos diferentes a material de distintas origens. (BELLOTTO, 2004 p. 35)

Dessa forma, os processos técnicos são etapas pelos quais o documento é submetido e são desenvolvidos para que o acervo se torne organizado e então acessível ao público.

A partir do diagnóstico, foi possível enxergar as condições dos documentos e do acervo como um todo. Foram analisados vários aspectos da massa documental, tais como: origem/proveniência dos documentos; diversidade de gênero, suportes e formatos encontrados; a existência de instrumentos de pesquisa; o acondicionamento e estado de conservação dos documentos e também foi feita a mensuração do acervo.

Posterior às análises, a partir do diagnóstico, optamos primeiramente, por agrupar os documentos em forma de coleções e de acordo com a categoria de trabalhadores que representam as entidades sindicais, deixando para um segundo momento o tratamento técnico referente às entidades que necessitam de uma forma mais adequada de organização. Nesse sentido, Tessitore elucida que “a natureza diversificada dos documentos que compõem o acervo de um Centro de Documentação leva à adoção de procedimentos técnicos também diversos e adequados à natureza do conjunto documental”. (2003, p. 29).

Após esta primeira etapa, iniciamos a fase de identificação documental e concomitantemente a separação de acordo com sua proveniência e de exemplares repetidos. Através das informações obtidas nessa etapa, foi confeccionado um instrumento de pesquisa que nos ofereceu subsídios para as etapas posteriores a essa, ou seja, a organização e descrição do acervo.

A identificação documental é abordada por diversos autores como a que deve ser realizada antes das demais funções de organização, classificação, avaliação e descrição. É considerada uma fase de tipo intelectual, pois demanda conhecimento do órgão produtor dos documentos e do próprio documento produzido, sendo assim, é a

[...] base de todo o tratamento técnico, desenvolvido ao longo do ciclo de vida dos documentos. Os instrumentos produzidos, que registram as informações geradas, conferem uma atuação segura para o arquivista planejar as demais funções arquivísticas. (RODRIGUES, 2008, p. 65)

Após a fase de identificação dos documentos, como já mencionado, optamos por organizar os documentos em coleções, que significa reunir documentos com características comuns de maneira intencional. No caso do CEMOSi a maioria dos documentos é de sindicatos e as coleções a serem formadas de acordo com a categoria de trabalhadores.

A tarefa de conservação preventiva é composta por práticas específicas que visam à diminuição do tempo de deterioração de um documento e garante sua maior durabilidade. Essa parte do processo técnico é feita de maneira integrada com a etapa de organização, uma vez que os documentos são selecionados e organizados, realizamos as atividades de higienização, limpeza, retirada de fitas adesivas, grampos e cliques, além de já preparar o documento para ser acondicionado nas caixas e pastas. Nas palavras de Tessitore (2003, p.34) “os cuidados com a conservação física do acervo são essenciais para sua real preservação. Assim, o Centro deverá garantir as condições e desenvolver programas nessa área; ainda que, no início, sejam apenas os básicos”.

Parte do tratamento documental que permite a identificação, localização e recuperação da informação é a descrição.

A descrição é um conjunto de procedimentos que, levando em conta os elementos formais e de conteúdo do documento, possibilitam a elaboração de instrumentos de pesquisa. Esses instrumentos identificam, localizam, resumem ou transcrevem - em diversos graus e amplitudes - fundos, grupos, subgrupos, séries e peças documentais existentes num Arquivo Permanente ou Centro de Documentação, com a finalidade de controle e acesso ao acervo. (TESSITORE, 2003. p. 30 - grifo do autor)

Além disso, de acordo com o nível, se mais abrangente ou específico, pode ter vários formatos como: guia, quadro de fundo, inventário, catálogo, índice, catálogo seletivo, entre outros. O CEMOSi realiza a descrição de acordo com a Norma Brasileira de Descrição Arquivística - NOBRADE.

Após realização da descrição no formato da NOBRADE⁶ - nível 1 - tivemos como produtos a publicação de dois instrumentos de pesquisa: o “Catálogo de Periódicos da Coleção Categoria Docente” e o “Inventário Sumário dos Documentos Textuais e Iconográficos Coleção Categoria Docente”, ambos publicados em formato digital *e-book* disponíveis no *site* do CEMOSi para *download*⁷.

Nesse sentido, Guimarães (2008, p.39) afirma que é a partir do “desenvolvimento dos processos de produção, organização e distribuição da informação registrada” que os documentos tornam acessíveis “para fins de geração de conhecimento”, lembrando que cada instituição desenvolve os processos de trabalho de acordo com suas particularidades.

Breves apontamentos acerca do sindicalismo docente no Brasil

A Coleção Categoria Docente é composta por jornais, boletins, revistas e cadernos de 70 entidades sindicais de docentes do ensino superior de todo o Brasil, com destaque para aquelas filiadas ao Andes (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior). O material é proveniente de doações, tanto por parte das entidades quanto pelos militantes e pesquisadores da temática do sindicalismo docente.

A organização dos docentes nas universidades começou a se desenvolver na década de 60, por meio de Associações Docentes (ADs). Segundo Miranda

[...] a organização não é por uma contingência, mas pelo fato que a educação superior brasileira apresentava sinais de crescimento desde as décadas de 50, como decorrência das políticas de federalização, anteriores a Juscelino Kubitschek. (2011, p.40).

O fenômeno da sindicalização dos docentes ocorreu na transição democrática, pois a maioria dos professores compunha o funcionalismo público e estava impedida de criar sindicatos até a promulgação da nova Constituição em 1988. Os docentes organizavam-se em associações e *a posteriori* em sindicatos. Conforme Ferreira

⁶Ver Apêndice 1 - Descrição de acordo com a NOBRADE

⁷Site para acesso: www.fct.unesp.br/ceмосi

Contudo, muitas dessas associações, durante as lutas por liberdades democráticas, embora não pudessem se instituir oficialmente como sindicatos, atuavam como tal, tanto no âmbito da redemocratização da sociedade quanto no das reivindicações corporativas. (2006, p.230).

O sindicalismo docente universitário tornou-se nos últimos 30 anos um dos principais movimentos políticos na história brasileira. Teve grande importância na conjuntura política ao final do regime militar. Segundo Hiro e Souza (2012, p.3) “[...] Suas entidades representativas foram os principais instrumentos de lutas, não só econômicas, mas também políticas, sendo que muitas delas foram protagonistas na luta contra a ditadura nos anos 1980”.

Essa condição foi colocada à prova nos últimos anos, com destaque para o processo grevista desencadeado em 2012, revelando a força da categoria docente do ensino superior, que se manteve mobilizada por vários meses, se confrontando com a política de precarização das condições de trabalho imposto pelo governo federal, como aponta Santos

No Brasil, o ano de 2012 se apresentou como singular na luta dos trabalhadores do setor público. Depois de anos de decomposição de sua base salarial, e de ajustes governamentais que nem sequer corrigiram as perdas derivadas da escalada inflacionária, diversos setores entraram em greve. A greve dos docentes das instituições federais de ensino abriu essa onda. Apresentou uma pauta fundada em dois grandes pontos: a estruturação da carreira e as condições de trabalho. Em torno dessa pauta, em pouco tempo, a partir do dia 17 de maio, em grande parte das universidades federais, os professores já haviam aderido à greve. (2013, p.10)

O material da Coleção Categoria Docente é composto pela junção de documentos de associações e de sindicatos e, desse acervo é possível visualizar o contexto dessas transformações vivenciadas pelo sindicalismo docente ao longo das últimas três décadas.

Nos materiais da coleção, é possível perceber as angústias e anseios da classe trabalhadora da educação nas reivindicações de reforma salarial e de melhores condições de trabalho, assim como os debates em torno dos projetos de sociedade que foram se constituindo desde o final da ditadura até os dias atuais, abrindo horizontes para novas investigações acerca dessas temáticas.

Conclusão

Preservar e manter um acervo organizado e disponibilizado para a comunidade em geral, é uma tarefa a ser realizada em equipe. Nesse sentido, para que o CEMOSi cumpra o seu papel de tornar o acervo acessível, a vivência entre bolsistas, pesquisadores e integrantes somada aos parâmetros teóricos, conceituais e práticos da Arquivologia, Biblioteconomia e Documentação, além de formações diversas dos integrantes, como historiadores e geógrafos, tem nos possibilitado concluir a organização de uma coleção e, não menos importante, compreender o acervo e as possibilidades de uso no âmbito das pesquisas em Ciências Humanas.

Através das coleções organizadas realizamos ações culturais por meio de atividades programadas, sendo exposições temáticas somadas às mesas de debates, estas são organizadas a partir da relação entre acervos documentais e os problemas/desafios tanto da categoria representada na coleção quanto da classe trabalhadora como um todo. Essas atividades contam com a participação da comunidade acadêmica local e regional, pessoas engajadas nas lutas sociais, trabalhadores, sindicalistas, militantes de movimentos sociais e demais interessados.

Preservar a memória, mantendo o acervo organizado e disponibilizado para a comunidade em geral, garante o conhecimento e entendimento do passado e possibilita uma compreensão da realidade da classe trabalhadora e dos movimentos sociais da segunda metade do século XX e início do século XXI.

Descrição da Coleção Categoria Docente de acordo com a NOBRADE

ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO	
Código de Referência	BR SPCEMOSI CCD
Título	Coleção Categoria Docente
Datas	1986 – 2012
Nível de Descrição	Coleção
Dimensão e suporte	Textuais 4,42 m
ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO	
Nome dos produtores	Associação de Professores da Universidade Federal do Maranhão; Associação dos Docentes da Escola Superior de Agricultura de Mossoró; Associação dos Docentes da Universidade Católica de Pernambuco; Associação dos Docentes da Universidade Católica do Salvador; Associação dos Docentes da Universidade de Brasília; Associação dos Docentes da Universidade de Fortaleza; Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo; Associação dos Docentes da Universidade do Estado da Bahia; Associação dos Docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Campinas; Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Feira de Santana; Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Londrina; Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Maringá; Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Montes Claros; Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Santa Cruz; Associação dos Docentes da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia; Associação dos Docentes da Universidade Estadual Paulista; Associação dos Docentes da Universidade Estadual Paulista Campus de Botucatu; Associação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba/ Campina Grande; Associação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa;

Associação dos Docentes da Universidade Federal de Alagoas; Associação dos Docentes da Universidade Federal de Goiás; Associação dos Docentes da Universidade Federal do Ceará; Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo; Associação dos Docentes da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; Associação dos Docentes da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul; Associação dos Docentes da Universidade Federal do Pará; Associação dos Docentes da Universidade Federal do Piauí; Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Associação dos Docentes da Universidade Federal do Triângulo Mineiro; Associação dos Docentes da Universidade Federal Fluminense; Associação dos Docentes da Universidade Federal Rural de Pernambuco; Associação dos Docentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; Associação dos Docentes da Universidade Metodista de Piracicaba; Associação dos Docentes da Universidade Sagrado Coração; Associação dos Docentes das Faculdades de Tecnologia do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza; Associação dos Docentes do Campus de Catalão (UFG); Associação dos Professores da Faculdade de Santo Amaro; Associação dos Professores da Universidade Católica de Goiás; Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná; Associação dos Professores de Ensino Superior de Juiz de Fora; Associação dos Professores Universitários da Bahia; Seção Sindical dos Docentes da Universidade de Pernambuco; Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual de Maringá; Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Santa Maria; Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Viçosa; Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande; Seção Sindical dos Docentes da Universidade Tecnológica Federal do Paraná; Sindicato dos Docentes da Universidade Estadual do Ceará – Seção Sindical; Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Santa Catarina; Sindicato dos Professores de Londrina; Sindicato dos Professores de São Paulo; Sindicato dos Professores do Distrito Federal; Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul; Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior; Sindicato Nacional na Universidade Federal de Santa Catarina.

História arquivística

A coleção é composta por jornais, boletins, cadernos e revistas de cerca de 70 entidades sindicais de todo o Brasil. Todo o material foi recolhido através de doações, tanto por parte das entidades que enviavam e enviam os periódicos mensalmente, quanto por parte de pesquisadores e militantes. O Centro de Memória, Documentação e Hemeroteca Sindical “Florestan Fernandes” iniciou suas atividades em 1997, e a partir daí começou a recolher e a receber materiais. Porém, o acervo cresceu e se acumulou desordenadamente, e somente com a contratação de um profissional arquivista foi possível iniciar as atividades de organização. A Coleção Categoria Docentes Desde é a primeira a ser organizada e descrita.

Procedência

Os documentos foram recolhidos através de doações tanto por parte das entidades sindicais, quanto por parte de pesquisadores e militantes envolvidos nos grupos de pesquisa da Universidade, mais especificamente o CEGeT – Centro de Estudos Geografia do Trabalho.

ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

Âmbito e conteúdo	A Coleção Categoria Docente é constituída por documentos referentes aos sindicatos e associações de docentes e/ou professores de diversas cidades do país, que somam setenta entidades sindicais diferentes. A partir dos boletins, cadernos, jornais e revistas é possível ter conhecimentos sobre vários eventos dos próprios sindicatos e das federações, confederações e centrais sindicais, como as greves, as campanhas salariais, as negociações, demissões, como também as políticas públicas voltadas a essa categoria, além da própria atuação, luta e o dia-a-dia do sindicato e trabalhadores.
Incorporações	Além dos periódicos a coleção possui outros documentos que estão em fase de descrição e elaboração de instrumentos de pesquisa apropriados às suas particularidades. São documentos arquivísticos, livros e demais publicações.
Sistema de arranjo	Estágio de tratamento: organizado totalmente

ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

Condições de acesso	Sem restrição de acesso
Condições de reprodução	Sem restrições, desde que não danifique os documentos.
Idioma	Português
Instrumentos de pesquisa	Catálogo Coleção Docentes

ÁREA DE NOTAS

Nota sobre conservação	Documentos em bom estado de conservação
Área de controle da descrição	
Nota do arquivista	Organização e descrição realizada pela arquivista do Centro de Memória, Documentação e Hemeroteca Sindical "Florestan Fernandes" Dayane da Costa Garcia.
Regras ou convenções	Descrição de acordo com a NOBRADE - CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
Data da descrição	Janeiro - novembro de 2012

ÁREA DE PONTOS DE ACESSO E INDEXAÇÃO DE ASSUNTOS

Pontos de acesso e indexação de assuntos	Associações; campanhas salariais; docentes; educação; eleição sindical; greves; professores; sindicato docente.
---	---

Referências bibliográficas

- ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. (Publicações Técnicas, nº 51).
- BELLOTTO, H. L. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- CAMARGO, C. R. Os centros de documentação das universidades: tendências e perspectivas. In: SILVA, Zélia da S. *Arquivos, patrimônios e memória: trajetórias e perspectivas*. 3. ed. São Paulo: Editora Unesp, 1999, p. 49-63.
- CEDAP: Centro de documentação e apoio à pesquisa. Disponível em: < http://www.cedap.assis.unesp.br/menu/o_cedap.html >. Acesso em: 10 set. 2013.
- CEDAPH: Disponível em: Disponível em: < <http://cedaph.org/> >. Acesso em: 10 set. 2013. >. Acesso em: 10 set. 2013.
- CORRÊA, A. M. M. Os centros de documentação e memória da UNESP: o centro de documentação e memória (cedem). In: SILVA, Zélia da S. *Arquivos, patrimônios e memória: trajetórias e perspectivas*. 3. ed. São Paulo: Editora Unesp, 1999, p. 49-63.
- FERREIRA, Marcia Olinda Vieira. *Somo todos trabalhadores em Educação? Reflexões sobre identidades docentes desde a perspectiva de sindicalistas*. *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.32, nº 2, p. 225-240, maio/ago. 2006.
- GUIMARÃES, J. A. C.; FUJITA, M. S. L. Ciência da Informação, Arquivologia e Biblioteconomia: em busca do necessário diálogo entre o universo teórico e os fazeres profissionais. In: FUJITA, M. S. L.; GUIMARÃES, J. A. C.. (Org.). *Ensino e Pesquisa em Biblioteconomia no Brasil: a emergência de um novo olhar*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008, v., p. 33-44.
- HIRO, Cássio Diniz; SOUZA Carlos Bauer. *Trabalhadores em Educação, sindicalismo docente e consciência de classe: História do movimento sindical docente em Minas Gerais (1979-1983)*. IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS "HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL" Universidade Federal da Paraíba - João Pessoa - 31/07 a 03/08/2012 - Anais Eletrônicos - ISBN 978-85-7745-551-5.
- MIRANDA, Kênia Aparecida. *As lutas dos trabalhadores da educação: novo sindicalismo à ruptura com a CUT*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro 2011.
- RODRIGUES, A. C. *Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos*. Tese (Doutorado). - Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- ROUSSEAU, J. Y. ; COUTURE, C. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.
- SANTOS, Luiz Fernando de Souza. *Greve e Radicalização In: Revista Universidade e Sociedade*. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN, Ano XXII, nº 51, 2013. Disponível em: < <http://portal.andes.org.br/> > Acesso em 09 set. 2013.
- SHELLENBERG, T. R. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- TESSITORE, V. *Como implantar centros de documentação*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2003. (Projeto Como Fazer, 09).
- THOMAZ JUNIOR, A. *Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI*. (Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos). 2009. 997 p. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

MEMÓRIA DOS TRABALHADORES BRASILEIROS DO CAMPO: RELATO DA EXPERIÊNCIA NA ORGANIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO FUNDO LYGIA SIGAUD

Luciana Pereira Rodrigues¹

Filipe Oliveira da Silva²

Resumo

O presente trabalho apresenta o Fundo Lygia Sigaud, que se encontra sob a custódia da Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Semear/MN/UFRJ) como memória dos trabalhadores rurais no Brasil, com destaque para os da região Nordeste. Lygia Sigaud (1945-2009), importante antropóloga brasileira do Museu Nacional, exerceu a carreira de pesquisadora e docente no Programa de Pós-graduação em Antropologia (PPGAS/MN/UFRJ). Este estudo apresenta uma breve descrição e histórico do fundo, assim como destaca algumas fontes primárias que preservam a memória dos trabalhadores rurais.

Palavras-chave: Arquivo privado; memória; trabalhadores rurais

Introdução

O Fundo Lygia Sigaud custodiado na Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (SEMEAR/MN/UFRJ) pode ser visto como memória dos trabalhadores rurais no Brasil, pois aborda pesquisas realizadas pela titular do arquivo, Lygia Sigaud, durante os anos de 1968 a 2009. Importante antropóloga brasileira da instituição, Lygia Maria Sigaud (1945-2009) exerceu a carreira de pesquisadora e docente no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS/MN/UFRJ). Dedicou-se às seguintes linhas de pesquisa: História Social da Antropologia e de Antropologia dos Modos de Regulação Social.

Este estudo tem como objetivo apresentar uma breve descrição e histórico do fundo, assim como, destacar algumas das inúmeras fontes primárias que preservam a memória dos trabalhadores. Para dada finalidade, a metodologia utilizada será uma revisão de literatura e um relato de experiência do tratamento documental.

O Acervo

O acervo é formado por pesquisas realizadas no espaço agrário brasileiro no período entre 1968 a 2009 pelo PPGAS/MN/UFRJ, em que a titular, Lygia Sigaud, participou. Este foi doado por familiares da titular ao Museu Nacional e coube a SEMEAR a responsabilidade jurídica de guarda e proteção dos arquivos (custódia). Na SEMEAR, o acervo que, até o momento, tinha

¹Especialista em Política de Informação Organização do Conhecimento pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em convênio com o Arquivo Nacional, Brasil (2011). Bibliotecária-Documentalista da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. CV: <http://lattes.cnpq.br/0482919302674430>. e-mails: lucianarodrigues@ufrj.br; luzrodrigues2005@gmail.com

²Graduando do curso de História pela Universidade Federal Fluminense e Bolsista PIBIC/CNPQ. CV: <http://lattes.cnpq.br/1582490426860238> e-mail: filipe_oliveira_da_silva@hotmail.com

como objetivo fins acadêmicos apenas da titular tornou-se, após a doação, um fundo, pois tais documentos vieram da mesma proveniência.

O Fundo Lygia Sigaud é constituído por 189 caixas [tipo] box, que correspondem a 31,5m lineares de documentação diversificada. Encontra-se nele, desde material impresso a audiovisual, cujos temas referem-se à Agroindústria Canavieira, à Reforma Agrária e às Barragens.

O acervo impresso possui arquivos de produção científica; relatórios; correspondências; jornais; material de exposição e de eventos; cadernos e fichas de campo; materiais de alunos e cursos lecionados; teses e dissertações e transcrições das entrevistas.

O acervo audiovisual é formado por arquivos sonoros com, aproximadamente, 373 fitas cassetes, 61 fitas mini-cassetes e 10 CD's que contêm entrevistas realizadas com os trabalhadores rurais que participaram de ocupações. Estes contavam suas histórias de vidas. O acervo também possui arquivos de imagens com cerca de 320 fotografias e cartazes.

Organização e preservação

Desde o início do processamento técnico no Fundo Lygia Sigaud em 2011, percebemos o quanto a titular era uma pessoa organizada em suas pesquisas. A maior parte do acervo veio organizada em caixas e pastas, sendo identificadas por temas. A organização da titular está sendo mantida, conforme os Princípios Fundamentais da Arquivologia (da proveniência³ e do respeito à ordem original⁴) e são utilizadas as normas arquivísticas (ISAD(G)⁵, ISAAR - CPF⁶ e NOBRADE⁷).

Em 2011 e 2012, a equipe SEMEAR que trabalhava diretamente neste fundo era formada por bibliotecárias e alunos do Ensino Médio do Colégio Pedro II (projeto de extensão através do Programa de Iniciação Científica Jr. (PIC-JR)). O processamento tem como objetivo organizar, identificar, fazer conservação preventiva dos documentos (preservando-os) tornando o arquivo cada vez mais disponível para pesquisadores atuais e futuras gerações.

Além do projeto de extensão PIC-JR, tivemos entre 2012-2013, outro projeto de extensão com graduandos em História através do Projeto Documenta (PPGAS/MN/UFRJ). Através desses projetos, os alunos passam a conhecer um pouco mais a história de trabalhadores brasileiros, adquirem a dimensão informacional deste arquivo para futuras pesquisas acadêmicas e apresentam relatórios e alguns trabalhos. Também aprendem a importância da preservação com atividades de conservação preventiva e de identificação dos documentos.

O Fundo Lygia Sigaud é identificado pela notação/código de referência BR MN LS acrescido da sigla da série, do número da pasta e do documento para facilitar a localização. Atualmente, as séries identificadas do Fundo Lygia Sigaud são: Agroindústria Canavieira, Reforma Agrária, Fitas, Comunicação Impressa, Dissertações e Teses, Transcrições e Exposições.

³**Princípio da proveniência:** Princípio básico da Arquivologia segundo o qual o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras (ARQUIVO NACIONAL, 2004, p. 127).

⁴**Princípio do respeito à ordem original:** Princípio segundo o qual o arquivo deveria conservar o arranjo dado pela entidade coletiva, pessoa ou família que o produziu (ARQUIVO NACIONAL, 2004, p. 128).

⁵**ISAD (G):** General International Standard Archival Description ou Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. A norma foi criada pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA) e teve sua primeira publicação em 1994. A edição brasileira está na segunda edição, ano de 2001. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/isad_g_2001.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2011.

⁶**ISAAR (CPF):** International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons and Families ou Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Pessoas Coletivas, Pessoas Singulares e Famílias. A norma criada pelo CIA em 1996 e a atualizada em 2004. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/Media/ISAAR%20Brasil%20final.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2011.

⁷**NOBRADE:** Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Publicada em 2006 teve como objetivo adaptar as normas internacionais já traduzidas à realidade brasileira para ser adotada pelas instituições arquivísticas nacionais. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/nobrade.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2011.

No período de 2011-2013, foram organizadas e identificadas 54 caixas do [tipo] box que correspondem a 7,71m lineares de documentação. Os documentos identificados mostram o quanto o acervo é valioso, pois são fundamentais para a memória institucional e da antropologia nacional que investiga a identidade de grupos sociais acantonados das narrativas historiográficas.

Arquivo e memória

Os arquivos são *fontes*, pois neles foram guardados, voluntariamente ou não, vestígios do passado que os homens e o tempo conservaram. A maioria dos documentos de um arquivo foi produzida para um objetivo imediato por instituições ou indivíduos e não para a sua utilização posterior. (ROUSSO, 1996, p.3). No caso do Fundo Lygia Sigaud, os documentos foram produzidos e conservados para fins de pesquisa acadêmica. O arquivo é um produto que possui linguagem própria, que parte de indivíduos singulares podendo expressar a ideia da coletividade e, nessa questão, podemos fazer menção à memória social e à memória institucional. (ROUSSO, 1996, p.3).

Ao observar o Fundo Lygia Sigaud e a riqueza de espécies documentais nele presentes e que já foram identificados, podemos ver o quanto a memória está presente nas suas mais variadas formas. Trata-se, portanto, de um fundo que é constituído por um emaranhado de memórias sociais entrecruzadas que vão desde sua produção, custódia, preservação e, sobretudo, sua composição.

Na tentativa de desalinhar este tecido de memórias sociais presentes no fundo remetemo-nos, em primeiro lugar, à memória como “constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é possível lembrar”, isto é, o próprio processo não-natural de preservação e resgate da documentação do Fundo Lygia Sigaud. Esta memória refere-se ao momento de produção dos arquivos, favorecidos pelo seu volume documental, meios técnico-científicos de reprodução e conservação, bem como pela “superstição e respeito pelo vestígio”. (NORA, 1993, p. 13).

Como nos ensina Bellotto (2005, p. 270), a produção dos arquivos não seria possível sem a tríade: família - entidade custodiadora - historiador. A família, com a finalidade de atingir uma função social e cidadã na construção histórica, concedendo o material documental para a instituição de memória, permite a salvaguarda, o processamento e a divulgação destes documentos por intermédio da pesquisa histórica. Nesse sentido, a própria construção deste arquivo já consiste em uma memória de recolhimento das trilhas percorridas pelos agentes sociais.

A partir da tecnologia, inicialmente com a escrita e depois com a impressão e a gravação, os indivíduos alcançaram cidadania, pois aquela vem servindo de instrumento difusor e de acesso à memória antes até então apenas guardada. Com o auxílio da tecnologia, o acervo vem sendo disponibilizado para as gerações atuais e futuras, contribuindo para a disseminação e a preservação da informação e da memória. O objetivo da preservação concentra-se em pensar nas futuras gerações e no uso do que foi preservado. (SANTOS; CARDOSO; OLIVEIRA, 2010, não paginado).

Uma vez agregados os arquivos, deparamo-nos com uma segunda memória do Fundo Lygia Sigaud. Esta diz respeito à construção histórica da personagem titular no cenário sociopolítico. Consiste, portanto, na materialização de imagens, objetos, documentos que permitem reavivar as tomadas de posição, os escritos, os discursos e pronunciamentos, as vivências registradas e as obras desta intelectual. Portanto, não corresponde a uma genealogia ou biografia clássica de sua vida, porém, demonstra o alcance social e político de Lygia Sigaud. Elucida-se nela a trajetória

de sua vida, inserida ao contexto social, reconhecendo suas ambiguidades, descontinuidades, controvérsias e não-linearidades de sua história. (BOURDIEU, 1996).

Para além da memória de Sigaud, evidencia-se no arquivo a memória de uma parcela considerável da produção antropológica institucional. As teses e as dissertações contempladas neste acervo permitem traçar um esboço da produção antropológica do PPGAS/MN/UFRJ e de outros programas de pós-graduação em antropologia social, reconhecendo por meio dele características similares entre os diferentes trabalhos, tais como, a recorrência de matrizes teóricas, espacialidades comuns, recortes temporais aproximados, entre outros. Também possibilita ter acesso à historicidade das leis, práticas sociais, relações de poder e normas que regem a cultura da produção científica neste “lugar social” e “lugar de memória”. (CERTEAU, 1982; NORA, 1993). Quanto à memória institucional, Rodrigues e Silva (2013, p.7) abordam sobre as dissertações e as teses presentes no fundo:

Do total de 108 documentos, notamos que 75 foram defendidos na UFRJ, sendo 71 destes no PPGAS/MN/UFRJ. Quanto à localização, percebeu-se um predomínio pelos trabalhos nacionais apresentados na região sudeste, principalmente, no Estado Rio de Janeiro.

A memória da instituição, no entanto, é também revelada por meio de seus trabalhos de campo realizados no espaço agrário brasileiro, abrangendo, principalmente as territorialidades do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e, em especial, da Zona da Mata Pernambucana. Encontram-se, nos arquivos, os registros dos passos metodológicos de suas pesquisas, como as cadernetas e entrevistas de campo, bem como as transcrições destas últimas.

Com este material, desdobram-se memórias em expansão pelos estudos historiográficos, ou seja, a memória dos entrevistados - as “histórias de vidas” -, a memória dos movimentos sociais agrários no Brasil, bem como a memória das instituições sociais que remetem à luta pela terra no país. Em posse delas, o pesquisador tem a oportunidade de observar os trabalhadores rurais em seu interior, em suas crenças compartilhadas com o grupo a que pertencem, em sua articulação na montagem de estratégias e táticas para subverter a ordem dominante.

Como intelectual (SIRINELLI, 1996, p. 242), mediadora e engajada nos movimentos sociais agrários, Lygia Sigaud registrou as memórias de trabalhadores rurais do final dos anos de 1960 até a primeira década dos anos 2000. A leitura e análise destes documentos permitem elucidar a memória dos movimentos rurais no país, isto é, possibilitam compreender as pressões populares em defesa de políticas públicas voltadas ao espaço agrário e a produção agrícola, bem como as resistências territoriais e embates diretos com o Estado para a desconcentração da estrutura fundiária. Com este aporte documental, torna-se palpável o estudo sobre universo mental dos trabalhadores rurais, verificando a própria visão dos mesmos em relação à sua participação no movimento agrário. Nas entrevistas destes sujeitos históricos registrados por Lygia, retratam-se, portanto, suas angústias, objetivos, conquistas, itinerários sociais, sociabilidades e trajetórias políticas.

Um exemplo da presença das memórias individual e coletiva/social pode-se ver no seguinte depoimento:

[...] a **gente** tem força mas o governo diz que não tem, se o camarada se aposenta, ele diz que os camaradas são um bando de vagabundo, como ele disse uma época aí um bando de

vagabundo. **Eu** não sei como possa a forma de vivê nesse nosso governo **eu** não sei qual é o jeito... de nós poder viver nesse governo...esse governo não era para estar no poder, fazendo isso que ele está fazendo... o governo está trazendo **gente** do estrangeiro para trabalhar no Brasil ganhando milhões de reais, e aqui no Brasil tem milhões morrendo de fome e não podem ganhar 1 real. O governo tá fazendo isso. [...] **eu** espero, que um dia tenha alguma coisa, tirado da terra, antes de morrer, com o suor do meu rosto e do meu esforço, lá da terra, pois da terra **eu** não saio, **eu** não vou mudar, **eu** sou do Movimento dos Sem Terra [...] (RODRIGUES, 2011, p.40 *apud* BR MN LS. Fitas e Notes. CD 3_Entradas, 20-?, grifo nosso).

Durante a fala do depoente, faz-se uso do *eu* e do *a gente*. Este uso sinaliza a relação que o sujeito estabelece com as ideologias que o ligam ao grupo social com o qual se identifica. Cabe ao historiador, entretanto, tomar as precauções devidas com esta fonte oral, a fim de não alçá-lo a categoria de mitos pelas suas sobrevalorizações, nem sequer recair sobre o fatalismo da vitimação, em virtude de seus esforços e dificuldades ou, talvez, inferiorizar sua participação em função das supressões, falseamentos ou dissimulações que realiza ao longo da entrevista.

Pollak (1992, p. 204) menciona que a construção da memória de si tem estreita relação com a construção de uma identidade social, da representação daquilo que se quer ser percebido pelos outros. Como a memória é resultado de um trabalho de organização, que exclui por esquecimento, relembra ou grava acontecimentos, lugares e personagens, ela seleciona, conscientemente ou inconscientemente, representações possíveis do passado.

O Fundo Lygia Sigaud, com suas entrevistas e transcrições, aflora a “árvore da memória” (NORA, 1993, p.10) não somente com o protagonismo dos agentes individuais participantes da luta pela terra e reforma agrária no Brasil, mas, por seu intermédio, exploram-se as memórias institucionais a eles associadas, tais como do Movimento dos Sem Terra (MST) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (Fetape). Isto significa que, pelos relatos destes trabalhadores, acrescidos de jornais, revistas e panfletos de greve, viabilizam-se propostas de identificação, análise e mapeamento político dos percursos realizados pelas instituições de resistência rural.

Somam-se a estas fontes os folhetos de convocação de greve, onde constam as reivindicações dos trabalhadores rurais. Estas se caracterizam pela sua simplicidade e praticidade das informações. Em razão das duas características principais, os folhetos são pouco estudados pelos historiadores que optam por fontes mais extensas e minuciosas, como relatórios, inventários ou livros. No entanto, esses dois elementos os tornam fontes de inestimável valor ao pesquisador, visto que sintetizam a mensagem a ser comunicada pelo autor de maneira eficaz e persuasiva. Devido sua popularização e disseminação entre os grupos sociais, consegue-se captar o “mundo do texto” e possibilitam meios de acesso às possíveis formas de apreensão e as atitudes do “mundo do leitor”. (CHARTIER, 1998, p.49). Nestes folhetos, eram utilizados os recursos escritos associados à imagem, para que houvesse uma dupla leitura – imagética e/ou escrita – que condicionava uma maior identificação dos trabalhadores, pois a maioria destes possuía pouca escolaridade. A seguir ilustram-se dois folhetos⁸ como exemplos:



Ilustração 1: Folheto grevista do movimento agrário datado de Outubro de 1979. (BR MN LS, Cl. PC. Pasta 1 – Doc. 1).

O primeiro deles (Ilustração 1) foi assinado por Edite Alves da Silva e datado de Outubro de 1979. Circunscrevendo-o temporalmente, percebemos que se trata de um dos impressos que estimulavam a ação do movimento rural em um momento de pressão popular contra a ditadura civil-militar então vigente no país. A mobilização dos movimentos sociais agravados pela crise econômica dos anos de 1970 foram dois fatores essenciais para abertura democrática do país.

Esse folheto nos permite relatar a expansão do movimento agrário brasileiro no ano de 1979. Conforme Fernandes (2007, p.143), a partir daquele ano, cinco estados do Centro-Sul Brasileiro (São Paulo, Mato Grosso do Sul, Paraná e Santa Catarina e Rio Grande do Sul) iniciaram ocupações e lutas de resistências de posseiros e arrendatários para permanecer na terra que culminaram na criação do MST. Tomando por base este documento, podemos estender a cartografia de lutas pela terra à Zona da Mata Nordestina, atribuindo ao movimento um caráter interregional.

Na primeira página, encontra-se a seguinte oração: “Quem quer a greve é a fome”. Com esta linguagem coloquial, depreendemos que a greve é impulsionada pelas necessidades básicas do trabalhador, bem como ela é alçada à categoria de solução deste problema. Ainda nesta página, observamos uma representação iconográfica de quatro canavieiros em situação de trabalho. Os pés descalços e as vestimentas simples demonstram a ausência de cuidados patronais para assegurar sadias condições de trabalho.

Na segunda página deste, vemos a expressão: “Quando o patrão fecha a mão, a greve é a solução!”. Próximo à fala do trabalhador, esta frase indica as disputas inerentes ao binômio patrão-empregado. Enquanto o primeiro demanda melhorias das condições de vida e da execução do ofício, o segundo utiliza o trabalhador como mão-de-obra a ser barateada a fim de reduzir os custos de produção. A alternativa para a degradação do trabalhador é a greve. Logo abaixo, enumeram-se os objetivos da greve, a saber: 1) aumento do salário; 2) tabela de preços; 3) terra para plantar; 4) ganho na doença e, por último, embora mais amplo: 5) outras melhorias.

O outro folheto (Ilustração 2) tem a preocupação com a atualização e divulgação do movimento agrário entre os trabalhadores rurais, além de consistir em um mecanismo de pressão direta ao patrão. É iniciado com um alerta ao leitor para que preste “atenção” na informação transmitida. Comunica-se, nesta fonte, que vinte mil trabalhadores da Zona da Mata

encontravam-se em greve e a expectativa era octuplicar este quantitativo caso os patrões não atendessem as reivindicações exigidas. Esta afirmação pode ser um rastro para observarmos que este objeto cultural também circulava nas mãos dos patrões, ainda que seu público-alvo correspondesse aos trabalhadores rurais.



Ilustração 2: Folheto grevista com a divulgação acerca da mobilização dos trabalhadores rurais. (BR MN LS, Cl. PC. Pasta 1 – Doc. 4).

O folheto exprime também a certeza na vitória e sucesso da luta, sendo necessária a divulgação, provavelmente por meio das conversas e outros mecanismos, entre os trabalhadores rurais do movimento. A palavra “Greve” vem bem destacada e é síntese daquilo que é defendido no texto. A oração “Essa é a vez dos trabalhadores rurais” enaltece e estimula o trabalhador a prosseguir no movimento.

Na representação iconográfica, tal como no folheto anterior, verificamos os pés descalços e a indumentária simplória, acrescentando também a enxada nas mãos e sobre as costas, demonstrando esforço no trabalho. Agora não foram representados apenas três, mas nove trabalhadores reunidos. Observe que em nenhuma das iconografias o trabalhador rural é representado individualmente, está sempre em grupos. Isto significa que a força do movimento não seria pelos líderes ou indivíduos, mas exatamente na atuação coletiva.

Tal como as imagens presentes nos folhetos, podemos analisar também no Fundo Lygia Sigaud, as fotografias que registram a memória visual dos trabalhadores. São fotografados indivíduos e suas habitações, as formas de manifestações, os canaviais, as ocupações e assentamentos, as condições de trabalho, reuniões e outros eventos.

Algumas destas fotografias compuseram a exposição “Lonas e Bandeiras em terras pernambucanas” no Museu Nacional, em 2002, onde a casa do imperador tornou-se a casa dos sem-terra, dando voz e rosto aos trabalhadores rurais. Uma vez expostas nas salas de um

dos centros da “memória oficial” (POLLAK, 1989), esta memória dos trabalhadores - até então considerada “subterrânea”, vítima do silêncio - irradiou um “*quantum* de energia social”, pois, muito além de artefatos, um museu retrata memórias a serem lembradas, através da ressonância e encantamento de seus objetos culturais. (GREENBLATT, 1991, p.245).

Considerações parciais

A guisa de considerações parciais, podemos corroborar a importância do Fundo Lygia Sigaud para a memória dos trabalhadores rurais brasileiros. Formado pelo material doado da família, o acervo é composto por inúmeras fontes sob a custódia da SEMEAR/MN/UFRJ. A sua organização e preservação adéquam às normas (inter)nacionais do campo arquivístico, possibilitando a construção da narrativa historiográfica.

Desse modo, é possível observá-lo como um fundo em que se entrecruzam memórias sociais. Dentre as memórias, incluem-se a de preservação do arquivo, da vida e obra da intelectual de Lygia Sigaud, do PPGAS/MN/UFRJ e, principalmente, do movimento agrário brasileiro. Por meio das transcrições, fitas, revistas, jornais, folhetos, cadernetas, entrevistas, fotografias, teses e dissertações, verificam-se as memórias individuais e coletivas das lutas pela terra no espaço agrário nacional. O somatório das pesquisas de campo realizadas na Zona da Mata Pernambucana de Lygia Sigaud resultou na exposição “Lonas e Bandeiras em terras pernambucanas”. Esta demarca uma ruptura com o processo histórico, fornecendo visibilidade a um movimento acantonado dos meios da memória oficial.

Fontes primárias

BR MN LS, Cl. PC. Pasta 1 – Doc.1
BR MN LS, Cl. PC. Pasta 1 – Doc.4

Referências bibliográficas

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Subsídio para um dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. Disponível em: < http://www.arquivonacional.gov.br/download/dic_term_arq.pdf>. Acesso em: 22 set. 2010.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos pessoais como fonte de pesquisa. In: _____. Arquivos permanentes: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 265-270.

BOURDIEU, Pierre. Por uma ciência das obras. In: _____. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996. p. 53-89.

CERTEAU, Michel. A escrita da História. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

CHARTIER, Roger. Representación de las prácticas, prácticas de la representación. Crítica textual e historia cultural. In: _____. Escribir las Prácticas: Discurso, Práctica, Representación. Edição de Isabel Morant Deusa. Valencia: Fundación Cañada Blanch, 1998. p. 47-59.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Formação e territorialização do MST no Brasil: 1979-2005. In: MARAFON, Gláucio; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Ângelo. Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. p. 139-168.

GREENBLATT, Stephen. O novo historicismo: ressonância e encantamento. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.4, n.8, p. 244-261, 1991.

LOPES, José Sérgio Leite. A “Ponta do Novelo”: em busca da trajetória de Lygia Sigaud. Mana: Estudos de Antropologia Social, v. 15, n. 1, p. 257-278, 2009. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93132009000100010&script=sci_arttext>.

Acesso em: 22 set. 2012.

MUSEU NACIONAL (Brasil). Seção de Memória e Arquivo. Fundo Lygia Sigaud, 1968-2009.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto de História, n.10, p. 7-28, dez.1993.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/1941>>. Acesso em 30 ago. 2013.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/2278>>. Acesso em: 30 ago. 2013.

RODRIGUES, Luciana Pereira. As Instituições e o Desafio de Preservação da Memória Oral: o Fundo Lygia Sigaud custodiado pela Seção de Memória e Arquivo (SEMEAR) do Museu Nacional da UFRJ. 2011. 74f. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização (Curso de Pós-Graduação em Lato Sensu em Política de Informação e Organização do Conhecimento) - Universidade Federal do Rio de Janeiro em convênio com o Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, 2011.

_____; SILVA, Filipe Oliveira da. Breve Estudo da Série Dissertações e Teses do Fundo Lygia Sigaud custodiado na SEMEAR/MN/UFRJ. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE MEMÓRIA SOCIAL, 1. 2013, Rio de Janeiro. Apresentação... Rio de Janeiro: UNIRIO, 2013.

ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 85-91, 1996. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2019>> Acesso em: 22 ago. 2013.

SANTOS, Anderson Batista dos; CARDOSO, Joana Angélica Bonfim; OLIVEIRA, Marcelo Abreu de. A importância das tecnologias da informação na preservação da memória: a contribuição do profissional da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, GESTÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 33.,

2010, João Pessoa. Anais... João Pessoa, 2010. Disponível em: <<http://dci.ccsa.ufpb.br/enebd/index.php/enebd/article/view/153/90>> Acesso em: 20 ago. 2013.

SIGAUD, Lygia; WELLER, André (Orgs.). Lonas e bandeiras em terras pernambucanas: catálogo: de 12 de agosto a 10 de novembro de 2002, Museu Nacional, UFRJ. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2002. 121 p.

_____; ROSA, Marcelo; MACEDO, Marcelo Ernandez. Ocupações de terra, acampamentos e demandas ao Estado: uma análise em perspectiva comparada. In: SIGAUD, Lygia et all. Brasil em perspectivas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMÓND, René. Por uma história política. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003. p. 231-269.

COLEÇÃO FOTOGRÁFICA: TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL EM VITÓRIA DA CONQUISTA (1970 -1990)

Afonso Silvestre de Santana Jr.*
Jailson Ribeiro Barbosa**

Resumo

Para promover o acesso da sociedade ao seu acervo, e gerar subsídios para a pesquisa, o Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista (APM/VC) disponibilizou ao público a coleção fotográfica intitulada “Trabalhadores da construção civil em Vitória da Conquista (1970-1990)”. A coleção, composta por duzentas fotografias, em formato e materialidades variadas, visa contribuir para a compreensão das identidades sociais e, neste caso específico, destacar os trabalhadores da construção civil como agentes ativos no processo histórico da cidade de Vitória da Conquista, Bahia.

Palavras-chave: Trabalhadores; trabalhadores da construção civil; documentação fotográfica

Introdução

É inegável que os Arquivos Públicos do Estado da Bahia dispõem de acervos documentais de grande valor cultural e científico, no entanto, ainda pouco conhecidos e acessíveis ao grande público. Na tentativa de mudar esse panorama, o Arquivo Público Municipal de Vitória Conquista (APM/VC) cumprindo sua missão institucional de ampliar o acesso da sociedade ao seu acervo documental e ainda gerar subsídios para pesquisas, disponibilizou ao público no primeiro semestre de 2013 a coleção de fotografias intitulada *Trabalhadores da construção civil em Vitória da Conquista (1970-1990)*.

Esta coleção é um recorte temático do Acervo Fotográfico da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista e possui na sua composição duzentas fotografias organizadas em dimensões e formatos variados. A gestão destes registros está sob a responsabilidade do Núcleo de Arquivo Permanente (NAP). No caso desta coleção, os arranjos desenvolvidos estão vinculados aos grupos funcionais da Prefeitura de Vitória da Conquista, aspecto que permite a manutenção do sentido global do acervo preservando sua organicidade e proveniência.

Vale ressaltar que todas as ações desenvolvidas pelo Arquivo Fotográfico do APM/VC possuem como principal eixo norteador a preservação destes registros. Dessa forma, a elaboração de estratégias exequíveis de acondicionamento das fotografias foi a prioridade deste projeto, o que possibilitou o desenvolvimento da coleção temática apresentada.

De forma específica, a organização desta coleção surge da necessidade dos arquivos públicos, na sua condição de “lugar de memória”, de contribuir para o entendimento das identidades sociais e, neste caso específico, destacar os trabalhadores da construção civil como agentes ativos no processo histórico de Vitória da Conquista, Bahia.

*Graduado em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb) e Coordenador do Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista - BA. (APM/VC). afonosilvestre@gmail.com.

**Graduado em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb) e Auxiliar de arquivo do Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista - BA. (APM/VC). jaihistor@yahoo.com.br.

Justificativa

A opção em trabalhar com esse gênero documental deve-se inicialmente ao estado impróprio de acondicionamento em que as fotografias estavam submetidas. Mesmo com o risco de sofrer danos irreversíveis, estes registros, se encontravam em pequenos “maços” presos com cliques metálicos e armazenados indiscriminadamente em caixa tipo “Box” confeccionadas em papelão e com a tampa superior recortadas.

(Imagem 01)



Atividade de higienização e classificação do acervo fotográfico.

FONTE: fotografia dos autores.

(Fevereiro de 2013)

Outro aspecto relevante para a escolha das fotografias foi a crescente demanda de solicitações por esse gênero documental que chegam ao APM/VC para subsidiar exposições e pesquisas. No entendimento de PAIVA (2006) vive-se em uma “*sociedade da imagem*” essa experimentação estética cotidiana transformou os documentos iconográficos, sobretudo as fotografias, em um privilegiado registro visual das identidades e práticas sociais.

Por esse valor estético-documental as fotografias vêm sendo muito requisitadas para as pesquisas sociais e humanas inclusive com novas perspectivas metodológicas. Segundo Kossoy “*A fotografia permite o conhecimento da cena passada e, portanto, uma possibilidade de resgate da memória visual do homem e do seu entorno sociocultural*” (KOSSOY, 2001). Por essa possibilidade estética e discursiva a fotografia tem ganhado cada vez mais espaço em atividades culturais e em pesquisas acadêmicas.

Diante do quadro de fragilidades estruturais e de acesso ao acervo iconográfico, constatou-se a necessidade de criar arranjos específicos que atendessem as exigências de preservação e acesso dos documentos, mas, sobretudo ações que estimulassem a curiosidade e o desejo da sociedade em conhecer os registros da sua história. Estas prerrogativas nortearam a execução do presente projeto.

Abordagem arquivística

O projeto da coleção fotográfica, mesmo não contando com agência financiadora, foi iniciado em janeiro de 2013 por iniciativa da própria equipe do APM/VC sob a coordenação do historiador Afonso Silvestre de Santana Júnior. Esta equipe acompanhou todo o estudo documental e a aplicabilidade teórica e técnica.

A coleção temática composta por fotografias em sua maioria em preto e branco retrata o cotidiano dos operários na edificação das obras públicas, ressaltando as condições de trabalho destes trabalhadores em Vitória da Conquista. A execução deste projeto foi desenvolvida em três etapas distribuídas no período de 07 (sete) meses.

Na primeira etapa foi realizado o processo de avaliação e classificação das fotografias. Iniciou-se o diagnóstico e a higienização¹ da coleção, conjuntamente a esses procedimentos, a equipe do APM/VC desenvolveu os envelopes confeccionados em polipropileno para o acondicionamento individual da fotografia.

(Imagem 02)



Envelopes para acondicionamento individual para fotografias

FONTE: fotografia dos autores.

(Agosto de 2013)

Para as autoras Patrícia de Filippi, Solange Ferraz de Lima e Vânia Carneiro de Carvalho, "O polipropileno, por ser transparente ou quase transparente, permite a fácil identificação do conteúdo, evitando o perigo do manuseio na retirada das fotografias dos invólucros" (2002, p. 46). Vale ressaltar, que o desenvolvimento dos arranjos seguiu as orientações sugeridas pela publicação de referência, evidentemente adaptados a realidade técnica e financeira do APM/VC.

¹Cadernos técnicos de conservação fotográfica (Organização do Centro de Conservação e Preservação Fotográfica da FUNARTE)
3ª Ed rev. Rio de Janeiro: Funarte. 2004. Disponível em PDF no Sítio da instituição: www.funarte.gov.br.

Para subsidiar a descrição das fotografias a coleção foi dividida em conjuntos temáticos levando-se em consideração os ciclos de desenvolvimento de cada obra pública. Unidos a esse procedimento foi organizado um inventário temático em plataforma EXCEL 2010 utilizado para auxiliar no registro, na consulta e na preservação dos documentos. No inventário, ainda que de forma sumária, foram elencadas as descrições técnicas dos registros fotográficos atribuindo-lhes legendas específicas para localização e identificação dos conjuntos documentais por intermédio dos seus respectivos códigos com referências alfanuméricas. Este procedimento torna-se fundamental para programar uma política de publicação de fontes, necessidade esta dos arquivos modernos.

Na segunda etapa do projeto foi desenvolvido o processo de digitalização da coleção fotográfica. Esse procedimento organizou um arquivo digital da coleção que será disponibilizada em espaços gráficos próprios para consultas virtuais. A disponibilização do acervo em arquivos digitais tem facilitado o intercâmbio com outras instituições mantenedoras de arquivos e surge como uma alternativa interessante de acesso da sociedade ao acervo imagético.

(Imagem 03)

ACERVO FOTOGRÁFICO	
	COLEÇÃO: PMVC CÓDIGO: 10. 01.01. 002
	GRUPO: ARQUITETURA E URBANISMO
	SUBGRUPO: OBRAS PÚBLICAS
	AUTORIA: FOTO CADETE
	DATA: 1971
	DENOMINAÇÃO: FOTO P/B
	DIMENSÃO: 12X18
	DESCRIÇÃO: CONSTRUÇÃO/ BARRAGEM DE ÁGUA FRIA I/ TRABALHADORES. 1975.

FONTE: Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista

Na última fase do trabalho foram realizadas as atividades para divulgação da coleção fotográfica. Foi criado um subprojeto denominado *Acervo Itinerante* que consistiu na realização de palestras e mostras (exposições) da referida coleção na sede do Arquivo, em espaços de visitação pública e nas instituições de ensino da cidade de Vitória da Conquista. Para a exposição foram selecionadas 40 fotografias (reproduções) sob o seguinte título: *Obras públicas, trabalhadores anônimos: a representação fotográfica dos trabalhadores da construção civil em Vitória da Conquista BA (1970-1990)*.

A exposição foi ordenada seguindo aspectos cronológicos para demonstrar o curso das transformações urbanas, contudo, enfatizando a participação dos trabalhadores na edificação e no desenvolvimento da cidade. Esta ação visa descentralizar da figura do grande “herói” o protagonismo histórico para evidenciar o sentido coletivo das ações no tempo.

Abordagem historiográfica

A produção historiográfica acerca da divisão social do trabalho na região de Vitória da Conquista, mesmo com louváveis exceções³, permanece renegada ao esquecimento pelos grupos editoriais. Aliada a isso, temos na pouca divulgação das fontes sobre essa categoria temática um obstáculo que torna o seu estudo uma tarefa pouco atrativa para os programas de graduação e de pós-graduação desenvolvidos na região.

Reconhecendo essa necessidade de divulgação das fontes para a historiografia do trabalho, a coordenação do Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista buscou organizar mecanismos de pesquisa para criar uma demanda de estudo sobre o tema. Inicialmente buscou reunir uma bibliografia de apoio para fundamentar a execução arquivística e historiográfica desse projeto. Essa consulta levou a equipe do APM/VC a realizar recortes cronológicos, como também, optar inicialmente por uma tipologia documental, as fotografias. A análise iconográfica aplicada⁴ a esses registros possibilitou ao grupo de pesquisa escolher dentro da categoria uma temática específica abordando as reproduções fotográficas do trabalhador da construção civil entre 1970-1990.

No decorrer dos estudos para execução do projeto, verificou-se a necessidade da realização de pesquisas de campo. A coleta de informações visou subsidiar as descrições fotográficas. Neste sentido, foram realizadas, utilizando questionários específicos, entrevistas com os fotógrafos e alguns trabalhadores retratados nas imagens. As descrições possibilitaram a organização do pequeno arquivo fonográfico e de um índice temático para referenciar a organização de um catálogo temático.

Contextualização

Sabe-se que para entender uma documentação é necessário atribuir sentido a mesma. Neste sentido, estudar a fonte produtora, as motivações norteadoras para criação do registro são fundamentais para a compreensão do documento. Com essa perspectiva a equipe do APM/VC realizou uma breve contextualização dos registros iconográficos trabalhados, como também, os elementos que orientaram a escolha temática e temporal dos documentos.

Segundo TANAJURA (1992) a partir da década de 1970 a cidade de Vitória da Conquista se consolida como polo comercial. A consequente evolução econômica e urbana desta “metrópole sertaneja” atraiu uma grande massa trabalhadora, sobretudo de localidades rurais próximas, que fugindo da seca e da especulação latifundiária vislumbravam a possibilidade de uma vida melhor na cidade. Neste panorama o professor Mozart Tanajura destaca que:

A implantação do polo cafeeiro [em 1970] convergiu para a cidade grande número de imigrantes, surgindo também o empresariado, que se dedicou às novas atividades, ora como negociantes, ora como agricultores. Houve em consequência, a expansão econômica e a consequente expansão urbana. (TANAJURA, p. 101, 1992).

³O Laboratório de História Social do Trabalho (LHIST), centro documental vinculado ao Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste de Bahia (Uesb) realiza um importante trabalho na disponibilização dos documentos da Junta de Conciliação e Julgamento de Vitória da Conquista (BA) – Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região.

⁴Segundo PANOFSKI o estudo iconográfico analisa os elementos que constituem o conteúdo intrínseco de uma obra de arte e que precisam tornar-se explícitos para que os conteúdos venham ser articulados e comunicáveis. Nesse sentido, são imprescindíveis as ações reflexivas sobre a iconografia, mas, para tanto é necessário que o observador esteja atento a uma série de elementos culturais e sociais abordados pelo artista. IN PANOFSKI, Erwin. Significado nas artes visuais. 3ª Ed., São Paulo: Editora Perspectiva, 2007.

O mercado de trabalho da região acompanha um perfil econômico dependente da lavoura cafeeira e do comércio. No entanto, algumas problematizações são necessárias para melhor entendimento do contexto socioeconômico da cidade. Primeiro, é que a grande demanda de mão-de-obra urbana aplicada à lavoura de café estava restrita ao período da colheita e utilizava, em sua maioria, o trabalho feminino e infantil. Já o comércio, ainda incipiente e familiar, empregava poucos trabalhadores, e exigia uma qualificação mínima de seus candidatos.

Evidentemente que neste panorama de desenvolvimento urbano exigia um grande número de trabalhadores, sobretudo para a construção civil. Este setor abrigava grande parte da mão-de-obra masculina com pouca qualificação técnica que chegava à cidade. Dessa forma, o principal mercado para o trabalhador egresso da zona rural nas décadas de 1970 a 1980 foi à construção civil, sobretudo aplicada em obras públicas do município. Na fotografia abaixo verificamos os trabalhadores na construção do elevador da Av. Régis Pacheco, obra da década de 1980.

(Imagem 04)



FOTO: Edna Nolasco

IDENTIFICAÇÃO: Construção do Elevador da Régis Pacheco 1986.

ACERVO: Coleção Fotográfica APM/VC.

AUTORIZAÇÃO DE IMAGEM: SECOM

A necessidade em adequar estruturalmente a cidade à nova demanda populacional levou o governo municipal a ser o principal contratador dessa massa trabalhadora. A exigência na ordenação urbana levou o município de Vitória da Conquista a iniciar os estudos para a criação do Plano Diretor Urbano normatizado pela lei 118/76. Na mesma década foi fundada a Empresa Municipal de Urbanismo de Conquista (EMURC), a qual executou as principais obras públicas das décadas de 1970-1990.

As grandes obras públicas estavam estrategicamente situadas no centro da cidade. No entanto, no entorno da cidade *“surgiram entre 1972 a 1985 cerca de 60 loteamentos destinados às famílias de baixa renda”* (FERRAZ, 2001). Esse processo de urbanização sofrido por Vitória da Conquista desenha as novas fronteiras sociais da cidade. Neste período começa a surgir o *cinturão periférico* onde residiam os trabalhadores e que margeava os loteamentos centrais da cidade.

Em pesquisa realizada em 2010 sobre as modificações urbanas e seus impactos sociais e econômicos ocorridos na cidade de Vitória da Conquista entre 1970-2000, o historiador Afonso Silvestre Santana Júnior, em assessoria prestada a esta prefeitura relata:

“As cidades incharam, e em muitas delas há notícias de bairros criados que ficaram mais populosos que o restante do município. No caso de Vitória da Conquista, nasceu ao seu redor um verdadeiro cinturão de agricultores sem-terra e suas famílias, ocupando considerável porção da serra do Periperi, área de preservação ambiental” (SANTANA, 2010)

Neste contexto urbano de modificações rápidas os trabalhadores da construção civil e suas representações são anulados intencionalmente dos registros fotográficos que acompanhava a execução das obras. Dessa forma, o fotógrafo a serviço do governo municipal determina o que deve ser lembrado. Nas fotografias as obras públicas surgem como monumentos de propaganda e poder político dos grupos dirigentes. Essa prática contribuiu para a desvalorização social da categoria.

(Imagem 05)



FOTO: Antônio Pesce Moreira

IDENTIFICAÇÃO: Centro Administrativo/ Centra de Abastecimento 1985

FONTE: Coleção Fotográfica APM/VC

AUTORIZAÇÃO AUTORAL: SECOM

Com a crise da lavoura cafeeira na década de 1980, o mercado de trabalho e a própria configuração econômica e política da cidade começam a mudar. Segundo estudo do DCA-UESB (1992), o setor da construção civil em Vitória da Conquista sofre sua grande crise no mesmo período, sobretudo pela diminuição dos investimentos públicos. Na década de 1990, com o desenvolvimento do setor de serviços e a consolidação da cidade de Vitória da Conquista como

polo educacional, se modificam as relações econômicas e sociais da região e inicia um novo contexto para análise.

A grande variedade da documentação sobre as transformações sociais e econômicas de Vitória da Conquista integradas ao seu processo de urbanização entre as décadas de 1970-1990 levaram a equipe do APM/VC a adotar esse recorte temporal. Entretanto, foi a exclusão dos trabalhadores da construção civil neste processo histórico que motivou o desenvolvimento do presente trabalho.

Como não existe nenhuma publicação específica sobre o tema na região, a equipe do APM/VC disponibiliza essa nova ferramenta de pesquisa no sentido de “provocar” o interesse sobre o assunto e motivar novos estudos. A lacuna histórica sobre esses trabalhadores da construção civil em nossa região deve ser preenchida. Aspectos como: *Como surgiu a demanda pela atividade? Como se organizavam? Em que condições trabalhavam? Suas características sociais e étnicas?* São questionamentos que precisam ser estudados e esse projeto de ordenação de fonte, ainda que frágil, é uma primeira iniciativa da equipe do APM/VC para atingir esta missão.

Considerações finais

A execução do projeto viabilizou a criação de arranjos específicos para a preservação dos registros fotográficos do acervo do APM/VC. A coleção fotográfica se mostrou um importante recurso para divulgação das atividades do Arquivo, como também, um interessante recurso de fomento à pesquisa e aplicação pedagógica para os diversos níveis e modalidades de ensino.

As solicitações recebidas pelo APM/VC para a utilização da coleção fotográfica para exposições em espaços públicos da cidade revelaram o interesse crescente das instituições de ensino e da sociedade por sua memória e motivou a equipe do APM/VC a estudar e aprimorar suas atividades de interação direta ao público.

A divulgação e o acesso à informação são procedimentos fundamentais para as instituições de memória. A organização desta coleção fotográfica demonstrou a importância da preservação dos documentos que possibilitou revelar para sociedade conquistense sua própria identidade contribuindo para a valorização de categorias sociais pouco reconhecidas no processo de desenvolvimento da cidade.

A valorização identitária de grupos societários historicamente “censurados” mobilizou a sociedade para a preservação da sua memória coletiva. Com essa obrigação de reparo, esta narrativa iconográfica buscou inserir o trabalhador da construção civil na consolidação urbana e econômica da cidade de Vitória da Conquista ressaltando seu papel social e valorizando sua memória. Contudo a equipe do APM/VC espera que esta atividade possa gerar reflexões sobre a importância dos espaços de memória na preservação dos seus acervos no cumprimento do seu papel social e cultural.

Referências bibliográficas

DCA/UESB. Sudoeste da Bahia – Perfil Sócio econômico. Vitória da Conquista BA. Universidade do Sudoeste da Bahia (UESB), 1996.

FERRAZ, Ana Emília Quadros. O Urbano em Construção. Vitória da Conquista: um retrato de duas décadas. Vitória da Conquista: UESB, 2001.

FILLIPE, Patrícia de; LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. Como Tratar Coleções de Fotografias. 2ª Ed., São Paulo: Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

KOSSOY, Boris. Fotografia e História, São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

PAIVA, Eduardo França. História & imagem. 2ª Ed., Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2006.

PANOFSKI, Erwin. Significado nas artes visuais. 3ª Ed., São Paulo: Editora Perspectiva, 2007.

SILVESTRE, Afonso. In: Gabinete Civil: Relatório Sócio Econômico 2010. Prefeitura de Vitória da Conquista, BA.

TANAJURA, Mozart. História de Conquista: Crônica de uma cidade. Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. Vitória da Conquista: Brasil Artes Gráficas. 1992.

PROJETO DE PRESERVAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DOS TRABALHADORES DA LIGHT SÃO PAULO

Andréia Francisco dos Reis¹
Michele Silva Joaquim²

Resumo

Este trabalho visa demonstrar o desenvolvimento do projeto de preservação da documentação dos trabalhadores do Setor de Oficinas e Material Rodante da The São Paulo Trainway Light and Power Company que estão preservados no Núcleo de Documentação e Pesquisa da Fundação do Patrimônio Histórico de Energia e Saneamento. A experiência do projeto tem como objetivo compartilhar métodos de preservação, conservação e catalogação que possibilitou o acesso à documentação trabalhista tanto para pesquisadores como ao público em geral que se interessa pela trajetória dos trabalhadores do setor energético no decorrer do século XX.

Palavras-chave: Arquivo; Organização de arquivo, trabalhadores da energia

O projeto de preservação da documentação dos trabalhadores da Light & Power nasceu da grande relevância que a mesma representa para história da companhia energética e da história dos trabalhadores paulistas na primeira metade do século XX. A série documental faz parte do acervo da Fundação Energia e Saneamento entidade privada sem fins lucrativos, criada em 1998 para preservar e divulgar o acervo histórico do setor energético e desde dezembro de 2004, também do setor de saneamento ambiental.

A Fundação tem como objetivo ser um centro de referência nacional sobre o tema patrimônio histórico nos setores em que atua, contribuindo decisivamente para a difusão de sua história e do vasto universo a ela inter-relacionado – história empresarial, desenvolvimento industrial e urbanização, tecnologias e processos, história do trabalho, dos hábitos e costumes, possibilitando ao público em geral uma maior compreensão das grandes mudanças ocorridas na sociedade brasileira nos últimos séculos. Além do Museu da Energia, a Fundação mantém o Núcleo de Documentação e Pesquisa - unidade responsável pela preservação e tratamento técnico do acervo documental da entidade, onde estão localizados o Arquivo Histórico e a Biblioteca. O Arquivo Histórico é composto por 44 fundos e coleções, sendo 23 arquivos de empresas energéticas, 16 arquivos pessoais e cinco coleções. Entre as empresas está representada a The São Paulo Tramway Light and Power Co. Ltd.

A história da Eletropaulo tem origem em 1899, com a fundação da The São Paulo Railway, Light and Power, Company Ltd. com sede em Toronto, Canadá. Em 25 de junho de 1900, através do decreto federal 3.692, a companhia alterou sua razão social para The São Paulo Tramway, Light And Power Company, Ltd. Um mês depois a empresa foi autorizada, pelo decreto 3.349 a funcionar no Brasil. A partir daquele ano, iniciou a instalação de linhas de bonde, movidos à energia elétrica, no município de São Paulo. Também começou a construção da Usina Hidrelétrica de Parnaíba, inaugurada em 1901. Neste ano, os contratos de concessão para transporte de passageiro e de cargas foram unificados, concedendo privilégio à empresa por 40 anos.

¹Fundação de Energia e Saneamento. Especialista em Memória e Patrimônio pela Universidade Federal de São Paulo.

²Fundação de Energia e Saneamento. Especialista em História, Sociedade e Cultura pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Durante os anos seguintes a empresa iniciou diversas obras, como a construção da represa de Guarapiranga, com a finalidade de regularizar a vazão do rio Tietê, para garantir a alimentação da Usina de Parnaíba, atual Usina Edgard de Souza, no município de Santana do Parnaíba, região metropolitana de São Paulo. Em 1912, a empresa passou a fazer parte da *holding* canadense Brazilian Traction, Light and Power Company, Ltd. Além dela, também participavam as empresas The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company, Ltd. (1905) e São Paulo Electric Company, Ltd. (1908).

Em 1924 iniciou as obras da Usina do Rasgão, obra emergencial para minimizar os efeitos da estiagem ocorrida naquele ano, em São Paulo. Em 1928, a “Light” ampliou sua área de concessão, incorporando as empresas Companhia Luz e Força de Guaratinguetá, Empresa Luz e Força de Jundiaí, Empresa Hidroelétrica Serra da Bocaina, Empresa de Eletricidade São Paulo e Rio, Companhia Força e Luz Norte de São Paulo, Companhia Ituana de Força e Luz, posteriormente denominada Companhia de Eletricidade São Paulo e Rio. No ano seguinte foram incorporadas a Empresa Itapecericana de Luz e Força e Empresa Força e Luz Floriano.

Com o encerramento das atividades de transporte urbano, em 1951, a empresa foi autorizada pelo decreto 33.726, de 22 de novembro do mesmo ano a continuar funcionando no país, sob a denominação de São Paulo Light and Power Company, Ltd. Em 1956, a companhia foi nacionalizada através do decreto federal 40.440, e passou a denominar-se São Paulo Light S/A - Serviços de Eletricidade, com sede no município de São Paulo. Em 1967, a companhia incorporou as empresas Cidade de Santos - Serviços de Eletricidade e Gás S/A, S/A Força e Luz Vera Cruz, Rio Light S/A - Serviços de Eletricidade, Companhia Fluminense de Energia Hidrelétrica, São Paulo - Serviços de Eletricidade S/A, Empresa de Luz e Força de Jundiaí S/A e Companhia de Eletricidade São Paulo e Rio. Em 1979, a empresa foi vendida para as Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Em 1981, a Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S/A, empresa do governo do Estado de São Paulo, criada em 1971, assumiu a operação dos sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica nos municípios da área de concessão da antiga Light - Serviços de Eletricidade S/A no Estado de São Paulo, que estavam sob o controle da Eletrobrás.

Com o processo de privatização das companhias energéticas realizado pelo governo do Estado de São Paulo, a empresa foi dividida no ano de 1998 em quatro outras: Eletropaulo Metropolitana de Águas e Energia S/A, Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica S/A (EPTE), Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A, Empresa Bandeirante de Energia S/A (EBE). A AES Eletropaulo é a nova denominação da antiga Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S/A.

A série documental em questão é constituída por fichas de registros que datam de 1909 a 1930 e por prontuários que datam de 1930 a 1970. As fichas de registros formalizavam a entrada de funcionários na empresa. O volume que está sendo organizado corresponde aos registros de funcionários que atuaram no Setor de Oficinas e Material Rodante localizado nas Oficinas Gerais no bairro do Cambuci. O complexo industrial existente desde o ano de 1914 realizava fabricação de postes de iluminação, reparos de equipamentos de bondes e turbinas de usinas hidrelétricas e serviços de marcenaria. Além de ser a Garagem de bondes para as linhas que circulavam na cidade. (FERRAZ, 1997). Em todos os departamentos da Companhia existiam os trabalhadores com pouca qualificação, conhecidos como trabalhadores braçais, e no setor de Oficinas e Material Rodante esta composição era mais evidente. Observando os Relatórios Anuais do Departamento Pessoal em 1930 a distribuição de funcionários indicava que a maioria tinha pouca escolaridade ou não realizou curso profissionalizante. Em 1970, apesar do aumento de acesso à escolarização pela maior parte da população de São Paulo, a grande maioria dos funcionários com baixa escolaridade trabalhava nas Oficinas Gerais do Cambuci.

Entre o período de 1909 e 1970 a série de fichas de registros e prontuários de trabalhadores acumulou milhares de documentos. A documentação foi arquivada durante a permanência do

funcionário na Companhia ou até que as exigências trabalhistas de guarda destes documentos se extinguissem. A séries de fichas e prontuários que se manteve mais intacta até os tempos atuais é a do Setor de Oficinas e Material Rodante, os registros de outros departamentos aparecem apenas como fragmentos no acervo do Núcleo de Documentação e Pesquisa da Fundação. As fichas de registro e prontuários dos demais setores podem ter sido perdidos ou ainda estar nos arquivos correntes e intermediários da Eletropaulo.

Originalmente as fichas de registros continham dados básicos como nacionalidade, profissão, endereço, informações sobre acidentes sofridos e anotações de suspensão do trabalhador, o mínimo necessário para o ingresso do trabalhador na instituição motivo das demissões. Nas primeiras décadas de existência da Companhia, não é possível associar a proveniência da série documental a um setor específico. Devido às obrigações jurídicas de trabalho que já vigoravam nos primeiros anos de funcionamento da Light & Power no Brasil as fichas de registro se acumularam naquele Setor, porém dois fatores importantes alteraram o formato e as informações da série documental aumentando o volume de tipologias documentais. A partir da década de 1930, e mais especificamente em 1937, a nova legislação trabalhista, formalizada na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, consolidada em 1942, alterou as exigências para contratação do trabalhador. Muitos documentos probatórios foram anexados à ficha de registro, era necessário incluir: atestados médicos, folhas de ponto e cartas de recomendação. Todas estas exigências levaram à criação de um departamento especializado (*Employment Department*/Departamento de Pessoal) na contratação e administração de empregados, devido ao grande número de funcionários que eram admitidos na empresa e às exigências trabalhistas. As informações mais completas sobre dados gerais dos trabalhadores na empresa vêm a partir dos relatórios do departamento de 1930 que apresentam estatísticas e gráficos comparativos em cada setor da Companhia. As leis também alteraram a configuração dos registros. A inserção de documentos anexos a fichas de registro culminou em uma nova tipologia documental, levando as fichas de registros tornaram-se prontuários. A mudança foi resultado da complexidade estrutural da Companhia e das mudanças nas leis trabalhistas. A trajetória do funcionário dentro da Light, também alterou a quantidade dos documentos no prontuário.

As pesquisas historiográficas que tratam dos trabalhadores da Light centralizaram-se no trabalho exercido principalmente pelos motorneiros. Para Maria Izilda Santos de Matos (2002), muitos lusitanos se engajaram no setor de transportes, principalmente na Companhia Light & Power, atuando na maioria das vezes como motorneiros, cobradores e condutores. Mesmo existindo muitos portugueses nas funções citadas pela autora, através da pesquisa das fichas e prontuários em questão vimos membros dessa nacionalidade atuando como conservadores de autos, lavadores de carros, ajudante de fundição, etc. Na tese de João M. P. Santos (2009) existem dois capítulos reservados para a análise da ação dos trabalhadores de bondes como motorneiros e condutores; outras funções são citadas no texto, mas sem maior aprofundamento. Petrônio José Domingues (2003, p.101) traz uma informação interessante sobre os trabalhadores da Light. Segundo sua análise do jornal da imprensa negra *Getulino* do dia 9/12/1923, os trabalhadores negros assumiam a posição de motorneiros em períodos de greve; segundo o jornal, a prática de “fura greve” era a única oportunidade de ingresso em algumas profissões, como a carreira de motorneiro ou condutor de bondes da Light. Segundo o autor, antes da greve de 1919 os trabalhadores negros ficavam com os trabalhos mais penosos da manutenção. Essa informação de Domingues demonstra o caráter de prestígio exercido pelos motorneiros e condutores. O autor poderia ter partido da análise das funções mais pesadas exercidas pelos negros e mostrar suas contribuições, porém quis demonstrar que estes também eram aptos para uma função considerada superior dentro da companhia. Queremos salientar que os motorneiros são peças fundamentais dentro da estrutura da Light, porém não são os únicos trabalhadores. Nas atividades de produção, distribuição e uso da energia elétrica existem diversos trabalhadores em setores diferenciados, por exemplo, na construção, conservação e operação das hidrelétricas; leitores de relógios, datilógrafos, escriturários, do setor de distribuição e comercialização da energia;

eletricistas do setor de iluminação pública; funcionários para construção de vias e colocação de trilho entre outros. Na série documental apresentada estão os funcionários que darão condições para os motorneiros atuarem: são mecânicos, eletricistas, lavadores de carros, caldeireiros, trabalhadores que pouco aparecem nos trabalhos acadêmicos.

Na tese de João M. P. dos Santos (2009, p. 53), no capítulo sobre a estrutura da Light, o autor informa rapidamente sobre algumas funções ligadas ao Setor de Material Rodante. “Os depósitos do Cambuci, Brás e Barão de Limeira serviam para guarda e conserto do material rodante. Nas casas de máquina e de carros, realizavam-se os trabalhos de inspeção dos veículos, manutenção, substituição de peças e consertos, e as profissões mais requeridas eram: mecânicos, fundidores, serralheiros, carpinteiros, pintores.” Quem são esses trabalhadores, como atuam? Esses são alguns questionamentos que poderão ser respondidos através da pesquisa nas fichas e prontuários que estamos disponibilizando para consulta. Os dados levantados por João M. P. dos Santos são fruto de pesquisas realizadas em grande parte nos Relatórios Anuais da Light que possuem informações gerais sobre os setores durante o ano. Na época da sua pesquisa as fichas e os prontuários de trabalhadores ainda não estavam organizados arquivisticamente. O autor teve que optar por uma pesquisa por aproximação de dados, pois não era possível coletar informações como a quantidade de trabalhadores, a nacionalidade e residência. Com a configuração atual estes dados possibilitam uma pesquisa mais aprofundada e informações, como a nacionalidade dos trabalhadores, poderá ser realizada. Este tipo de ferramenta poderá trazer novas discussões para a historiografia.

As fichas de registro e prontuários de trabalhadores sempre tiveram grande interesse de pesquisa tanto por parte de pesquisadores acadêmicos como por ex-funcionários da Light e seus familiares desde a época do DPH Eletropaulo – Departamento Patrimônio Histórico. Nos anos 1980, vemos artigos em revistas, como o texto “Trabalhadores” da Revista Boletim Histórico de 1986, em que os registros já começam a ser tema de artigos relacionados à história dos trabalhadores. Frequentemente, a Fundação de Energia e Saneamento recebe pedidos de consulentes, ex-funcionários ou familiares, a respeito de informações sobre sua trajetória na companhia. Antes da higienização, organização e catalogação dos documentos, dificilmente os consulentes encontravam as fichas de registros de seus familiares. Com a recorrência das dificuldades de pesquisa desta série, a equipe do Núcleo de Documentação e Pesquisa decidiu realizar um tratamento inicial de preservação das fichas de registros e prontuários de trabalhadores. O trabalho de conservação foi realizado entre agosto de 2012 e março de 2013, o trabalho de organização e catalogação se iniciou em agosto de 2012 e tem previsão de término em outubro de 2013.

A equipe de conservação, composta por uma técnica em conservação, três estagiários e uma supervisora, iniciou o trabalho com as 10.139 fichas de registro que estavam acondicionadas em seis caixas de papelão. Inicialmente realizou-se o trabalho de higienização, pois de acordo com Jayme Spinelli (2010) esta é a ação de eliminação de sujidades generalizadas que se encontram sobre os documentos, objetivando a permanência estética e estrutural da documentação, além de atuar na prevenção da saúde das pessoas envolvidas com o acervo. Com essa ação procuramos eliminar todos os agentes agressores aos documentos: clipes e grampos metálicos, poeira e partículas sólidas. As fichas por serem de papel cartão foram higienizadas a seco com trincha e aspirador de pó com entretela no bocal do tubo aspirador que fez o papel de filtro, evitando a entrada de partículas de papel no equipamento e possíveis arranhões nos documentos. Os 8.502 prontuários, que estavam acondicionados em 80 caixas de papelão, foram desdobrados, pois estavam dentro de envelopes e higienizados com trincha larga e macia para remover a poeira. Demais agentes agressores à documentação também foram retirados.

Após o trabalho de higienização, realizou-se o acondicionamento da documentação, de acordo com o manual de “Preservação de Documentos de Arquivo” elaborado pela Divisão de Preservação de Documentos do Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná. O

acondicionamento adequado é um dos principais fatores para a conservação dos documentos, sendo assim devemos sempre prezar pela escolha de materiais de qualidade arquivística, optando por embalagens alcalinas, pois a acidez é um dos piores agentes de deterioração do documento ao longo do tempo, migrando através do contato, causando machas, enfraquecimento estrutural do papel, perdas de partes da documentação, ou seja, a escolha de materiais ruins para acondicionamento pode danificar a documentação ao passar dos anos. Para o acondicionamento primário das fichas confeccionamos bifólios de papel sulfite A4, com carga alcalina; para os prontuários utilizamos bifólios de sulfite A3, também com carga alcalina. Para o acondicionamento secundário escolhemos pastas de poliondas para as fichas e caixas – arquivo de poliondas para os prontuários todos na cor cinza. Esse material foi escolhido por ser inerte e não apresentar o problema do acondicionamento inicial que era a acidez do papelão. Cada pasta contém em média 200 fichas, as caixas – arquivo contém em média 40 prontuários, houve a preocupação em não acondicionar os documentos acima da capacidade das pastas e caixas. Todas as caixas e pastas foram etiquetadas com numeração sequencial e alocadas em armários deslizantes de metal, totalizando 56 pastas e 208 caixas.

Abaixo algumas imagens para demonstrar a situação inicial da documentação e o resultado alcançado. Os créditos das imagens são de Michele Silva Joaquim.

Antes do projeto de preservação:



Caixas de papelão onde as fichas e prontuários estavam acondicionados.

Michele S. Joaquim, 2012.



Fichas com acondicionamento inicial.
Michele S. Joaquim, 2012.



Acondicionamento inicial dos prontuários.
Michele S. Joaquim, 2012.

Imagens da ação de conservação:

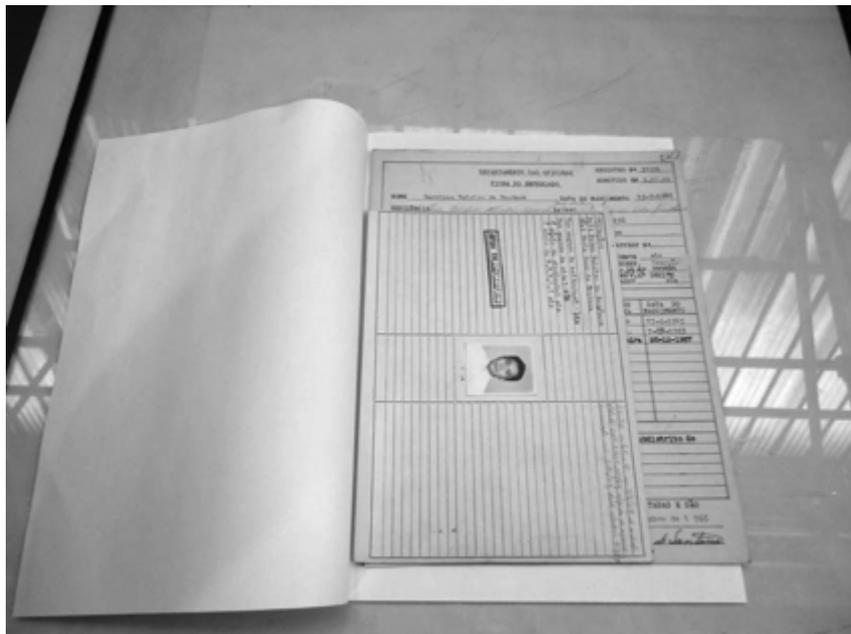


Estagiária Cristina Yuri realizando higienização com aspirador de pó nas fichas dos funcionários.
Michele S. Joaquim, 2012.



Estagiária Natália Fabrício realizando higienização dos prontuários.
Michele S. Joaquim, 2012.

Imagens após o projeto de preservação e conservação:



Prontuário acondicionado em bifólio de papel alcalino.
Michele S. Joaquim, 2013.



Prontuários acondicionados em caixa de polionda.
Michele S. Joaquim, 2013.



Fichas reacondicionadas com papel alcalino e pasta de polionda.
Michele S. Joaquim, 2012.



Armário deslizante após o projeto.
Michele S. Joaquim, 2013.

O Setor de Tratamento Arquivístico ficou responsável pela organização e catalogação da documentação após o processo de higienização e acondicionamento. A equipe contou com uma técnica e duas estagiárias para realizar a descrição. Para registrar as informações, foi elaborado um catálogo, pois era necessário que cada unidade documental fosse registrada e a descrição geral de um inventário não supriria as necessidades de pesquisa dos consulentes. Como afirma Schellenberg (2006, p. 317) devemos usar instrumentos de pesquisa que atendam as necessidades dos consulentes e que ao mesmo tempo sejam flexíveis para adaptações relacionadas ao formato e as informações dos documentos. Para acelerar o processo, devido ao extenso volume da documentação, as informações foram registradas primeiramente em uma planilha de Excel para no futuro serem inseridas no banco de dados Enerweb³ com maior riqueza de elementos descritivos. Atualmente o catálogo contém os seguintes campos descritores:

- 1. Número:** Número atribuído pelo catalogador de acordo com a ordem de registro. Atualmente ainda não foi registrado o número de chapa do funcionário;
- 2. Nome:** Nome completo do funcionário, inclusive as variantes no caso de nomenclaturas distintas;
- 3. Data de entrada:** Data em que o funcionário entrou na Companhia, pode ter mais de um registro;
- 4. Data de saída:** Data em que o funcionário se desligou da companhia, pode ter mais de um registro;
- 5. Data de nascimento:** Informação registrada para fins de localização do funcionário principalmente por parte dos familiares;
- 6. Localização:** Contém informações do invólucro de acondicionamento (pasta ou caixa).
- 7. Observações:** Campo destinado a informações que não possam ser contempladas nos campos principais, ou dados que sobressaem a maioria dos registros;
- 8. Responsável/Data:** Nome do catalogador e data em que foram registrados os dados.

Os campos neste catálogo visam atender às necessidades básicas dos consulentes que desejem localizar documentos antes perdidos na massa documental. Muitos deles, especialmente os ex-funcionários e familiares, possuem poucos dados para localizar a ficha de registro ou prontuário. Informações como a data de nascimento, nome e data de entrada e saída, são descritores que funcionam como palavras-chave para que possamos atender o objetivo primordial da pesquisa, ou seja, localizar a unidade documental. A inserção de mais campos, como nacionalidade e cargo exercido, são etapas futuras que poderão ser preenchidas no Enerweb. O cadastro completo será benéfico para aqueles que visam expandir suas pesquisas com dados quantitativos que darão mais substância a historiografia dos trabalhadores, especialmente as funções desempenhadas no Setor de Oficinas e Material Rodante por se tratar de uma série documental que até agora não vinha sendo estudada devido ao estado de organização incompleto.

A série de fichas de registros e prontuários de trabalhadores possuía uma ordenação que correspondia às características de sua fase corrente. No caso das fichas de registro, a organização era feita por ordem alfabética, não eram usados critérios de datas de ingresso ou saída da Companhia. Com a transformação da tipologia documental de fichas de registro para prontuários, a ordenação se modificou e passou a se utilizar a data de saída, esta ordenação foi respeitada para organização do arquivo permanente.

A manutenção da organicidade e diferenciação tipológica guiou a organização arquivística da série, desta forma será possível reconstruir o organograma e as funções na instituição, numa análise diplomática

³Enerweb é o banco de dados utilizado na Fundação Energia e Saneamento, usa as normas do Nobrade em seu sistema de catalogação.

que observe elementos como o formato, a organização e as informações contidas nos documentos. Neste caso, decidimos manter a organização arquivística respeitando a função que a série tinha na instituição. Por isso, foi de fundamental importância, respeitar as características da tipologia documental. Segundo Heloisa Belloto “A alusão a natureza dos documentos torna evidente, em arquivística, que o que define é a função do documento no contexto e na circunstância que foi criado, e também na tipologia documental. Aliás, em administração, a função é determinante para o documento-tipo que será instrumento de seu cumprimento. Um determinado ato administrativo só é concretizado se for veiculado por um dado tipo de documento que seja diplomática e juridicamente válido para tal. Assim a função e tipo, intrinsecamente juntos, propiciam a natureza do documento.” (BELLOTO, 2006, p. 153).

A organização e catalogação da série também são vitais para o entendimento das vivências dos trabalhadores por estar diretamente relacionada com práticas de diversas funções exercidas no Setor de Oficinas e Material Rodante. A descrição da série é relevante por complementar as informações dos relatórios de atividades do Departamento Pessoal e do próprio Setor de Oficinas e Material Rodante da Companhia. Com o término do registro será possível reconstruir com mais precisão a realidade do departamento e dos trabalhadores do setor, comparando os dados estatísticos dos relatórios e as informações probatórias das fichas de registros e prontuários.

As atividades de organização, conservação e catalogação da série melhoraram o acesso aos documentos que anteriormente ficavam desconhecidos no cadastro geral. O término da catalogação permitirá acesso a dados específicos de cada unidade, e permitirá que o pesquisador faça uma análise por conjunto utilizando informações como o período específico, sem que seja necessário consultar cada unidade documental.

Além da série documental estudada neste artigo, existem fichas de registro do Departamento Elétrico, fichas de pagamento do pessoal do Escritório, Registro de motoristas a serviço da companhia e Dossiês Confidenciais de Trabalhadores que envolvem processos relacionados a pedidos de viagem e advertências que estão em processo de higienização e serão organizados e catalogados. Totalizamos 18.641 documentos acondicionados e disponíveis para consulta. Futuramente estas informações poderão ser acessadas no banco de dados Enerweb pelo site da Fundação do Patrimônio Histórico de Energia e Saneamento.

A experiência do projeto teve como objetivo compartilhar métodos de conservação, organização e catalogação que possibilitaram o acesso a documentação trabalhista tanto para pesquisadores como para o público geral que se interesse pela trajetória dos trabalhadores do setor energético no decorrer do século XX.

Fontes

Employment Department Report, 1930. (Relatório Anual do Departamento Pessoal, 1930). THE SÃO PAULO TRAMWAY LIGHT AND POWER CO. LTD.

Relatório Anual do Departamento Pessoal, 1970. SÃO PAULO LIGHT S.A.

Relatório Anual de Atividades, 2006. FUNDAÇÃO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DA ENERGIA E SANEAMENTO.

FERRAZ, Vera Maria de Barros. Oficinas gerais do Cambuci. In: Memória Eletropaulo. São Paulo: 1997. Ed. 4, p. 30-34.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

Preservação de Documentos de Arquivo: Manual de Práticas Corretas de Guarda, Transferência e Manuseio de Acervo Arquivístico. Arquivo Público do Estado do Paraná. <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=130> (Acessado em 02/08/2013).

SANTOS, João Marcelo Pereira dos. Os Trabalhadores da Light São Paulo 1900 – 1935. Campinas: Unicamp, 2009 (Tese de Doutorado).

SHELLENBERG, Theodore R. Arquivos modernos: princípios e técnicas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. .

SPINELLI, Jayme. Recomendações para a higienização de acervos bibliográficos e documentais. 2010. Disponível: http://www.bn.br/portal/arquivos/pdf/higienizacao_Jaime.pdf (Acessado em 02/09/2013).

Referências bibliográficas

BELLOTO, Heloisa Liberali. Arquivos permanentes: tratamento documental. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

DOMINGUES, Petrônio José. Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2003. p. 100 – 140; 225 – 240.

**3º Seminário Internacional “O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos
- Direito à Memória e à Verdade”**

Rio de Janeiro - Brasil

16 a 20 de setembro de 2013

PROGRAMAÇÃO

16/09/2013

Segunda-feira

8h

Início do credenciamento e entrega dos materiais

9h às 10h

Abertura

CUT Nacional / CUT RJ / Arquivo Nacional

10h às 12h

Homenagem à Confederação Operária Brasileira (COB) no centenário do seu 2º congresso: 1913 - 2013

Coordenação: Inez Stampa: Centro de Referências das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas - Arquivo Nacional (MR/AN) e PUC-Rio - Rio de Janeiro - Brasil

- Michael Hall - Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) - Campinas - Brasil
- Beatriz Kushnir - Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ) - Rio de Janeiro - Brasil

12h às 14h

Almoço

14h às 17h

Mesa Redonda: COB: A militância, a organização sindical e a repressão

Coordenação: Antonio Thomaz Junior - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) - Presidente Prudente - Brasil

- Claudio Batalha - Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) - Campinas Brasil
- Marcelo Badaró Mattos - Universidade Federal Fluminense (UFF) - Niterói - Brasil
- Beatriz Loner - Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) - Santa Maria - Brasil

17/09/2013 -

Terça-feira

9h às 12h / 14h às 17h

Minicursos

- **Implantação de centros de documentação: noções básicas voltadas para movimentos sociais** - Ana Célia Navarro de Andrade - Centro de Documentação e Informação Científica “Professor Casemiro dos Reis Filho” (Cedic/PUC-SP) - São Paulo - Brasil
- **A pesquisa em arquivos** - Vitor Manoel Marques da Fonseca - Arquivo Nacional (AN) - Rio de Janeiro - Brasil

18h

Exibição do vídeo “A charge no sindicalismo”. Produção: TVT, duração 20m.

18h30minh

Saudações

- Jaime Antunes da Silva - Diretor-Geral do Arquivo Nacional do Brasil (AN)
- Vagner Freitas - Presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT)

19h

Conferência Magna - Direito à memória e à verdade

- Rosa Maria Cardoso da Cunha - coordenadora da Comissão Nacional da Verdade do Brasil (CNV) - Rio de Janeiro - Brasil

18/09/2013

Quarta-feira

09h às 12h

Mesa Redonda: Trabalho atípico, arquivos e memória

Coordenação: Marco Aurelio Santana - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - Rio de Janeiro - Brasil

- Ana Maria Camargo - Universidade de São Paulo (USP) - São Paulo - Brasil
- Luiz Antonio Machado da Silva - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) - Rio de Janeiro - Brasil

12h às 14h

Almoço

14h às 17h

Mesa Redonda: Arquivos/ memórias dos trabalhadores e repressão

Coordenação: Leonilde Servolo de Medeiros - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) - Rio de Janeiro - Brasil

- Moacir Palmeira - Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - Rio de Janeiro - Brasil
- Tiago Bernardon de Oliveira - Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) - Guarabira - Brasil
- Mariana Nazar - Archivo General de La Nación - Buenos Aires - Argentina

18h

Apresentação da peça teatral “Maria sou eu” - com o Grupo Por Volta de Logo Depois; Texto: Alessandra San Martín; Diretor Convidado: João Nalão

19/09/2012

Quinta-feira

9h às 12h

Mesa Redonda: Arquivos sindicais e dos movimentos sociais: as experiências internacionais

Coordenação: Elina Pessanha - Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Amorj/UFRJ) - Rio de Janeiro - Brasil

- Rodolfo Porrini - Universidad de la República - Montevideo - Uruguai
- Marco Scavino - Università di Torino - Turim - Itália
- Elvira Concheiro Bórquez - Centro de Estudios del Movimiento Obrero y Socialista e Universidad Nacional Autónoma de México (Unam) - Cidade do México - México

14h às 18h

Sessão de Comunicações I - Arquivo e memória dos trabalhadores da cidade e do campo

(Miniauditório bloco C)

Coordenação: Tatiani Carmona Regos - Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT (Cedoc/CUT) - São Paulo - Brasil

Sessão de Comunicações II - Arquivo e memória dos trabalhadores da cidade e do campo (Auditório principal)

Coordenação: Débora Lerrer - Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referências sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ) - Rio de Janeiro - Brasil

Sessão de Comunicações III - Ditadura e repressão aos trabalhadores da cidade e do campo (sala 204 Bloco E)

Coordenação: Dayane Garcia - Centro de Memória, Documentação e Hemeroteca Sindical "Florestan Fernandes" - (Cemosi/Unesp) - Presidente Prudente - Brasil

Sessão de Comunicações IV - Direito à memória e à verdade (Salão nobre, Prédio P)

Coordenação: Vicente Rodrigues - Centro de Referências das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas - Arquivo Nacional (MR/AN) - Rio de Janeiro - Brasil

20/09/2012

Sexta-feira

9h às 12h

Mesa Redonda: Fontes alternativas de preservação da memória

Coordenação: Rita de Cássia Mendes Pereira - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb) - Vitória da Conquista - Brasil

- Michel Marie Le Ven - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) - Ribeirão das Neves - Brasil
- Cosette de Castro - Universidade Católica de Brasília (UCB) - Brasília - Brasil
- Célia Maria Corsino - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) - Brasília - Brasil

12h às 14h

Almoço

14h às 17h

Mesa Redonda: Desafios da preservação digital

Coordenação: Cláudia Lacombe Rocha - Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos do Conselho Nacional de Arquivos - Arquivo Nacional (Conarq/AN) - Rio de Janeiro - Brasil

- Augusto César Lunasco Cusi - Museo Nacional de Etnografía y Folklore - La Paz - Bolívia e International Institute of Social History (IISH)
- Vanderlei Batista dos Santos - Câmara dos Deputados - Brasília - Brasil
- Ricardo Medeiros Pimenta - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) - Rio de Janeiro - Brasil

17h às 18h

Plenária Final: Relatório dos coordenadores de mesas, recomendações e moções

Coordenação: Comissão Organizadora

Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Amorj/UFRJ

Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT - Cedoc/CUT

Centro de Referências das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas - MR/AN

Centro de Memória, Documentação e Hemeroteca Sindical “Florestan Fernandes” da
Universidade Estadual Paulista - Unesp/Cemosi
Laboratório de História Social do Trabalho da Universidade Estadual da Sudoeste da Bahia -
LHIST/Uesb
Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referências sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas
no Campo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - CPDA/UFRRJ

18h

Encerramento

**3º Seminário Internacional “O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos
- Direito à Memória e à Verdade”
Rio de Janeiro - Brasil
16 a 20 de setembro de 2013**

Promoção

Arquivo Nacional

Central Única dos Trabalhadores - CUT

Organização

Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro - Universidade Federal do Rio de Janeiro - Amorj/UFRJ

Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT - Cedoc/CUT

Centro de Referência Memórias Reveladas - Arquivo Nacional - MR/NA

Centro de Memória, Documentação e Hemeroteca Sindical “Florestan Fernandes” -

Universidade Estadual Paulista - Unesp/Cemosi

Laboratório de História Social do Trabalho - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - LHIST/Uesb

Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referências sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - CPDA/UFRRJ

Apoio

Centro de Documentação e Informação Científica “Prof. Casemiro dos Reis Filho” - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Cedoc/PUC-SP

Departamento de Serviço Social - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - DSS/PUC-Rio

International Institute of Social History - IISH

Programa de Apoio do Desenvolvimento de Arquivos Ibero-americanos - Programa Adai

Comissão Organizadora

Antonio José Marques

Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT - Cedoc/CUT

Antonio Thomaz Junior e Dayane Garcia

Centro de Memória, Documentação e Hemeroteca Sindical “Florestan Fernandes” -

Universidade Estadual Paulista - Unesp/Cemosi

Elina Pessanha e Marco Aurélio Santana

Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro - Universidade Federal do Rio de Janeiro - Amorj/UFRJ

Inez Terezinha Stampa e Vicente Arruda Câmara Rodrigues

Centro de Referência Memória Reveladas - Arquivo Nacional - MR/AN

Leonilde Servolo de Medeiros

Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referências sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas
no Campo - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - CPDA/UFRRJ

Rita de Cássia Mendes Pereira

Laboratório de História Social do Trabalho - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia -
LHIST/Uesb

Direção Executiva Nacional - CUT Brasil

Gestão 2012-2015

Presidente

Vagner Freitas de Moraes

Vice-Presidenta

Carmen Helena Ferreira Foro

Secretário-Geral

Sérgio Nobre

Secretária-Geral Adjunta

Maria Aparecida Faria

Secretário de Administração e Finanças

Quintino Marques Severo

Secretário-Adjunto de Administração e Finanças

Aparecido Donizeti da Silva

Secretário de Relações Internacionais

Antônio de Lisboa Amâncio Vale

Secretário-Adjunto de Relações Internacionais

João Antônio Felício

Secretária de Combate ao Racismo

Maria Júlia Reis Nogueira

Secretária de Comunicação

Rosane Bertotti

Secretário de Formação

José Celestino Lourenço (Tino)

Secretário-Adjunto de Formação

Admirson Medeiros Ferro Júnior (Greg)

Secretário de Juventude

Alfredo Santana Santos Júnior

Secretário de Meio Ambiente

Jasseir Alves Fernandes

Secretária da Mulher Trabalhadora

Rosane Silva

Secretário de Organização

Jacy Afonso de Melo

Secretário-Adjunto de Organização

Valeir Ertle

Secretário de Políticas Sociais

Expedito Solaney Pereira de Magalhães

Secretária de Relações do Trabalho

Maria das Graças Costa

Secretário-Adjunto de Relações do Trabalho

Pedro Armengol de Souza

Secretária de Saúde do Trabalhador

Junéia Martins Batista

Secretário-Adjunto de Saúde do Trabalhador

Eduardo Guterra

Diretoras e Diretores Executivos

Daniel Gaio

Elisângela dos Santos Araújo

Jandyra Uehara

Júlio Turra Filho

Rogério Pantoja

Roni Barbosa

Rosana Sousa Fernandes

Shakespeare Martins de Jesus

Vítor Carvalho

Conselho Fiscal

Antonio Guntzel

Dulce Rodrigues Sena Mendonça

Manoel Messias Vale

Suplentes

Raimunda Audinete de Araújo

Severino Nascimento (Faustão)

Simone Soares Lopes

Promoção



Apoio

